

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
**SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E 2018**

**BRASÍLIA/DF**  
**DEZEMBRO/2018**

Copyright 2018. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

### **Responsabilidade Pelo Conteúdo**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

### **Contato**

e-mail: [sri@agricultura.gov.br](mailto:sri@agricultura.gov.br)

Endereço: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esplanada dos Ministérios Bloco D – 3º andar

Brasília/DF - CEP: 70.043-900

Fone: (61)3218-2510

Atendimento ao Público: 0800 704 1995

### **Equipe responsável**

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gabinete

Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade DAC/SRI

Departamento de Negociações Não tarifárias DNNT/SRI

Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI

Website: [www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoesinternacionais](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoesinternacionais)

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO 4

## 1. INTRODUÇÃO 5

## 2. A SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO 9

### 2.1. O PAPEL DA SRI E O AGRONEGÓCIO 9

### 2.2. AS NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS INTERNACIONAIS 10

#### 2.2.1. As negociações multilaterais 10

2.2.1.1. OMC - O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS e o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT 10

2.2.1.2. OMC - Trade Policy Review 12

2.2.1.3. OMC - Solução de Controvérsias 12

### 2.3. O MERCOSUL 12

#### 2.3.1. MERCOSUL - Tarifa Externa Comum (TEC) 13

#### 2.3.2. MERCOSUL: Os Subgrupos 13

#### 2.3.3. As barreiras de terceira geração 13

## 3. ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 14

### 3.1. GABINETE 15

#### 3.1.1. Gestão Administrativa e Financeira 16

### 3.2. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL 16

### 3.3. GESTÃO DE ADIDOS AGRÍCOLAS 16

### 3.4. ACESSO A MERCADOS E COMPETITIVIDADE 18

#### 3.4.1. Negociações de Acordos Comerciais 20

#### 3.4.2. Negociações de Questões Tarifárias 22

#### 3.4.3. Defesa Comercial e Negociações de Contenciosos na OMC 24

#### 3.4.4. Competitividade e Inteligência Comercial 25

### 3.5. NEGOCIAÇÕES NÃO TARIFÁRIAS 26

#### 3.5.1. Negociações Sanitárias e Fitossanitárias 27

#### 3.5.2. Outras Negociações Não Tarifárias 31

3.5.2.1 Barreiras Técnicas 31

3.5.2.2. Propriedade Intelectual 31

3.5.2.3. Boas práticas de regulamentação e convergência regulatória 31

3.5.2.4. Avaliação de risco comum 31

#### 3.5.3. Outras Atividades 33

### 3.6. PROMOÇÃO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 34

#### 3.6.1. Promoção Internacional 34

#### 3.6.2. Atração de Investimentos Estrangeiros 39

#### 3.6.3. Cooperação Internacional 40

#### 3.6.4. Organismos Internacionais 41

### 3.7. GESTÃO DE CRISES E AMEAÇAS 41

## 4. PROJETOS ESTRUTURANTES 43

### 4.1. Estratégia para Abertura, Ampliação e Manutenção de Mercados e Promoção do Agronegócio no Comércio Internacional 43

### 4.2. O Melhor do Agro Brasileiro 44

### 4.3. Painel de Relações Internacionais do Agronegócio 45

## 5. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS 46

# APRESENTAÇÃO

# 1. INTRODUÇÃO

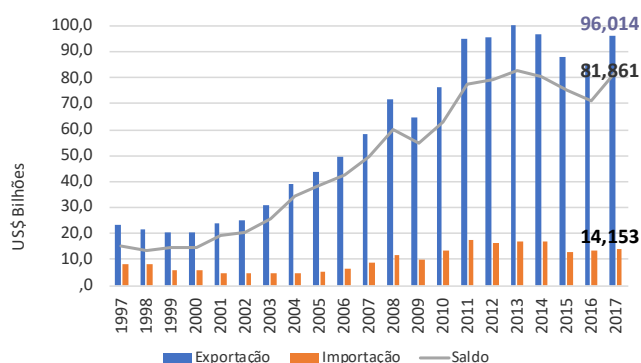
A agropecuária brasileira passou por inúmeros processos de evolução ao longo dos anos até ser considerada em âmbito mundial uma referência em produção. Essa evolução é decorrente de fatores como a disponibilidade de terras, que possibilitou a ampliação de suas fronteiras agrícolas, o avanço tecnológico, resultante da notoriedade e excelência da contribuição das instituições de pesquisa nacionais, além do fator humano, representado por pessoal qualificado e empreendedor.

A evolução tecnológica no setor rural proporcionou saltos expressivos em sua produtividade no decorrer do tempo, gerando excedentes, que permitiram que o Brasil se tornasse uma das principais lideranças mundiais na produção e exportação de grãos, de proteínas de origem animal e de uma infinidade de culturas e cadeias produtivas.

Considerado o principal setor da economia brasileira, o agronegócio teve nas suas exportações o principal suporte para a balança comercial brasileira nos últimos anos. Em 20 anos, as exportações do agro resultaram em US\$ 1,23 trilhão. Somente em 2017, a diferença entre os US\$ 96 bilhões exportados e os US\$ 14 bilhões das importações do agronegócio, renderam ao país aproximadamente US\$ 82 bilhões (Gráfico 01).

A importância do setor para a economia do País pode ser verificada ao identificar-se que é responsável por 23,5% do Produto Interno Bruto, 45% do valor total das exportações brasileiras e 19% dos postos atuais de trabalho.

**Gráfico 01. Série histórica da balança comercial do agronegócio brasileiro nos últimos vinte anos.**



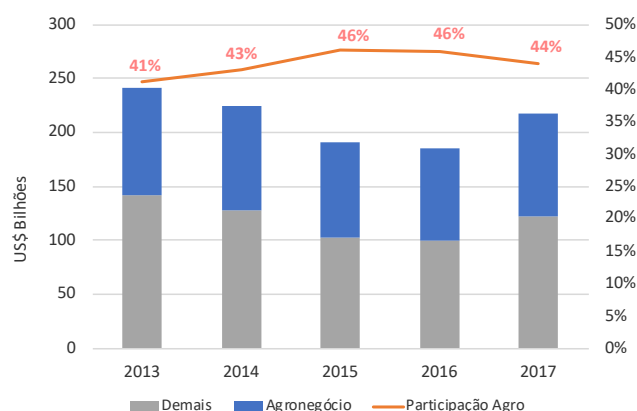
A análise das exportações brasileiras nos anos 2016 e 2017 revela que houve um aumento de 13,4% no valor das exportações agrícolas e, se comparados os valores exportados e importados, verifica-se que o saldo entre exportações e importações de produtos agrícolas em 2017, foi 14,6% maior que em 2016, resultado relevante, principalmente se observado que o saldo naquele ano, já era positivo (Quadro 01).

**Quadro 01. Balança comercial brasileira: Exportação, importação e saldo. 2016 e 2017.**

|                     | Exportação |        |      | Importação |        |      | Saldo  |        |
|---------------------|------------|--------|------|------------|--------|------|--------|--------|
|                     | 2016       | 2017   | Δ%   | 2016       | 2017   | Δ%   | 2016   | 2017   |
| Total Brasil        | 185,24     | 217,74 | 17,5 | 137,55     | 150,75 | 9,6  | 47,68  | 66,99  |
| Demais Produtos     | 100,3      | 121,72 | 21,4 | 123,92     | 136,6  | 10,2 | -23,62 | -14,87 |
| Agronegócio         | 84,93      | 96,01  | 13   | 13,63      | 14,15  | 3,9  | 71,31  | 81,86  |
| Participação Agro % | 45,9       | 44,1   | -    | 9,9        | 9,4    | -    | -      | -      |

As exportações do agronegócio brasileiro são responsáveis por quase metade do total dos valores exportados pelo País, conforme pode ser observado no Gráfico 02 a seguir, demonstrando o quanto a manutenção e ampliação desse desempenho excepcional é fundamental para a economia brasileira.

**Gráfico 02. Participação do agronegócio nas exportações brasileiras. 2013 a 2017.**



Em 2017, os principais setores exportadores da agropecuária foram: complexo soja, com US\$ 31,72 bilhões ou 38,9% de participação; carnes, com US\$ 15,74 bilhões e 19,0%; complexo sucroalcooleiro, com US\$ 12,23 bilhões e 15,0%; café, com US\$ 5,27 bilhões e 6,5%; e cereais, farinhas e preparações, com vendas de US\$ 5,21 bilhões e 6,4% de participação no total exportado pela agropecuária brasileira.

A análise das Figuras 01 e 02 a seguir revela a manutenção do alto nível de concentração das exportações brasileiras por produtos, o que torna o setor e, consequentemente, a economia brasileira bastante suscetíveis às exigências dos países importadores, bem como às consequências de eventuais crises na produção, abastecimento, transporte ou mesmo na imagem destes produtos, demonstrando a importância da abertura de novos mercados e da diversificação tanto no rol de produtos exportados, como nos destinos das exportações brasileiras.

**Figura 01: Concentração da pauta de exportações do agronegócio brasileiro. 2017.**

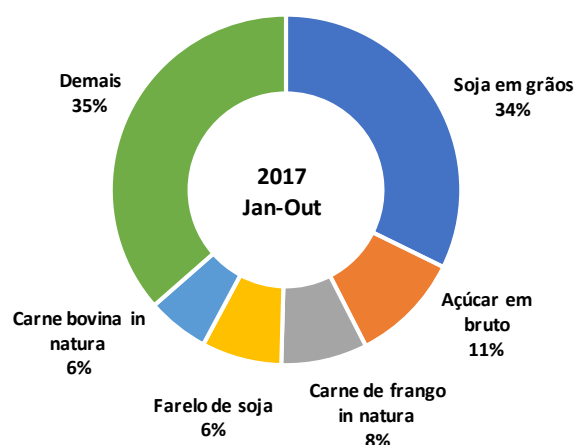
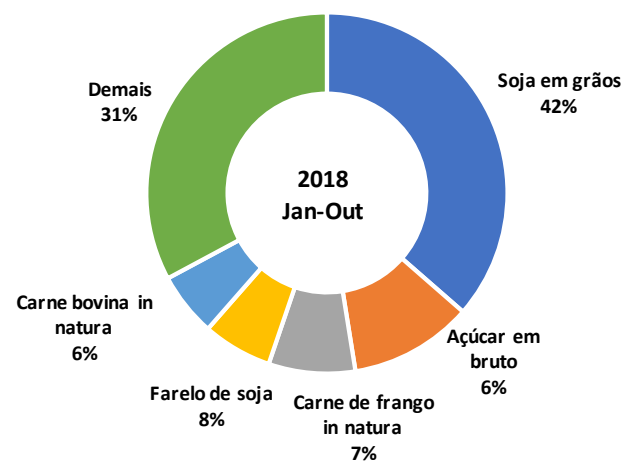


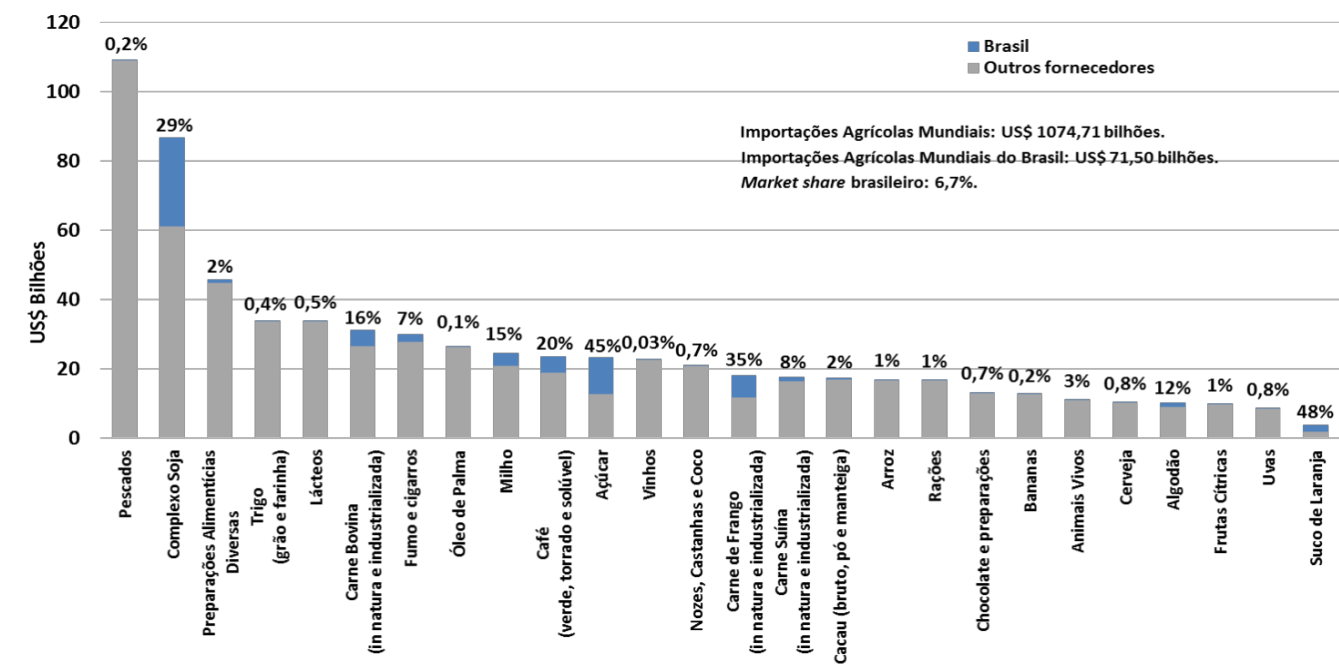
Figura 02: Concentração da pauta de exportações do agronegócio brasileiro. 2018.



Ampliar a participação brasileira no comércio internacional dos produtos agrícolas, tem sido um dos principais objetivos que orientam a atuação do MAPA. Para tanto, a ampliação da base exportadora nacional, por meio da diversificação de produtos e mercados, a maior inserção na pauta exportadora brasileira de produtos com maior valor agregado e a consolidação da imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade e produzidos de forma sustentável, são fundamentais para o atingimento deste objetivo.

A participação brasileira nas importações mundiais do agronegócio aumentou de 6,7, em 2016, para 6,9%, em 2017, revelando a tendência crescente das exportações brasileiras de produtos agrícolas, com ênfase para os produtos como suco de laranja (48%), complexo do açúcar (45%), carne de franco (35%), complexo soja (29%), café (20%) e carne bovina (16%), revelando a relação com a concentração da nossa pauta de produtos exportados, em função da alta competitividade desses setores, conforme pode ser visto no Gráfico 03 a seguir.

Gráfico 03. Participação brasileira nas importações mundiais de produtos agrícolas. 2017.



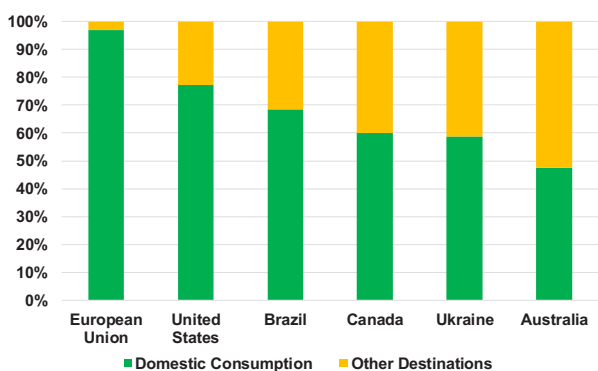
Essa alta competitividade do agronegócio brasileiro se traduz na posição de destaque que o Brasil ocupa, tanto na produção, como exportação de produtos agrícolas, conforme pode ser verificado no Quadro 02 a seguir, onde figura entre as primeiras posições tanto na produção como na exportação de açúcar, café, suco de laranja, soja, carne bovina e de frango e milho.

Quadro 02: Posição do Brasil no ranking mundial de produção e exportação de produtos agrícolas. 2018.

| Principais Produtos | Produção | Exportação | Número de Destinações |
|---------------------|----------|------------|-----------------------|
| Açúcar              | 1º       | 1º         | 113                   |
| Café                | 1º       | 1º         | 128                   |
| Suco de Laranja     | 1º       | 1º         | 75                    |
| Soja                | 2º       | 1º         | 43                    |
| Carne               | 2º       | 1º         | 140                   |
| Carne de Frango     | 2º       | 1º         | 154                   |
| Milho               | 2º       | 2º         | 68                    |

Importante salientar que embora ocupe as primeiras posições na exportação de produtos agropecuários, apenas 30% da produção brasileira é exportada, revelando a importância do mercado doméstico para o agronegócio brasileiro, para o qual é destinado o montante de 70% da produção, conforme representado no Gráfico 04 a seguir.

Gráfico 04: Importância do consumo doméstico e das exportações na produção agrícola: Média histórica de 2013 a 2015.



O crescimento do agronegócio traz consigo um grande desafio, aumentar a competitividade brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas, sobretudo com o estímulo às cadeias produtivas e ao aumento do valor agregado dos produtos brasileiros e, por outro lado, consolidar a imagem do Brasil como fornecedor de produtos seguros, de alta qualidade, e produzidos de forma sustentável.

Embora os dados globais para 2018, ainda não estejam disponíveis, dados parciais revelam que o Brasil mantém sua importância no cenário internacional, como um dos maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários, exportando produtos agrícolas para mais de 200 destinos. A expectativa é que as medidas que estão sendo planejadas e adotadas para diversificar e agregar valor às exportações do agro nacional, possam estar aproximando a participação brasileira no comércio internacional da meta do MAPA de atingir 10% deste comércio, no prazo de até 5 anos.

A continuidade das ações do MAPA na desburocratização, modernização e simplificação dos processos relativos ao agronegócio, em particular aqueles que oneram e/ou atrasam os processos de implantação e funcionamento de empresas, bem como as atividades de exportação tornaram o ambiente mais favorável ao aumento do acesso ao mercado internacional, com melhoria do ambiente para negócios e investimentos no agro, além da ampliação da base exportadora nacional por meio da diversificação de produtos e mercados, e do aumento do número de empresas exportadoras.

Dentre as iniciativas adotadas pelo MAPA em 2017, para aumentar a participação brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas, merecem destaque, a expansão do quadro de adidos agrícolas brasileiros no exterior, aumentando a rede de atuação do MAPA, o Plano O Melhor do Agro Brasileiro, visando a promoção e melhoria da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, a Estratégia para Abertura, Ampliação e Promoção do Agronegócio no Comércio Internacional, como um conjunto de objetivos, diretrizes e ações a serem adotadas pelos diversos órgãos que atuam no comércio exterior visando o incremento das exportações brasileiras e, o Painel de Relações Internacionais do Agronegócio, visando a gestão das atividades da SRI/MAPA, elaboração e acompanhamento das estratégias em relações internacionais do agronegócio brasileiro.

Visando reduzir barreiras tarifárias e não tarifárias e ampliar o acesso de produtos brasileiros no mercado internacional, foi dada a continuidade no processo de negociação de acordos de comércio preferencial envolvendo produtos agropecuários com diversos países e blocos econômicos, dentre os quais se destacam as negociações referentes a dez acordos, quais sejam, os acordos entre o Mercosul e, a UE (União Europeia), a Índia, a SACU (União Aduaneira da África Austral – África do Sul, Suazilândia, Lesoto, Namíbia e Botsuana), o Canadá, a EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), o Japão, a Coreia do Sul, o Egito, a Tunísia, Singapura e Marrocos, além das tratativas para ampliação do acordo existente com o México (ACE-53) e com o Chile.

Esses acordos são fundamentais para facilitar o comércio e promover a previsibilidade na relação comercial. Atualmente as exportações brasileiras de produtos de origem animal in natura para determinados mercados estão condicionadas a inspeções periódicas em cada estabelecimento, tanto naqueles já aprovados como os novos que pleiteiam habilitação. Este procedimento gera gastos financeiros e humanos desnecessários ao Brasil na

organização dessas missões. Além disso, em alguns casos, este procedimento provoca interrupção no fluxo comercial devido à espera pela realização de auditorias internacionais.

Nesses acordos há previsão para realização de análise de risco para a tomada de decisões baseadas no conhecimento científico, o estabelecimento de equivalência de sistemas de controle veterinário oficial, do reconhecimento do status sanitário e fitossanitário, além de procedimentos de controle, inspeção e aprovação, que são fundamentais para gerar maior previsibilidade comercial, segurança jurídica, economia de recursos (financeiros e humanos) e facilitação nas exportações. A equipe da SRI participa de forma estratégica nessas negociações e utilizando subsídios técnicos e científicos.

A SRI/MAPA é a responsável por coordenar a defesa dos interesses do agronegócio nacional junto ao setor privado nacional e demais órgãos do governo brasileiro e do Mercosul. Além disso, a SRI/MAPA coordena, juntamente com o MRE, os interesses do setor no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde recentemente foi publicado o Relatório do Painel, favorável ao Brasil, com relação ao contencioso aberto contra a Indonésia sobre o acesso da carne de frango brasileira àquele país e, contra a Tailândia, referente a subsídios para açúcar.

A SRI/MAPA também participa de forma estratégica em negociações da OMC (Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – Comitê SPS, Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio – Comitê TBT), organismos de referência ao Comitê SPS, tal como o Codex Alimentarius.

Somente em 2018 a Comissão do Codex Alimentarius aprovou 20 normas e 4 emendas. Essas normas são importantes para o setor agroalimentar. Em relação a resíduos de pesticidas foram aprovados 386 limites máximos de resíduos (LMR) de 26 ingredientes ativos e 10 LMR de quatro medicamentos veterinários, todos estabelecidos com base em recomendações de especialistas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Também em 2017 e 2018 buscou-se resguardar a competitividade da produção brasileira frente ao produto importado e garantir o abastecimento do mercado em casos de redução da oferta do produto nacional. As ações do MAPA junto a CAMEX, por exemplo, resultaram na redução tarifária para a sardinha “in natura”, óleo de palmiste, lombos de bonito listrado, avelã sem casca, dimetilamina, fibra de juta, caseína, sulfato de cromo e fórmulas infantis para lactentes.

A atuação do MAPA junto à CAMEX também possibilitou a redução das alíquotas de imposto de importação para o café e o etanol, em função do desabastecimento, a elevação da alíquota do imposto de importação para a cebola, o coco ralado, o vinho fino de mesa e o alho, além da retirada do imposto de exportação para os couros salgados e curtidos, ao cromo, do tipo wet blue.

O MAPA teve ainda relevante ação internacional em temas sanitários e fitossanitários, tendo atuado em 962 negociações sanitárias e fitossanitárias, envolvendo 130 países. Além disso, fez gestões para a organização de 28, missões sendo 15, em 2017, e 13, em 2018, com vistas à exportação de produtos brasileiros para 23 países. Como fruto destas negociações, ocorreu abertura de mercado para 18 produtos, em 2017, envolvendo 13 países e, mais 17 produtos, envolvendo 13 países, em 2018.

Em que pese o número de missões recebidas pelo MAPA tenha sido reduzido de 10 missões estrangeiras em 2017, para apenas

três em 2018, até o momento da conclusão deste relatório, houve participação em 17 feiras internacionais, com aumento de oito em 2017 para nove em 2018, e participação em quatro eventos nacionais, sendo dois em cada ano e, em 16 eventos de atração de investimentos, embora 11 tenham sido realizados em 2017.

Ainda em 2017 e 2018, o MAPA continuou intensificando as ações internacionais em temas como barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual, sustentabilidade, mudanças climáticas e biotecnologia, adotando medidas e procedimentos com vistas à mitigação de barreiras.

Dentre os fóruns, comitês, convenções e grupos dos quais o MAPA participou ou subsidiou a posição brasileira, merecem destaque, a 23ª COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e o 10 YFP da ONU (Quadro Decenal Global sobre Produção e Consumo Sustentável em Alimentação) para a construção de diretrizes para a sustentabilidade na agricultura, oportunidade em que o MAPA aderiu à Iniciativa LEAP – (Environmental Assessment and Performance Partnership) de pecuária sustentável.

O MAPA também esteve presente nas tratativas do Comitê de Gênero do MAPA sobre projeto com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para a divulgação de dados específicos sobre mulheres na agricultura, do Conselho Nacional de Imigração para construção da nova regulamentação pertinente e do Conselho Agrícola do Sul – CAS, onde participou das gestões para emissão de declaração de apoio ao Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura – TIRFAA e ampliação do anexo correspondente, dentre outras iniciativas.

Em 2018, o MAPA participou das negociações para reconhecimento mútuo em produção orgânica com o Chile, apresentou sua posição para iniciativa mundial dos solos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e para as reuniões de especialistas do TIRFAA, tendo participado ainda das reuniões de coordenação sobre Comitê de Floresta da FAO em defesa dos interesses do MAPA, entre eles, a qualificação quanto a desmatamento legal e ilegal, além do Foro Mundial da Água, do Grupo de Trabalho da Câmara do Comércio Exterior - Camex sobre harmonização de avaliação de risco de agrotóxicos e contribuição ao documento declaratório da reunião de ministros da agricultura do grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia - G20.

Em 2018, o MAPA também atuou no âmbito do Conselho Agropecuário do Sul - CAS, no fornecimento de informações sobre registro de agrotóxicos e boas práticas agrícolas aos países da região, acompanhou as negociações sobre recursos genéticos aquáticos e florestais na FAO, participou de reunião do Grupo de Trabalho em Biotecnologia Agrícola com a China e das discussões interministeriais sobre a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU, dentre outros temas relevantes.

O MAPA também avaliou temas em discussão nas Convenções de Roterdã, Basiléia e Estocolmo, no Protocolo de Montreal, na

reunião de coordenação nacional relativas à IMO – Organização Marítima Internacional no que diz respeito a redução das emissões no transporte marítimo, que podem impactar nos valores dos fretes marítimos, além do Acordo Regional sobre Acesso à Informação Ambiental (Princípio 10) e, da Convenção sobre Áreas Úmidas (RAMSAR).

O MAPA coordena ainda as ações de promoção do agronegócio no comércio internacional que têm se mostrado necessárias para consolidação da imagem do país entre os exigentes consumidores internacionais e uma ferramenta fundamental na conquista de novos mercados, na defesa da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, promovendo o Brasil como produtor de alimentos de qualidade com sustentabilidade, com destaque para o Plano O Melhor do Agro Brasileiro, instituído em 2017 e, o lançamento da marca correspondente, em 2018.

Em 2017, também foi publicado o Decreto nº 9.195, de 9 de novembro de 2017, que instituiu o Sistema Sem Barreiras e atribuiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Ministério de Relações Exteriores e ao Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, a competência pela sua gestão e de uso conjunto com Anvisa e Inmetro para análise, identificação, monitoramento e superação de barreiras externas às exportações de produtos brasileiros.

Em 2018, o MAPA recebeu nove demandas apresentadas no âmbito do Sem Barreiras, dentre elas, as referentes ao açúcar, aos sucos e à carne termoprocessada para o Japão, a carne suína e o pão de queijo para a União Europeia, couro e peles para a China e os produtos de origem animal para a Nigéria, que se encontram em análise e já em tratamento no âmbito deste Ministério.

Ainda em 2017, foi instituída a Estratégia para Abertura, Ampliação e Manutenção de Mercados e Promoção do Agronegócio no Comércio Internacional, com a função de nortear as políticas de relações internacionais do agronegócio brasileiro, como instrumento orientador das ações governamentais a serem executadas, pelos diversos atores envolvidos. A Estratégia deverá ser publicada até o final de 2018, na forma de Resolução, como resultado de deliberação alcançada, na 119ª Reunião do Conselho de Ministros da Camex, realizada em 11 de dezembro de 2018.

Por fim, ao tempo em que foi iniciado o desenvolvimento do Sistema de Relações Internacionais do Agronegócio – SISREL, com vistas à criação de um Painel de informações sobre negociações, acesso a mercados, competitividade e promoção do agronegócio no comércio internacional, a parceria entre o MAPA e Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi intensificada e permitindo a ampliação do número de adidos agrícolas de oito para até 25 adidos agrícolas. Esse conjunto de atividades desenvolvidas, permite à SRI/ MAPA adotar uma visão holística e estratégica, que favorece as negociações de acesso aos mercados, a realização de acordos comerciais e a construção de normas e procedimentos em organismos internacionais que não sejam restritivos ao comércio internacional de produtos agropecuários.

## 2. A SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.

Dentro do rol de competências do MAPA, a SRI/MAPA é o órgão responsável pela coordenação das negociações internacionais sanitárias, fitossanitárias, tarifárias e não tarifárias de interesse do agronegócio brasileiro, execução de atividades que promovam o acesso a mercados externos e que aumentem a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro, além das atividades de promoção, cooperação internacional e de atração de investimentos estrangeiros.

Criada em 2005, a SRI/MAPA possui atualmente uma organização que lhe permite analisar a viabilidade de abertura de novos mercados e de ampliação da participação brasileira nos mercados internacionais, acompanhar fatores que interferem na manutenção de mercados internacionais, sob os pontos de vista comercial, econômico, técnico, sanitário, fitossanitário e de outros aspectos interferentes e definir estratégias de promoção internacional e defesa da imagem dos produtos do agronegócio brasileiro.

A estrutura especializada permite que a SRI atue de forma articulada com as demais áreas do MAPA, com outros órgãos e entidades da administração pública federal, além de entidades representativas do setor produtivo, que juntamente com seu corpo de adidos agrícolas e as representações diplomáticas brasileiras no exterior, importadores, exportadores, organismos internacionais e suas contrapartes no estrangeiro, lhe proporcionam a criação de uma extensa rede de relacionamentos, fundamental para a estratégia de abertura de novos mercados, ampliação da participação brasileira no mercado mundial e a manutenção dos mercados importadores de produtos agropecuários.

### 2.1. O PAPEL DA SRI E O AGRONEGÓCIO

No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. O MAPA busca integrar, sob sua gestão, os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio.

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

No que se refere às atividades de promoção do agronegócio brasileiro no exterior, o MAPA tem como alvo combinar ações institucionais, políticas, técnicas, e comerciais em mercados estratégicos, envolvendo público multiplicador e formador de opiniões tais como as autoridades governamentais, representantes setoriais, acadêmicos, imprensa e empresários locais. Com a evolução nos cenários interno e externo, mudou também a forma

pela qual o MAPA passou a ser demandado pelo setor privado agrícola.

O crescimento da produtividade e competitividade do setor agrícola brasileiro, relativamente maior do que em outros países, fez com que o mercado externo se tornasse grande oportunidade de incremento de renda para o agronegócio nacional. Isso representou incentivo para que o setor se organizasse e pressionasse o MAPA, seu tradicional interlocutor, para auxiliar no processo de abertura de mercados e nos mecanismos formais necessários para a efetivação das exportações.

Neste cenário surge a SRI/MAPA com uma ação proativa e receptiva. Ao representar o Brasil nos diferentes temas relativos ao agronegócio, a SRI/MAPA deve realizar análise de consistência e coerência constante do estado da arte na ação dos diferentes foros internacionais, acordos, regulamentos, legislações, normas e proposições, com vistas ao encaminhamento da posição negociadora brasileira. A secretaria responde também ao ser demandada oficialmente por outros países, blocos econômicos ou regionais, e parceiros internacionais.

Destaca-se que a SRI/MAPA apresenta metodologia de trabalho diferenciada, uma vez que a secretaria se envolve continuamente em cooperações, acordos e negociações – sejam eles tarifárias, não tarifárias ou de promoção do agronegócio. Estes processos são extremamente complexos do ponto de vista técnico, o que exige uma equipe qualificada para os diferentes temas na composição da secretaria, além de envolverem a articulação intensa com outros órgãos e entidades do ministério, com órgãos representantes do governo federal, com o setor privado, com as embaixadas brasileiras e estrangeiras, com o poder legislativo do Brasil e de outros países, entre outros.

Frente ao exposto, fica evidente a relevância do quadro de negociadores internacionais especializados no agronegócio, com foco não só do ponto de vista técnico, mas também do político. A SRI/MAPA, desde a sua criação, se dedica à qualificação deste corpo técnico e a consolidação da sua importância, tanto na composição interna do MAPA, quanto na composição do quadro de negociadores internacionais do governo federal.

Os temas referentes ao agronegócio são de extrema relevância econômica para os países e de alta sensibilidade política. Muitas vezes, num processo mais amplo de negociação internacional, que envolva diversos setores comerciais, são os temas relativos ao agro que se apresentam como os mais difíceis de negociar, seja pela dificuldade inerente ao tema, seja pela sua abrangência na cadeia produtiva ou pela expectativa de impacto econômico esperado.

Além disso, em geral, estas negociações ocorrem em fóruns internacionais de alta relevância, onde os pares de outros países apresentam vasta experiência em conduzir negociações especializadas. Mesmo nas negociações onde o produto representa baixo percentual relativo ao Produto Interno Bruto - PIB do País, os valores em termos absolutos são significativos. Assim, representar os interesses da política externa brasileira do agronegócio exige uma visão sistêmica, além de formação adequada, experiência e capacidade de articulação com os diversos atores representantes dos setores envolvidos.

Por fim, está entre as atividades inerentes a atuação da SRI/MAPA, o apoio técnico à participação do Ministro de Estado e do Secretário Executivo em negociações bilaterais, multilaterais ou regionais, sejam aqui no Brasil ou no exterior. A promoção do acesso a mercados e a consolidação da imagem internacional do agronegócio brasileiro, com o aumento da competitividade do

agro e do acesso ao mercado internacional, passa por diferentes eixos de atuação do estado.

Conforme será possível observar neste relatório, a SRI/MAPA conta com uma estrutura regimental enxuta, mas ao mesmo tempo altamente especializada, capaz de analisar cenários internos e externos, impactos políticos, econômicos e sociais, bem como produzir relatórios estratégicos consolidados (os “maços de apoio”), não divulgados devido ao seu caráter sensível e sigiloso, mas que subsidiam a alta gestão do Ministério na sua atuação. Em função da sensibilidade e diversidade dos temas, e da ampla carta de países e de produtos, a produção destas informações exige trabalho qualificado e refinado da equipe da SRI/MAPA, em articulação com outras áreas do MAPA.

## 2.2. AS NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS INTERNACIONAIS

O MAPA é responsável pelo posicionamento do País nas negociações agrícolas internacionais de acordos comerciais, de forma que a SRI/MAPA participa de negociações que incidem sobre o comércio internacional de produtos do agronegócio, com objetivo de demonstrar a adequação dos produtos brasileiros às exigências do mercado global, promover o reconhecimento internacional da sustentabilidade do sistema produtivo nacional, e agregar valor à mercadoria brasileira, entre outros, de forma a suscitar a preferência dos países importadores pelos produtos brasileiros.

A SRI trabalha ainda no combate a práticas que distorcem o comércio de produtos agropecuários, como o dumping e os subsídios, e contribui para a competitividade do agronegócio brasileiro e responde a consulta de países, blocos e organismos internacionais, sendo o ponto focal do MAPA em temas internacionais do agro.

Ao negociar um acordo comercial, os países buscam ampliar o acesso aos mercados externos com capacidade real ou potencial de consumo, sendo que cada produto demanda procedimentos específicos que dependem do teor do acordo e/ou das normas e diretrizes legais, adotadas por país ou bloco de países.

As negociações comerciais constituem-se em fóruns de discussão que visam produzir acordos em áreas como: regras de comércio, acesso a mercados, salvaguardas, serviços, subsídios à exportação, apoio interno, medidas sanitárias e fitossanitárias, e outras.

### 2.2.1. As negociações multilaterais

Os acordos comerciais multilaterais são constituídos pelas negociações e instrumentos jurídicos relacionados aos acordos da Organização Mundial do Comércio - OMC, visando, principalmente, a uma maior segurança nas relações econômicas internacionais a partir de um sistema internacional que regule as relações econômicas entre os Estados. As normas estabelecidas devem ser seguidas por todos os signatários, sem exceção. Desta forma, a base para a atuação da SRI em negociações multilaterais, além de outras legislações anteriores e pertinentes ao tema, está fundamentada nos princípios da OMC.

A criação da OMC resultou das negociações da Rodada Uruguai, do antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT, tendo suas atividades sido iniciadas em 1º de janeiro de 1995 e, desde então, tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio.

Com a criação da OMC, as barreiras comerciais foram reduzidas e as negociações ajudaram a abrir os mercados para o comércio. No

entanto, o trabalho da OMC não se limita à abertura dos mercados e, em alguns casos, as suas regras permitem a manutenção de barreiras, por exemplo, para proteger os consumidores ou para impedir a propagação de enfermidades.

O objetivo principal do sistema é ajudar o fluxo comercial da forma mais livre possível, sem efeitos colaterais indesejáveis, pois isso é importante para o desenvolvimento econômico e o bem-estar. Isso leva, em parte, à eliminação de obstáculos. Também exige que os indivíduos, empresas e governos saibam quais regras governam o comércio em diferentes partes do mundo, para que possam confiar que as políticas não sofrerão mudanças abruptas. Em outras palavras, os padrões devem ser “transparentes” e previsíveis.

Relacionamentos comerciais geralmente envolvem interesses conflitantes. A maneira mais harmoniosa de resolver essas diferenças é por meio de um procedimento imparcial com base em uma base jurídica acordada. Esse é o objetivo do sistema de solução de controvérsias integrado aos Acordos da OMC.

Atualmente, a OMC conta com 164 Membros, que representam 98% do comércio mundial, sendo o Brasil um dos Membros fundadores. A sede da OMC está localizada em Genebra - Suíça e as três línguas oficiais da organização são o inglês, o francês e o espanhol.

A atuação da OMC é direcionada por cinco funções específicas:

- a)** gerenciar os acordos que compõem o sistema multilateral do comércio;
- b)** servir de fórum para o comércio internacional, isto é, firmar acordos internacionais;
- c)** supervisionar a adoção e implementação dos acordos, verificando as políticas comerciais nacionais;
- d)** proporcionar assistência técnica e treinamento para os países em desenvolvimento; e
- e)** solucionar conflitos no âmbito do comércio internacional por meio do Sistema de Solução de Controvérsias.

Cabe ainda explicitar que a OMC é composta por diversos órgãos, que se reúnem regularmente para:

- a)** monitorar a implementação dos acordos em vigor;
- b)** monitorar a execução da política comercial dos países membros;
- c)** negociar o acesso de novos participantes; e
- d)** acompanhar as atividades relacionadas com o processo de solução de controvérsia.

Entre os órgãos que compõem a OMC, destacamos o Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias – Comitê SPS e o Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio – Comitê TBT, de extrema relevância para o agronegócio internacional e a atuação da SRI.

#### 2.2.1.1. OMC - O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS e o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio - TBT

Os chamados Acordos da OMC são o núcleo da OMC, negociados e assinados pela maioria dos países que mantêm trocas comerciais. Esses documentos estabelecem as normas legais fundamentais do comércio internacional. São essencialmente contratos que obrigam os governos a manter suas políticas comerciais dentro dos limites acordados. Eles são negociados e assinados pelos governos, mas seu objetivo é ajudar os produtores de bens e serviços, exportadores e importadores a desenvolver suas atividades, enquanto permite que os governos atinjam objetivos sociais e ambientais.

As medidas sanitárias e fitossanitárias – SPS visam proteger a saúde humana, animal e a sanidade vegetal por meio de normas, procedimentos e controles aplicáveis ao comércio internacional de produtos agrícolas, de forma a assegurar a inocuidade e a qualidade dos alimentos consumidos internamente e exportados, bem como a proteção do território nacional contra doenças e pragas. No entanto, a aplicação de medidas SPS impõem condições e critérios ao fluxo internacional de produtos agropecuários, que podem vir a restringir o comércio entre países.

Destaca-se que os objetivos de proteção sanitária estão entre as mais frequentes justificativas apresentadas para restrições ao comércio de produtos agropecuários. Muitas vezes, as medidas SPS são impostas sem a devida utilização de base científica ou fundamentação em análise de risco, surgindo assim a necessidade também de estabelecimento de regras para impedir seu uso arbitrário ou discriminatório.

Essas preocupações foram gradativamente incorporadas às regras do comércio internacional e se consolidam no Acordo SPS, cuja administração fica a cargo do Comitê SPS da OMC, instituído com essa finalidade.

O MAPA tem atuação efetiva, sistematizada e constante no Comitê SPS. Destaca-se a atuação da SRI/MAPA na participação neste importante fórum de discussão e em outros diferentes fóruns de negociações multilaterais, regionais e bilaterais nos quais os temas SPS são discutidos. Além disso, a SRI/MAPA acompanha o cumprimento dos acordos e tratados de cunho sanitário e fitossanitário dos quais o Brasil é signatário, defendendo o País com ações e informações sobre a conformidade aos requisitos de saúde animal, de sanidade vegetal e de inocuidade de seus produtos, contribuindo para aumentar a confiabilidade do produto brasileiro nos diversos mercados internacionais. O Acordo SPS legitima situações de exceção ao livre comércio para proteger a vida, a saúde humana, dos animais e a sanidade das plantas; detalha os princípios, contidos no Artigo XX, da não discriminação e da inexistência de restrições disfarçadas ao comércio internacional e define, medidas SPS e regras, sobre base científica de medidas, uso de padrões internacionais, equivalência, análise de risco, regionalização, transparência.

As medidas SPS tem como objetivo a proteção sanitária e/ou fitossanitária e devem ser adotadas em conformidade com as recomendações das organizações de referência do Acordo SPS, quais sejam:

- a)** Organização Mundial de Saúde Animal (OIE);
- b)** Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (CIPV); e
- c)** Codex Alimentarius.

A Organização Mundial de Saúde Animal – OIE é a organização internacional responsável por elaborar normas, diretrizes e recomendações para saúde animal e zoonoses, inclusive medidas de controle com vistas a melhorar a saúde animal no mundo. A OIE elabora Códigos para orientar a atuação dos países em relação à saúde animal e zoonoses, a exemplo do Código Sanitário para Animais Terrestres e do Código Sanitário para Animais Aquáticos, estabelecendo, ainda, classificações de risco sanitário de países. A Organização possui, atualmente, 182 países membros.

A Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV) é um tratado multilateral de 1951, supervisionado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e é a organização de referência para sanidade vegetal. A CIPV tem por

objetivo assegurar uma ação coordenada e eficaz para prevenir e controlar a introdução e disseminação de pragas de plantas e produtos vegetais, bem como, promover meios de controle.

A CIPV estabelece entendimentos para a implementação dos princípios de proteção das plantas relativos ao comércio, a harmonização de medidas fitossanitárias, o suporte aos programas de cooperação técnica da FAO e outras organizações como a OMC, além de padrões fitossanitários e acompanhamento do tema diante dos acordos regionais de integração. A CIPV também elabora normas, diretrizes e recomendações com base científica e conta atualmente com 183 Membros.

O Codex Alimentarius ou “Código Alimentar” foi estabelecido pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde, em 1963, para elaborar normas alimentares internacionais harmonizadas, que protegem a saúde dos consumidores e fomentam práticas leais no comércio de alimentos.

Essa instituição é referência para temas de inocuidade dos alimentos no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS/OMC). Esse vínculo contribui para a estabilidade e a previsibilidade nas relações comerciais, devido aos parceiros comerciais saberem que poderão ser contestados na OMC caso não sigam tais normas.

A participação nos debates e negociações do Codex mostra-se fundamental para a construção de normas, procedimentos, planos e disposições que não sejam restritivos ao comércio internacional de alimentos.

O Codex é referência para questões como resíduos de medicamentos veterinários, pesticidas, contaminantes, aditivos, critérios de higiene e controles microbiológicos, sistemas de certificação, métodos laboratoriais, resistência a antimicrobianos, Organismos Geneticamente Modificados - OGM, rotulagem. Pode-se considerar que 99% da população mundial é abrangida pelas normas do Codex, integrado por 188 países, uma organização (União Europeia) e 225 instituições observadoras (Organizações Não Governamentais, Organizações Governamentais Internacionais e Organizações das Nações Unidas).

A Convenção Internacional de Proteção das Plantas (CIPP) é um tratado internacional originado da 6ª Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em 1951. Sediado em Roma, é formado por 127 países. O tratado visa assegurar medidas de prevenção à introdução e disseminação de pragas que ameacem os vegetais e seus produtos, bem como, promover meios de controle. Estabelece entendimentos e implementação dos princípios de proteção das plantas relativos ao comércio, a harmonização de medidas fitossanitárias, o suporte aos programas de cooperação técnica da FAO e outras organizações como a OMC, e ainda, padrões fitossanitários e acompanhamento do tema diante dos acordos regionais de integração.

As ações da SRI/MAPA em 2017 e 2018, também foram efetivas para dar direcionamento científico às atuações sobre restrições ao uso de antimicrobianos no setor agropecuário em grupos de trabalho de diferentes fóruns internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial de Saúde Animal e o Codex, assim como para a eleição do atual Presidente da Comissão do Codex Alimentarius, posição não remunerada, de forma que o servidor encarregado da função, permanece atuando em suas atividades regulares no MAPA.

No âmbito dos Órgãos Subsidiários da OMC, a SRI/MAPA realizou ainda tanto em 2017, como em 2018, diversas intervenções no âmbito do

Comitê SPS relacionadas a Preocupações Comerciais Específicas (STCs – Specific Trade Concerns) relevantes para o País, além de reuniões bilaterais às margens do Comitê SPS para negociação de assuntos de interesse dos setores do agronegócio brasileiro.

Por fim, o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (Acordo TBT), também criado na Rodada Uruguai, regula a aplicação de barreiras técnicas ao comércio. As barreiras técnicas são restrições ao fluxo de comércio relacionadas às características dos produtos a serem importados ou ao seu método e processo de produção. Essas restrições baseiam-se ora no conteúdo do produto, ora nos testes que indicam a conformidade destes aos padrões exigidos pelo importador. Representam, na realidade, uma categoria das barreiras não-tarifárias.

Um padrão técnico diz respeito à terminologia, símbolos, embalagens, marcas e etiquetas aplicadas aos produtos ou aos seus processos e métodos de produção. Para tanto, a verificação dos riscos deve considerar as informações técnicas e científicas disponíveis, tecnologias de processamento e a destinação final dos produtos.

Em relação às barreiras técnicas (TBT), desenvolveram-se, nos anos de 2017 e 2018, vários processos de negociações com preparação pela SRI do material técnico de apoio e coordenação interna da posição negociadora brasileira, no MAPA e com os outros organismos do Governo Federal.

Em relação aos Comitês SPS e TBT, compete à SRI/MAPA receber as notificações de regulamentações sanitárias e fitossanitárias e de barreiras técnicas ao comércio, de todos os Membros da OMC, no âmbito do Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias e do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, catalogá-las e disponibilizá-las aos diferentes setores agropecuários envolvidos, públicos e privados, e demais órgãos deste Ministério relacionados ao tema, além de avaliar previamente as notificações recebidas, quando necessário, e enviar comentários às notificações de outros países, que contenham medidas que possam impactar no comércio dos produtos nacionais

Compete, ainda, à SRI/MAPA elaborar as notificações sanitárias e fitossanitárias realizadas pelo Brasil, no âmbito do MAPA.

Com o levantamento e o questionamento das barreiras técnicas (TBT), sanitárias e fitossanitárias (SPS) impostas por outros países aos produtos agropecuários brasileiros, o País pode aumentar a sua competitividade em relação aos seus competidores mundiais e aumentar as suas exportações, gerando recursos que refletem na balança comercial, na geração de divisas e empregos, bem como no desenvolvimento do setor produtivo e industrial.

Por fim, também compete à SRI/MAPA acompanhar e participar das negociações TBT de interesse do agro brasileiro.

#### **2.2.1.2. OMC - Trade Policy Review**

Como parte do acordo da Rodada Uruguai, de 1995, as políticas comerciais de cada um dos membros sofrem revisões periódicas conduzidas pela Organização Mundial do Comércio (TPR = Trade Policy Review). Além do comércio de bens, a revisão alcança o setor de serviços e propriedade intelectual. A OMC também exige dos governos que informem sobre medidas, políticas e legislações específicas por meio de notificações regulares.

As revisões são focadas nas políticas e práticas comerciais do país-membro. Também levam em consideração as necessidades econômicas e de desenvolvimento de forma mais ampla e o ambiente econômico externo que o país enfrenta.

A frequência das revisões depende da participação do país no comércio internacional. Os quatro com maiores participações –

União Europeia, Estados Unidos, Japão e China – são examinados a cada dois anos. Os 16 membros seguintes, incluindo o Brasil, são revisados a cada quatro anos. E, os demais países, são submetidos a cada seis anos, com a possibilidade de intervalo mais longo para países com menor desenvolvimento relativo.

A SRI/MAPA apresenta atuação relevante no apoio ao Ministério das Relações Exteriores – MRE não só na preparação e avaliação do relatório de TPR do Brasil, mas também para confeccionar e responder perguntas levantadas por outros países membros e na avaliação de TPR de parceiros comerciais com envio de perguntas para esclarecimentos, quando for o caso.

#### **2.2.1.3. OMC - Solução de Controvérsias**

Com relação à OMC, cabe ressaltar ainda que o Brasil participa dos processos de consulta e negociação, cujos principais objetivos são:

- a) o fortalecimento do sistema multilateral de comércio (inclusive o Mecanismo de Solução de Controvérsias), a fim de permitir a expansão das trocas internacionais em ambiente estável, não discriminatório e favorável ao desenvolvimento;
- b) a busca pelo aprimoramento contínuo das regras de comércio internacional, inclusive para buscar dispositivos que atendam às necessidades próprias dos países em desenvolvimento (seja por meio de maior flexibilidade na aplicação de determinadas regras e na forma como se processa a abertura comercial, seja na eliminação de assimetrias prejudiciais a esses países); e
- c) a garantia da crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros. Estes objetivos norteiam toda a atuação da SRI/MAPA no desenvolvimento e execução das suas competências.

A eficácia da OMC em evitar que práticas protecionistas sejam operadas pelos seus membros por intermédio de barreiras tarifárias e não tarifárias depende diretamente da atuação do Sistema de Solução de Controvérsias da própria Organização. Disputas na OMC são, essencialmente, sobre quebra de premissas. Uma disputa tem início quando um país adota medida comercial ou pratica alguma ação considerada por um ou mais membros da organização como violação das regras do comércio. Um terceiro grupo de países pode declarar interesse no caso.

O acordo da Rodada Uruguai introduziu um processo mais estruturado com estágios mais claramente definidos durante o processo. O caso considerado urgente pode ser acelerado. Embora muito dos procedimentos lembrem uma corte ou um tribunal, a solução preferível é que as próprias partes envolvidas discutam e decidam a disputa. O primeiro estágio é de consultas entre os membros envolvidos. Os contenciosos podem ser consultados na página da OMC na Internet, tanto por temas, como por países, disponível nas três línguas oficiais da organização: inglês, espanhol e francês.

### **2.3. O MERCOSUL**

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A Venezuela foi incorporada em 2012; no entanto os Países do Mercosul oficializam suspensão da Venezuela do bloco em dezembro de 2016.

A configuração atual do MERCOSUL encontra seu marco institucional no Protocolo de Ouro Preto, assinado em dezembro de 1994. O Protocolo reconhece a personalidade jurídica de direito

internacional do bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais.

Acordos Regionais e Bilaterais são acordos firmados entre dois sujeitos de direito internacional (Estados ou Organizações Internacionais), podendo versar sobre os mais diversos temas, como cooperação econômica ou segurança. Por ser este um tipo de acordo em que estão envolvidas somente duas partes, sua entrada em vigor coincide com a respectiva troca dos instrumentos de ratificação pelas partes pactuantes (no caso dos Estados). Normalmente, há nesses acordos reciprocidade de concessões. No entanto, podem ser formados por meio de barganha, envolvendo elementos de favorecimento, diferenciação, preferência e tratamento especial, caracterizando-se assim um acordo evidentemente discriminatório.

O Brasil participa ativa e permanentemente dos diversos foros do Mercosul que discutem e propõem regulamentos relativos às áreas sanitária e fitossanitária, e outros tipos de barreiras não tarifárias, entre os países do bloco econômico.

Destaca-se que a SRI/MAPA apresenta uma metodologia de trabalho diferenciada, uma vez que a Secretaria se envolve em contínuos processos de cooperações, acordos e negociações, com países, regiões, blocos e organizações internacionais tarifárias. Estes processos são extremamente complexos do ponto de vista técnico, o que exige uma equipe qualificada para os diferentes temas na composição da secretaria, além de envolverem a articulação intensa com outras secretarias do ministério e outros órgãos representantes do governo federal, o que demanda tempo e estudo.

### **2.3.1. MERCOSUL - Tarifa Externa Comum (TEC)**

Desde o estabelecimento do Mercosul, previu-se um período de convergência das tarifas nacionais à Tarifa Externa Comum - TEC. Esta convergência foi traduzida na criação de Listas de Exceção Nacionais e Listas de Exceção Setoriais. As listas de exceção nacionais são definidas por cada Estado Parte. A cada seis meses, os Estados Partes podem revisar e alterar no máximo 20% de suas listas nacionais.

Somente em casos excepcionais, os Estados Partes podem estabelecer alíquotas diferentes das modais (para mais ou para menos) e estudar a aplicação de alíquotas superiores a 20%.

No Brasil, os pedidos de inclusão e exclusão de produtos na Lista de Exceção podem ser apresentados por empresas à Secretaria da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, que devem preencher o roteiro de solicitação. Cabe ressaltar que o Governo pode também encaminhar solicitações ou de inclusão ou de exclusão de produtos na Lista. Uma vez que os pedidos são recebidos, uma reunião técnica para análise dos pedidos é convocada.

Os resultados das reuniões técnicas são encaminhados na forma de recomendações ao Grupo de Ministros da CAMEX que deliberarão sobre as alterações à Lista.

Em 2017 e 2018 buscou-se garantir o equilíbrio e a competitividade da produção brasileira frente ao produto importado e abastecer o mercado quando da redução da oferta do produto nacional, conforme disposto no próximos itens do presente relatório.

### **2.3.2. MERCOSUL: Os Subgrupos**

O Grupo Mercado Comum – GMC é o órgão executivo do Mercosul. É integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Economia e Banco Central de cada um dos Estados

Partes que se reúnem uma vez a cada três meses. Tem como objetivo acompanhar e regulamentar a aplicação do Tratado de Assunção e, também, negociar acordos com terceiros países, garantindo assim o avanço do processo de integração.

Os Subgrupos de Trabalho (SGT) são os órgãos de assessoramento do GMC que se dividem em temas específicos.

O SGT-3 é o Subgrupo de Trabalho do MERCOSUL responsável pela discussão de regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade. Em sua estrutura, encontra-se a Comissão de Alimentos, cuja coordenação cabe à SRI/MAPA.

As normas tratadas no SGT-3 são de incorporação obrigatória ao ordenamento jurídico brasileiro. Os temas tratados na Comissão de Alimentos envolvem as questões de rotulagem, rotulagem nutricional, métodos de processamento, listas positivas e negativas de aditivos, contaminantes, e limites máximos de resíduos e padrões de identidade e qualidade de produtos de origem animal e vegetal.

Dessa forma, possuem impacto sobre as questões regulatórias de competência de diversas áreas do MAPA e dos interesses em exportar e importar com segurança sanitária e fitossanitária e com benefícios, também ao setor exportador para Argentina, Paraguai e Uruguai.

As matérias que já são reguladas pelo SGT-3 só podem ser modificadas após acordo no próprio SGT-3. A necessidade de adequação é importante para permitir ajustes aos avanços tecnológicos implementados pelo setor produtivo e regulatório brasileiro.

O SGT-8, Subgrupo de Trabalho nº 8 - Agricultura do MERCOSUL, é o órgão de apoio ao Grupo Mercado Comum em assuntos de natureza agrícola. A principal atividade do SGT-8 é a elaboração e revisão de regulamentos (sanitário e fitossanitário) que buscam superar as barreiras técnicas ao comércio regional por meio da harmonização da regulamentação técnica existente nos Estados Partes.

Assim, para o melhor desempenho de suas atividades, o SGT-8 dispõe das seguintes comissões técnicas de apoio: Comissão de Sanidade Animal, Comissão de Sanidade Vegetal, Comissão de Sementes e Comissão Vitivinícola e Comissão de Biotecnologia Agropecuária.

### **2.3.3. As barreiras de terceira geração**

Negociações tendo como tema barreiras de terceira geração, que envolvem disciplinas não-tarifárias (como propriedade intelectual, clima, recursos genéticos, sustentabilidade e temas sociais relacionados ao agronegócio), que também tiveram destaque na atuação do MAPA em 2017 e 2018.

Considerando a competência regimental atribuída à SRI/MAPA relacionada a outras disciplinas internacionais, foram intensificadas as ações internacionais em temas como propriedade intelectual, barreiras técnicas ao comércio (TBT), sustentabilidade, mudanças climáticas e biotecnologia.

As negociações de todos esses temas são fundamentais para aumentar a participação brasileira no comércio internacional para os produtos do agronegócio brasileiro, pois atualmente são essas as principais barreiras às exportações agropecuárias. Essas novas ações ampliam o portfólio de articulações com setores internos do MAPA, academia, e setor privado.

### 3. ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A atual estrutura organizacional da SRI/MAPA foi estabelecida por meio do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, sendo composta por um gabinete, três departamentos, sete coordenações gerais, 14 coordenações, cinco divisões e dois serviços, além dos atuais 14 adidos agrícolas em exercício no exterior.

Em conformidade com o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, compete à SRI/MAPA:

*Art. 34. À Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio compete:*

*I - formular propostas e coordenar a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em negociações de atos internacionais concernentes aos temas de interesse do agronegócio;*

*II - analisar e acompanhar a evolução e a implementação de acordos, de financiamentos externos e de deliberações relativas à política externa para o agronegócio, no âmbito dos organismos internacionais, incluídas as questões que afetem a oferta de alimentos e que apresentem implicações para o agronegócio;*

*III - coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, em âmbito internacional, em articulação com os demais órgãos da administração pública federal, nas áreas de:*

*a) promoção comercial do agronegócio e de seus produtos, marcas e patentes;*

*b) atração de investimentos estrangeiros;*

*c) cooperação técnica; e*

*d) contribuições e financiamentos externos;*

*IV - coordenar e promover, no âmbito de competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o desenvolvimento de atividades, nos âmbitos internacional bilateral, regional e multilateral;*

*V - acompanhar e participar da formulação e da implementação dos mecanismos de defesa comercial;*

*VI - elaborar estratégias para o agronegócio nacional em cooperação com outros órgãos e entidades da administração pública federal e do setor privado;*

*VII - analisar a conjuntura e as tendências do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro;*

*VIII - coordenar, acompanhar, analisar e avaliar as atividades de adidos agrícolas brasileiros no exterior;*

*IX - coordenar e acompanhar a implementação de decisões, relativas ao interesse do agronegócio, de organismos internacionais e de acordos com governos estrangeiros, em articulação com outras unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;*

*X - sistematizar, atualizar e disponibilizar banco de dados relativo às estatísticas das exportações brasileiras, aos requisitos dos mercados importadores e aos históricos das negociações e dos contenciosos relativos ao agronegócio, no País e no exterior, assim como os principais riscos e oportunidades potenciais às cadeias produtivas;*

*XI - assessorar os demais órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração da política agrícola nacional;*

*XII - assistir o Ministro de Estado e os dirigentes das unidades organizacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na coordenação, na preparação e na supervisão de missões e de assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais;*

*XIII - coordenar a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em fóruns de negociações internacionais que incluam temas de interesse do agronegócio brasileiro; e*

*XIV - promover, no âmbito de competência da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio:*

*a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações; e*

*b) a celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:*

*1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;*

*2. a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e*

*3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho. (Grifo Nosso).*

Apesar da estrutura organizacional modesta, a SRI/MAPA possui corpo técnico altamente especializado e dedicado à execução de suas atribuições, na avaliação da competitividade para acesso e ampliação de participação do agronegócio brasileiro nos mercados internacionais, na coordenação de negociações tarifárias e não tarifárias e na promoção internacional e atração de investimentos estrangeiros para o setor.

A SRI/MAPA, em articulação com o setor privado, também atua na elaboração de propostas de negociações sanitárias, fitossanitárias, tarifárias e não tarifárias multilaterais, regionais e bilaterais de acordos e análise das deliberações relativas às demais práticas no mercado internacional que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário brasileiro.

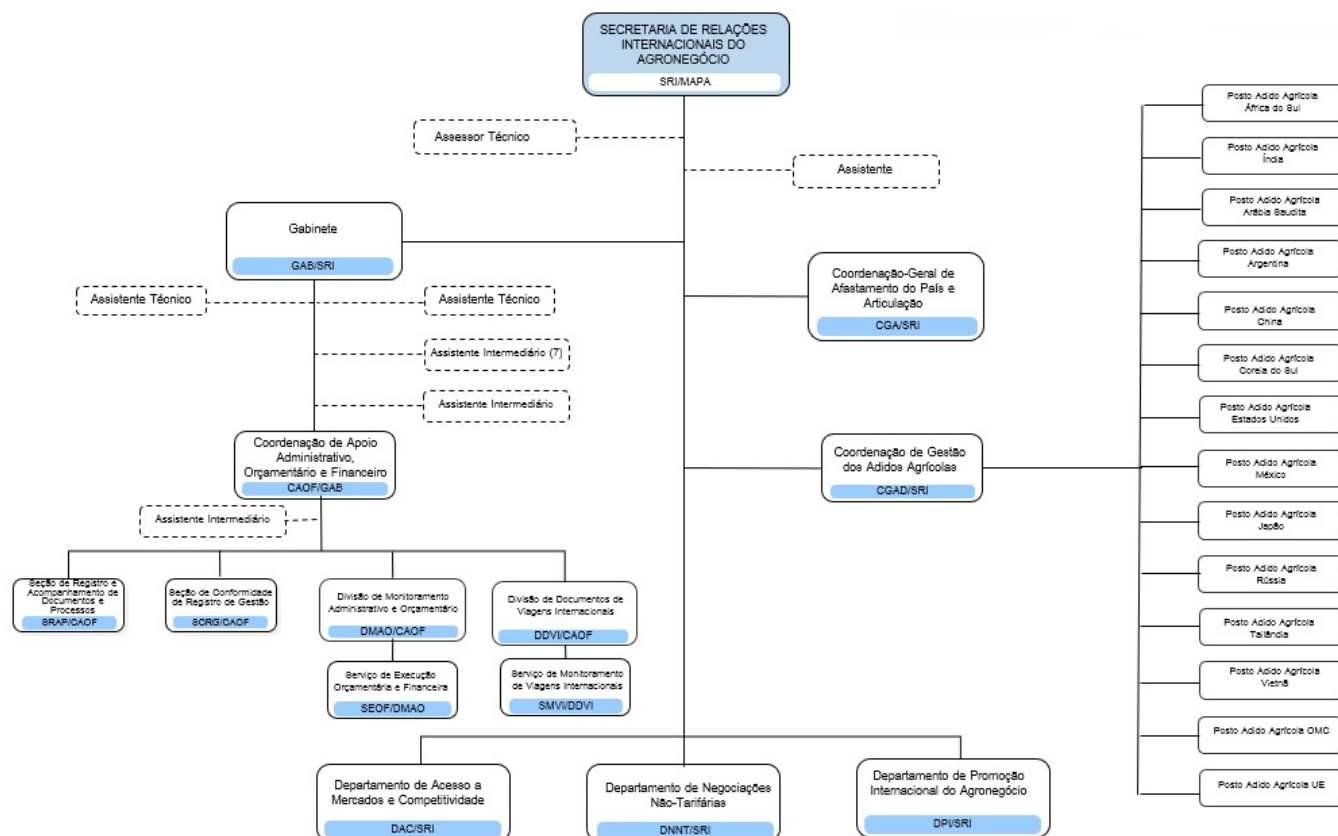
Outra atividade desempenhada pela SRI/MAPA com vistas a aumentar a competitividade é o apoio à representação diplomática do Brasil na OMC para discussão de contenciosos comerciais no sistema de solução de controvérsias da OMC questionando as políticas de comercialização, proteção, apoio doméstico e incentivo à produção de diversos países de interesse exportador do agronegócio brasileiro.

As três áreas finalísticas da Secretaria, representadas pelos Departamentos, contam com o suporte estratégico de um Gabinete composto por uma coordenação de apoio administrativo, orçamentário e financeiro, com duas divisões, uma responsável pelo monitoramento administrativo e orçamentário e outra pela documentação de viagens internacionais, que também possui um serviço de monitoramento de viagens internacionais.

Além do Gabinete a SRI/MAPA possui mais duas áreas transversais, a Coordenação Geral de Afastamento do País e Articulação, responsável pela articulação interna e externa da Secretaria e, a Coordenação de Gestão dos Adidos Agrícolas, responsável pelo processo seletivo, manutenção do quadro de acesso aos postos e pela coordenação, acompanhamento e gestão das atividades dos adidos agrícolas brasileiros no exterior.

A estrutura regimental da SRI/MAPA está representada na figura 03 a seguir, que contempla as unidades organizacionais diretamente ligadas ao Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio.

Figura 03: Organograma da estrutura regimental da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.



### 3.1. GABINETE

O Gabinete – GAB/SRI presta assistência ao Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio na execução de suas atribuições, instrução de processos, elaboração, monitoramento e controle de documentos, atendimento às solicitações e comunicações dos órgãos e entidades nacionais e internacionais, agenda de trabalho, audiências, seleção do expediente e o preparo de correspondência e documentos para despacho do Secretário, além de coordenar as atividades de apoio operacional e administrativo e ações referentes aos planos de trabalho de convênios, contratos, termos de parceria e cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

O GAB/SRI responde ainda por todos os processos de afastamento do país realizados no âmbito do MAPA, ainda que referentes a servidores de outras secretarias, ou unidades vinculadas ao MAPA (como Embrapa, CONAB e INMET) com responsabilidade pelo acompanhamento e expedição de documentos de viagens internacionais e monitoramento das viagens internacionais realizadas.

Ao GAB/SRI também foram atribuídas as responsabilidades pelo acompanhamento e representação da SRI/MAPA nas concertações a respeito dos Planos Plurianual, de Educação Continuada, de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos e Controle, de Dados Abertos, de Governança, de Iniciativas de Desburocratização, Regimento Interno, Relatórios de Atividades, de Gestão e Planejamento Estratégico, bem como representar a SRI/MAPA na Comissão Gestora do Sistema Sem Barreiras, no Sistema Brasileiro de Inteligência, dentre outras responsabilidades.

Os projetos estruturantes referentes ao Plano O Melhor do Agro Brasileiro, à Estratégia para Abertura, Ampliação e Manutenção de Mercados Internacionais e Promoção do Agronegócio e, ao Painel de Relações Internacionais do Agronegócio também são coordenados pelo GAB/SRI, em articulação com as demais

unidades organizacionais tanto da SRI/MAPA, como dos demais órgãos e entidades do MAPA e de outros Ministérios, assim como com o setor privado.

Dentre as atividades rotineiras GAB/SRI, merecem destaque a elaboração dos Maços de Apoio, que são ferramentas de agregação de informações estratégicas produzidas pelas unidades organizacionais da Secretaria, que constituem conhecimentos essenciais para subsidiar autoridades do MAPA em missões ao exterior, bem como no recebimento de autoridades estrangeiras no Brasil.

Os Maços de Apoio são preparados para todas as missões internacionais do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Secretário Executivo da pasta e do Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio. Também são preparados quando os referidos gestores deste Ministério, recebem no Brasil, Ministros, Embaixadores, dirigentes de organismos internacionais, dentre outras autoridades.

No caso das missões ao exterior compõem o Maço: a Agenda da Missão, os componentes da mesma e os temas de interesse a serem tratados com as autoridades do(s) país(es) visitado(s). As informações são elaboradas pelas áreas técnicas, que proferem sua análise e sugerem encaminhamentos para cada um dos temas a serem tratados durante a missão.

Entre 2017 e novembro de 2018 foram preparados Maços para mais de 15 países visitados em missões internacionais, dentre eles, os Emirados Árabes Unidos, China, Espanha, Portugal, Bolívia, Egito, Turquia, França, Argentina, Rússia, Alemanha, Arábia Saudita, Kuwait, Catar e outros. Foram preparados Maços para diversos foros e eventos internacionais como BIF (Brazil Investment Forum), GAF (Global Agribusiness Forum), CAS (Conselho Agropecuario do Sul), GFFA (Global Forum for Food and Agriculture) e BRICS, dentre outros.

Da mesma forma, foram preparados Maços de Apoio também para as visitas de autoridades ao Mapa de vários países como Irã, Macedônia, União Europeia, Iraque, Japão, Canadá, dentre outros.

O Painel de Relações Internacionais do Agronegócio, projeto estruturante da SRI/MAPA, tem como um de seus objetivos a geração de Maços de Apoio em tempo real, a partir dos conhecimentos produzidos pelas demais unidades organizacionais da Secretaria, no Sistema de Informações em Relações Internacionais do Agronegócio – SISREL.

### **3.1.1. Gestão Administrativa e Financeira**

Ainda no Gabinete, a Coordenação de Apoio Administrativo, Orçamentário e Financeiro – CAO/GAB é responsável pelas atividades de administração geral, programação e execução orçamentária e financeira, operacionalizar os processos de afastamento do País de servidores e empregados públicos do Ministério e de empregados de entidades vinculadas.

A CAO/GAB também é responsável por controlar e disponibilizar recursos orçamentários e financeiros necessários às atividades dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas no exterior e proceder a execução da celebração de convênios, termos de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres.

## **3.2. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Além do GAB/SRI, a SRI/MAPA possui uma Coordenação-Geral de Afastamento do País e Articulação – CGAR/SRI, responsável pela articulação externa com outros órgãos, entidades públicas e privadas, organismos internacionais e corpo diplomático credenciado junto ao Governo Brasileiro, além da interação com as demais unidades organizacionais da SRI/MAPA e apoio as atividades de protocolo e cerimonial internacional no âmbito do MAPA, durante eventos internacionais.

A CGAR/SRI, em conjunto com o GAB/SRI presta assessoria direta ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento durante seus compromissos internacionais, no Brasil e no exterior, o auxiliando desde questões protocolares (cerimonial, eventos, informações) e diplomáticas, até questões técnicas vinculadas a negociações e encontros ministeriais (Maços de Apoio).

A SRI/MAPA é também a unidade interlocutora do MAPA com o MRE, com as Embaixadas sediadas em Brasília e os diversos Organismos Internacionais dos quais o Brasil faz parte, atividade realizada pela CGAR/SRI conjuntamente com o GAB/SRI.

Compete à CGAR/SRI, em conjunto com o GAB/SRI, a articulação entre os departamentos, outras secretarias e unidades do MAPA, devido à natureza transversal de todas as atividades realizadas para construção e condução de uma política internacional do agronegócio brasileiro, de forma que o diálogo institucional e a soma de ações e competências, sem sobreposição do trabalho desenvolvido pelas equipes, é fundamental para a construção sólida e qualificada da posição negociadora brasileira.

Dentre as atividades desenvolvidas pela CGAR/SRI, a articulação da participação do MAPA no Conselho Agropecuario do Sul (CAS), merece destaque. Fundado em 2003, o CAS é um fórum ministerial de consulta e coordenação de ações regionais, composto pelos ministros da agricultura da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, cujo principal objetivo é definir as prioridades da agenda agrícola e tomar posições sobre temas de interesse regional, a fim

de articular o desenvolvimento das ações acordadas.

Em 2018, a SRI/MAPA – em conjunto com a SPA/MAPA – realizou diversos encontros presenciais e videoconferências entre os integrantes da Rede de Coordenação de Políticas Agropecuárias – REDPA/CAS, que coordena subgrupos específicos para as áreas de Políticas Agropecuárias, Mercados e Prognóstico de Colheitas, Gestão de Riscos Agropecuários, Políticas Públicas em Biotecnologia e Agroenergia.

O Conselho de Ministros da Agricultura se reúne ao menos uma vez por ano ou, de forma extraordinária, a pedido de qualquer dos Ministros que o integram. Neste ano, a última reunião de ministerial foi realizada no último dia 20 de setembro, na Argentina – atual presidente do Conselho. Para essa reunião, foram negociadas e assinadas as seguintes declarações:

- a)** Melhoramento Genético de Cultivares;
- b)** Acesso aos Recursos Fitogênicos para Alimentação e Agricultura;
- c)** Abordagem Conjunta sobre Limite Máximo de Resíduos;
- d)** Acesso a Terceiros Mercados para Produtos OGMs e seus Derivados;
- e)** Convergência Regulatória entre os Países do CAS; e
- f)** Abordagem Conjunta sobre Resistência Antimicrobiana.

Ademais, foram criados dois grupos ad hoc que tratam sobre mel e associativismo, que tiveram o seu primeiro encontro em novembro de 2018, no Uruguai e no Chile, respectivamente.

Dando continuidade às atividades do Conselho, será realizada, em 29 de novembro, em Buenos Aires, a última reunião extraordinária do CAS em 2018.

Por fim, a CGAR/SRI também será responsável pela gestão das atividades da Câmara Temática de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a ser reativada em 2019.

## **3.3. GESTÃO DE ADIDOS AGRÍCOLAS**

A Coordenação de Gestão dos Adidos Agrícolas – CGAD/SRI presta assessoramento ao Secretário em temas relacionados aos adidos agrícolas, sendo responsável também por coordenar, acompanhar, analisar e orientar suas atividades no exterior, realizar seu processo seletivo e manter atualizado o quadro de acesso dos candidatos aos postos.

A CGAD/SRI também é responsável pelo acompanhamento e avaliação de planos, programas, cursos, estágios, planos de trabalho, projetos básicos, termos de referência e outras ações específicas, incluindo as atividades de inteligência desenvolvidas pelos adidos agrícolas na produção, análise e proteção de conhecimento.

Em 2017, foi efetivado o processo de ampliação do escopo de atuação dos adidos agrícolas e de aumento no número de mercados com adidos, em continuidade às iniciativas adotadas em 2016, quando o número de adidos agrícolas foi expandido de oito para até 25, por meio da publicação do Decreto nº 8.749, de 9 de maio de 2016, que promoveu a alteração do Decreto 6.464, de 27 de maio de 2016.

A alteração amplia a rede de atuação do MAPA para atuação de forma presencial em Embaixadas e Missões internacionais brasileiras, cujos postos foram estrategicamente definidos buscando reforços para as negociações de interesse do agronegócio brasileiro no exterior.

Com a publicação da Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 33, de 03 de janeiro de 2017, foram definidos os países que contarão com Adidos Agrícolas, bem como os países em que exercerão suas atividades cumulativamente, por meio de cronograma para implementação e ampliação dos postos, com início em 2017 e conclusão em 2020, pelo qual serão definidos os 25 adidos agrícolas que serão responsáveis pelo atendimento das demandas do agronegócio em 75 países.

Em dezembro de 2017, o MAPA enviou para o exterior 10 novos adidos agrícolas, sendo 4 adidos, em substituição aos adidos na África do Sul, Argentina, China e Rússia, e 6 adidos, que serão responsáveis pela abertura dos novos postos na Arábia Saudita, Coreia do Sul, Índia, México, Tailândia e Vietnã. Esse foi o maior contingente de adidos agrícolas já encaminhado ao exterior pelo Brasil. Todos os adidos agrícolas são escolhidos por meio de seleção por mérito, realizada pelo MAPA e MRE, e todos são nomeados por Decreto Presidencial.

Em setembro de 2018, foi publicado o edital de seleção para composição de lista tríplice de candidatos a postos de adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no Canadá, China, Colômbia, Egito, Indonésia Marrocos e União Europeia, tendo sido selecionados adidos para o preenchimento de todos os postos, com exceção da China, que se optou por aguardar novo chamamento para ampliação do quadro de acesso, tendo em vista que aquele posto já dispõe de um adido em atividade.

A SRI/MAPA está adotando as medidas necessárias para que os integrantes das listas tríplexes de candidatos selecionados possam se apresentar aos seus respectivos postos, junto às missões diplomáticas até o final do ano de 2018, oportunidade em que o MAPA contará com um quadro de 20 adidos agrícolas em exercício.

A evolução das negociações de interesse do agronegócio brasileiro e a importância das políticas elaboradas pelos organismos internacionais no comércio internacional de produtos agrícolas revelou, em 2018, a necessidade de revisão da recém publicada Portaria Interministerial MAPA/MRE nº 33, de 03 de janeiro de 2017, com alteração na descrição tanto dos países que contarão com Adidos Agrícolas e países de cumulatividade, como também na ampliação do quantitativo de organismos internacionais, que contarão com representatividade brasileira.

Nesse sentido, em conjunto com o MRE, foi realizada uma análise da situação atual, de forma que a distribuição dos 25 postos de adidos agrícolas deverá ser revisada, para aloca-los nos países mais estratégicos para o agronegócio brasileiro. de forma que o adido então responsável pela representatividade brasileira na União Europeia, localizado na Bélgica, terá sua atuação expandida para que, além das atividades relacionadas ao bloco, possa atuar nas concertações bilaterais entre o Brasil e cada um dos países do bloco.

Da mesma forma, o adido responsável pela Missão na Organização Mundial do Comércio (OMC), localizado na Suíça, acumularia a responsabilidade pelas atividades envolvendo a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que compreende os países que não pertencem à União Europeia, a saber, Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia, mas cujo bloco possui um acordo em negociação com o Mercosul, justificando desta forma, a importância da ampliação da responsabilidade do adido.

A importância da participação nos Organismos Internacionais, deverá ser evidenciada pela ampliação da responsabilidade do adido a ser localizado em Roma, na Itália, até então responsável apenas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e

Alimentação – FAO, que passará a representar o MAPA em mais seis organismos, a saber, a Cúpula Mundial da Alimentação (World Food Summit – WFS), o Codex Alimentarius, o Programa Mundial de Alimentos (World Food Programme – WFP), o Sistema de Informação sobre Mercados Agrícolas (Agricultural Market Information System – AMIS), o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (International Fund For Agricultural Development – IFAD) e a Biodiversidade Internacional (Bioversity International).

Da mesma forma, em função da redução do comércio com a União Econômica Euroasiática, será aberto um Posto em Paris, na França, por meio do remanejamento de uma das duas vagas anteriormente designadas para a Rússia, onde atuará um adido, que passará a representar o MAPA em mais seis organismos, sendo três localizados em Paris, a saber, Organização Internacional do Vinho - OIV, Organização Mundial de Saúde Animal - OIE e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e, três localizados em Londres, a saber, Organização Internacional do Café – ICO, Organização Internacional do Açúcar – ISSO, Conselho Internacional de Grãos – IGC.

A nova disposição e área de atuação dos postos com adidos agrícolas, deve-se ao conhecimento de que algumas Embaixadas, já respondiam cumulativamente por mais de um país, situação prevista nos termos do Decreto nº 5073, de 10 de maio de 2004, de forma que, nesses casos, os adidos agrícolas também deverão responder pelas demandas referentes a esses países, visando aumentar a eficiência de sua utilização na defesa dos interesses do agro brasileiro.

Neste sentido, os postos dos Estados Unidos da América, da China, do Japão, Indonésia, Tailândia, Vietnã, Arábia Saudita, Canadá, Coreia do Sul e Índia, tiveram sua definição de representatividade mantida, salvo os casos previstos no Decreto nº 5.073, de 10 de maio de 2004, onde o próprio projeto de portaria faz referência ao que define aquele ato normativo, de que os adidos terão como área de atuação a mesma área de cumulatividade das Embaixadas, concomitantemente às suas atualizações.

O Posto do Marrocos passou a ser responsável por três países, a saber, Marrocos, Nigéria e Tunísia e, por questões logísticas, a Turquia deixa de ser parte da cumulatividade do Egito e passa para o Irã, ficando o Posto do Egito, responsável por Argélia, Quênia e Etiópia devido ao grande potencial para a expansão do comércio internacional do agronegócio brasileiro naquele continente.

Ao Posto do México, foram acrescentados de forma cumulativa todos os países da América Central, como medida estratégica de ampliar a inserção do agronegócio brasileiro na região, para atendimento por demanda, considerando que atualmente inexistia justificativa para abertura de um novo posto em qualquer um daqueles países.

O Posto da Colômbia teve a adição da Bolívia, como cumulatividade, que foi remanejada do Posto da Argentina, devido à grande demanda já representada pelo Mercosul, afeta ao Posto da Argentina, que já acumula o Chile, além de questões estratégicas dada a maior similaridade entre Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e, agora a Bolívia, característica dos países andinos.

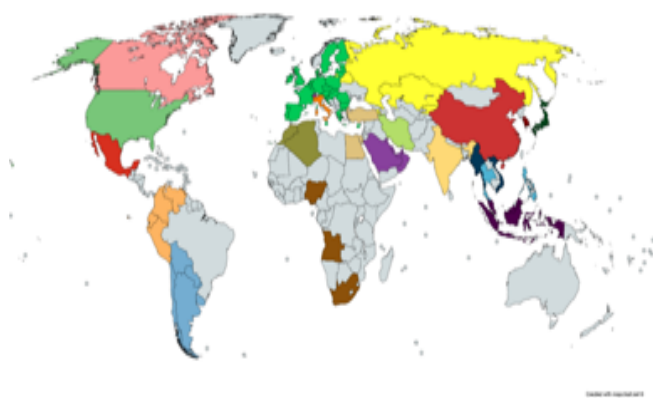
O Posto da África do Sul teve a Nigéria remanejada para o Posto do Marrocos, por questões logísticas, tendo sido adicionados ainda, de forma cumulativa ao Posto da África do Sul, Botsuana, Namíbia e Zimbábue, visto que já eram atendidos extraoficialmente por aquele posto e por comporem a união aduaneira do sul da

África - SACU, formada pela África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, bloco econômico com o qual o Mercosul está negociando acordo comercial.

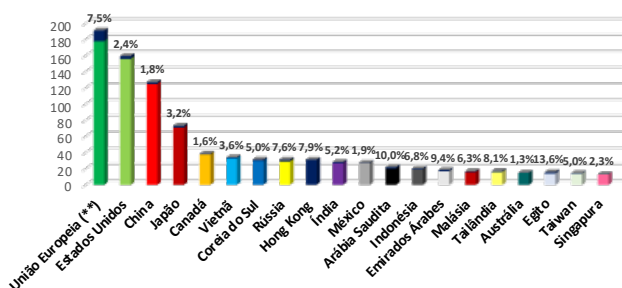
Por fim, o Posto da Argentina, conforme explicitado anteriormente, passará a responder cumulativamente apenas pelo Paraguai, Uruguai e Chile, visto que a Bolívia deverá ser remanejada para o Posto da Colômbia, resultando assim em uma ampliação considerável da atuação dos 25 adidos agrícolas, onde os 21 postos a serem preenchidos até o final de 2019, serão responsáveis por 109 países, seis blocos econômicos, a saber União Europeia (UE), Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), União Econômica Euroasiática (UEE), União Aduaneira da África Austral (SACU), Conselho de Cooperação do Golfo e Mercosul, além de 14 organismos internacionais (FAO, OMC, OIV, OIE, OCDE, WFS, CODEX, WFP, AMIS, IFAD, BIODIVERSIDADE INTERNACIONAL, ICO, ISSO, IGC).

A Figura 05 e o Gráfico 04 a seguir apresentam a área de atuação dos 25 postos de adidos agrícolas, e a participação de cada país de cada posto, nas importações mundiais de produtos agrícolas.

**Figura 04: Países atendidos por adidos agrícolas brasileiros. 2018.**



**Gráfico 04: Participação dos países atendidos por adidos agrícolas nas importações mundiais de produtos agrícolas. 2017.**



A estratégia de ampliação e redistribuição dos postos de adidos agrícolas brasileiros no exterior tem como uma de suas principais justificativas o melhor direcionamento da política de comércio exterior do agronegócio brasileiro, para os maiores mercados importadores de produtos agrícolas, com o consequente maior direcionamento das negociações de acordos tarifários e não tarifários, com vistas ao alcance da meta de atender a 10% das importações mundiais.

A análise das importações realizadas pelos 109 países a serem atendidos pelos 25 adidos agrícolas brasileiros, revela que aqueles são os destinos de 85,59% das exportações mundiais de produtos agrícolas e que, o Brasil atualmente é responsável por 7,23% das importações realizadas por esses países, de forma que, para atingir a meta de 10% das importações mundiais, deverão ser direcionadas ações para atingir o equivalente a 11,68% do total importado pelos

países a serem atendidos por adidos agrícolas.

Ainda no âmbito da gestão dos adidos agrícolas, foram promovidas importantes alterações na legislação vigente, visando a melhoria das condições de trabalho dos adidos junto às missões diplomáticas no exterior. Nesse sentido com a publicação do Decreto nº 9.476, de 20 de agosto de 2018, o Decreto nº 6.464/2008, teve alterado o seu art. 6º, definindo o limite de dois auxiliares locais por missão diplomática e, o art. 16, possibilitando a adesão dos adidos ao Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior.

O mesmo Decreto nº 9.476/2018, alterou o Decreto nº 9.925, de 14 de setembro de 1990, harmonizando com este ato normativo a possibilidade de adesão dos adidos agrícolas ao Programa Complementar de Assistência Médica do Serviço Exterior, prevendo ainda o repasse dos recursos para o custeio da adesão ao referido programa, a ser efetuado, no caso, pelo MAPA.

Por fim, entende-se que a ampliação tanto do número de postos, como da área de atuação dos adidos agrícolas estão em perfeito alinhamento com o planejamento estratégico do MAPA, sendo fundamental para o alcance da meta de participação do agronegócio brasileiro em 10% das importações mundiais.

### 3.4. ACESSO A MERCADOS E COMPETITIVIDADE

O Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade DAC/SRI é a unidade da SRI/MAPA responsável pela coordenação e articulação com o setor privado nacional para elaborar propostas em negociações multilaterais, regionais e bilaterais de acordos comerciais e analisar as deliberações relativas às demais práticas comerciais no mercado internacional, que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário.

Assim, a SRI/MAPA negocia a diminuição das tarifas que incidem sobre o comércio internacional de produtos do agronegócio, trabalha no combate a práticas que distorcem o comércio de produtos agropecuários, como o “dumping” e os subsídios e contribui para a competitividade do agronegócio brasileiro, inclusive por meio da elaboração de estudos com vistas a subsidiar a identificação de estratégias, cenários, barreiras e oportunidades à inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Destaca-se assim a atuação do DAC/SRI como coordenador dos interesses do agronegócio brasileiro junto ao setor privado nacional e demais órgãos do governo em negociações regionais, de acordos de comércio preferencial, defendendo a posição brasileira no Mercosul, e negociações multilaterais, além de acompanhar os compromissos já firmados nos diferentes, fóruns e mecanismos internacionais de solução de disputas, como a Organização Mundial do Comércio, e no combate a práticas que distorcem o comércio de produtos agropecuários.

As ações de negociação têm se pautado em aumentar as exportações agrícolas brasileiras por meio da abertura de novos mercados via negociações tarifárias, bem como ampliação da penetração brasileira em países com os quais já celebramos acordos comerciais. Além disso, também são realizadas ações no sentido de manter as exportações brasileiras e defendê-las de práticas ilegais de comércio.

O DAC/SRI também é o responsável pela administração do sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro, AGROSTAT, bem como pela sistematização e divulgação de informações dispostas neste sistema.

Em conformidade com o Decreto nº 88.852, de 20 de setembro de 2016, são competências do DAC/SRI:

*Art. 35. Ao Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade compete:*  
*I - articular e elaborar propostas para negociações multilaterais, regionais e bilaterais de acordos comerciais e analisar as deliberações relativas às demais práticas comerciais no mercado internacional que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário;*

*II - acompanhar a implementação de acordos comerciais multilaterais e de acordos firmados pela República Federativa do Brasil com outros mercados, que tenham implicações para o agronegócio;*

*III - acompanhar e analisar questões que afetem a oferta de alimentos ou que sejam de interesse do agronegócio brasileiro, no âmbito dos organismos internacionais;*

*IV - elaborar análise de consistência e coerência das notificações de caráter comercial dos países-membros de organismos internacionais de interesse para o agronegócio nacional;*

*V - identificar oportunidades, obstáculos e cenários para o desenvolvimento de estratégias de acesso dos produtos do agronegócio brasileiro ao mercado internacional;*

*VI - monitorar a implementação de políticas agrícolas de países estrangeiros e produzir análises sobre os impactos dessas políticas para o comércio internacional de alimentos e para o agronegócio internacional;*

*VII - atuar nas negociações de integração regional, na elaboração de propostas relativas à política comercial externa do MERCOSUL e nos temas de interesse para o agronegócio brasileiro; e*

*VIII - estabelecer parcerias com os setores público e privado para otimizar o resultado das negociações internacionais no âmbito de acesso a mercados e de aumento da competitividade do agronegócio brasileiro. (Grifo nosso)*

As atividades de inteligência comercial realizadas pelo DAC/SRI possibilitam o planejamento da atuação internacional do MAPA, visto que a partir da análise dos dados de comércio exterior do agronegócio brasileiro e de seus principais parceiros, é permitida

a análise das estratégias a serem adotadas tanto na recepção a missões estrangeiras, como em missões brasileiras ao exterior, bem como nas reuniões bilaterais de negociação comercial e nos demais foros de negociação.

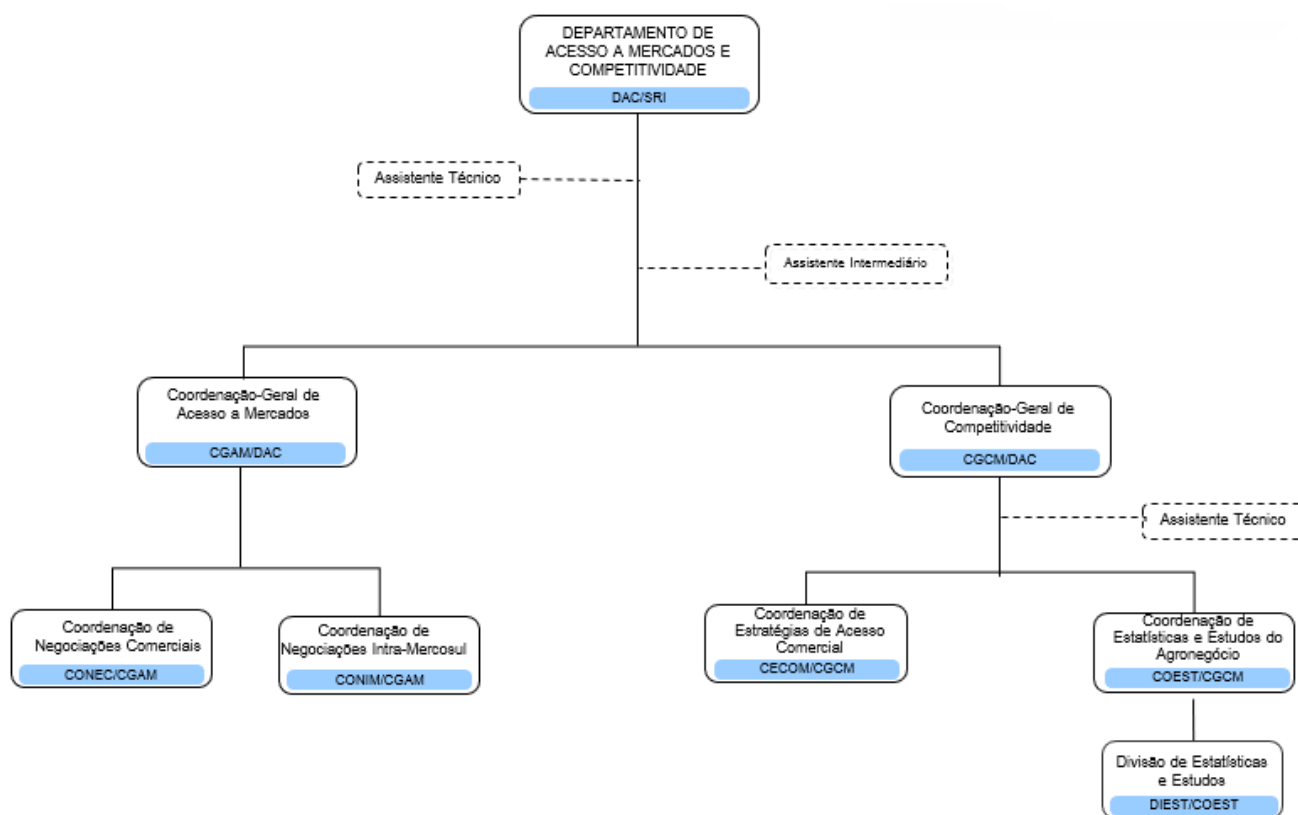
Durante o ano de 2017, dentre as iniciativas de redução de tarifas e de ampliação do acesso dos produtos brasileiros no mercado internacional, foram priorizadas pelo MAPA a negociação de acordos de comércio preferencial, com foco nas exportações de produtos agropecuários brasileiros, dentre os quais elencamos o acordo Mercosul/União Europeia (UE) e o acordo de ampliação e aprofundamento do Acordo Preferencial Brasil-México (ACE 53).

Foram propostas e continuadas as negociações dos acordos de livre comércio Mercosul/Canadá, Mercosul/EFTA (Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia), Mercosul/Japão e Mercosul/Coreia do Sul, além da proposição de ampliação e aprofundamento dos acordos preferenciais Mercosul/SACU - União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Lesoto, Namíbia, Botswana e Suazilândia) e Mercosul/Índia, já existentes.

A importância da participação da SRI/MAPA nessas negociações, advém da percepção de que em relação às negociações de acordos comerciais, quando envolvidos produtos agrícolas, o impacto político, social e econômico se torna tão importante em função da alta sensibilidade do setor, que pode ser esta a principal motivação do impedimento da conclusão dos acordos.

Em conformidade com a Portaria MAPA nº 520, de abril de 2018, o DAC/SRI possui a seguinte estrutura regimental:

Figura 05: Organograma da estrutura regimental do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade.



Considerando a meta do MAPA de conquistar 10% do mercado mundial do agronegócio, até o ano de 2022, o DAC/SRI tem atuado estrategicamente em 5 frentes principais, de forma a garantir que os produtos agrícolas do Brasil possam competir internacionalmente em pé de igualdade: 1) Negociações Internacionais, 2) Defesa Comercial, 3) Atuação na Organização Mundial do Comércio, 4) Análise Tarifária, e 5) Competitividade e Inteligência Comercial.

### 3.4.1. Negociações de Acordos Comerciais

O mercado internacional do agronegócio está em constante mutação, requerendo dos países líderes a manutenção de canais de diálogo abertos a fim de proporcionar para os produtos nacionais a melhor rentabilidade possível e de forma sustentada no médio e longo prazo. Nesse sentido, o DAC/SRI tem participado de importantes diálogos bilaterais e multilaterais, merecendo destaque:

#### Acordo Mercosul - União Europeia (UE)<sup>1</sup>:

As negociações para um Acordo de “Associação” entre o Mercosul e a União Europeia (UE) iniciaram-se com a assinatura de um Acordo Marco de Cooperação Inter-regional, em Madrid, em 15 de dezembro de 1995. Após sucessivas etapas de diagnóstico e negociação, em 2001 foram intercambiadas ofertas de desgravação (redução) tarifária, realizando-se, posteriormente, vários pedidos de melhoras das respectivas ofertas.

Em setembro de 2004, a negociação foi suspensa devido a propostas consideradas não satisfatórias pelos blocos e, em 2010, após um intervalo sem reuniões, houve o relançamento das negociações. Porém, somente em 2016 decidiu-se por nova troca de ofertas. Desde então, as discussões foram intensas, com rodadas de negociação frequentes em 2017 e 2018.

Até a última rodada de negociações em julho de 2018 (XXXIV Comitê de Negociações Birregionais – CNB) foram concluídos praticamente todos os capítulos normativos do Acordo, exceto regras de origem e propriedade intelectual (indicações geográficas): comércio de bens; vinhos e espíritos; barreiras técnicas (TBT); medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS); serviços; compras governamentais; desenvolvimento sustentável; pequenas e médias empresas; e subsídios.

Há ainda questões pendentes nas ofertas agrícolas de ambos os lados: vinhos e lácteos pelo Mercosul; cotas para carnes, açúcar e etanol pelo lado da UE. É preciso se observar o tamanho atual do mercado da UE para as exportações do agronegócio brasileiro: aproximadamente US\$ 17 bilhões, com fortes perspectivas de ampliação após a negociação do acordo.

A UE é o maior importador mundial agrícola – em 2017, o bloco importou US\$ 176 bilhões, o que representou 15,3% de todas as importações agrícolas no mundo. É também um exportador agrícola forte: no mesmo ano foi o maior exportador, com US\$ 159 bilhões exportados – ou 13,9% das exportações totais no mundo.

A complementaridade econômica dos dois grupos de países permite projetar um forte comércio potencial entre ambos. Porém esse fator é limitado por ofertas restritas da UE em produtos com cotas.

Nas negociações, observou-se também a grande possibilidade de a União Europeia reconhecer as indicações geográficas brasileiras

<sup>1</sup> Países pertencentes à União Europeia: Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Croácia; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Holanda (Países Baixos); Polónia; Portugal; Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales); República Checa; Romênia e Suécia.

no território europeu. Na área de vinhos, o Brasil negociou a entrada dos seus vinhos reserva e gran reserva, que tinha acesso bloqueado e que possuem maior valor de mercado. Na área de barreiras técnicas, garantiu-se o Codex Alimentarius como organização de referência e a possibilidade de celebrar acordos setoriais entre Brasil e União Europeia, sem anuência prévia do Mercosul.

Por ser a UE o maior importador de produtos agrícolas, a conclusão do acordo comercial com o bloco europeu possibilitará o acesso privilegiado aos produtos do agronegócio brasileiro àquele mercado, podendo propiciar, como consequência, um aumento substancial de nossas exportações, diversificação de pauta e aumentos da participação brasileira no comércio agrícola mundial.

#### Acordo Mercosul – Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA)<sup>2</sup>

Criada na década de 1960, inicialmente com sete membros, com o objetivo de promover o livre comércio mundial e a integração econômica, a partir das vantagens comparativas de seus membros, a EFTA foi, posteriormente, ofuscada pela formação da União Europeia que tem um escopo muito mais amplo. Ainda assim, representa um mercado de cerca de 14 milhões de habitantes, um PIB de quase US\$ 900 bilhões e cifras de importação e exportação, de US\$ 280,54 bilhões e US\$ 334 bilhões, respectivamente.

Em fevereiro de 2017, Mercosul e EFTA concluíram os termos de referência para início de negociações de um acordo de livre comércio entre os dois blocos, tendo sido realizada a IV Rodada de Negociações Mercosul-EFTA, em junho de 2018 e, apesar das discussões ainda se encontrarem em uma fase inicial, com trocas iniciais de ofertas. A V Rodada realizou-se de 08 a 12 de outubro em Buenos Aires.

O futuro Acordo versará sobre os seguintes temas: Comércio de Bens; Regras de Origem; Comércio de Serviços; Investimentos; Compras Governamentais; Propriedade Intelectual; Defesa Comercial; Barreiras Técnicas ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

#### Acordo Brasil – México:

Brasil e México são signatários do Acordo de Complementação Econômica nº 53 - (ACE53), firmado em agosto de 2002. O acordo, contudo, possui cobertura restrita a cerca de 800 produtos (de um universo de aproximadamente 12.275 códigos na nomenclatura mexicana). Desse total, o Brasil beneficia-se com 100% de margem de preferência (redução tarifária) em 560 códigos - 133 pertencem ao setor agrícola (Capítulos 01 ao 24).

Em maio de 2015, foram lançadas novas negociações para celebração de um acordo comercial expandido entre esses dois países (ACE). Desde então, o Governo tem trabalhado para garantir melhor acesso aos produtos brasileiros naquele mercado.

Em 2017, apesar da intensificação dos trabalhos, os resultados foram pouco expressivos no setor industrial e sem ofertas agrícolas pelos mexicanos em resposta aos pedidos brasileiros referentes ao setor agrícola. Espera-se que o novo governo do México que tomará posse em dezembro de 2018 possa conferir nova postura do México em relação à ampliação do ACE 53.

Em 2018, conclui-se o capítulo de coerência regulatória, uma área em que o Brasil pode ter ganhos importantes com o México se comprometendo com cumprimento de prazos e maior transparência.

<sup>2</sup> Países pertencentes à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA): Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia.

### **Acordo Mercosul – Índia:**

A Índia é um dos maiores importadores de produtos agrícolas do mundo, representando aproximadamente 2% das importações mundiais, tendo sido realizadas reuniões e efetivadas trocas de listas de produtos de interesse, ora em avaliação pelos técnicos dos respectivos países.

### **Acordo Mercosul – Canadá:**

O Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá foi criado em 2011, com vistas a avaliar o interesse mútuo em lançar negociações para um acordo de livre comércio. Em maio de 2012, em Ottawa, acordou-se que a troca de informações teria atingido o seu objetivo, e ambos os lados buscariam obter mandato negociador para lançar oficialmente as negociações comerciais.

Em 2017, realizou-se reunião durante a Presidência Pro Tempore Brasileira (PPTB), quando se tratou de temas técnicos relacionados à negociação de um acordo de livre comércio entre as Partes. Na ocasião, foi assinado acordo quadro para a celebração de um acordo de livre comércio entre Mercosul e Canadá.

As negociações se iniciaram em 2018, e a III Rodada Negociadora do acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Canadá realizou-se entre 17 e 21 de setembro de 2018, na cidade de Ottawa, Canadá.

As negociações entre o Mercosul e Canadá têm como objetivo precípuo a formação de uma área de livre comércio, ou seja, a liberalização comercial entre os países negociadores, possibilitando, dessa forma, um melhor acesso de produtos brasileiros ao mercado canadense, especialmente de produtos agrícolas, setor em que o Brasil é reconhecidamente competitivo.

O futuro Acordo irá versar sobre temas como Acesso a Mercado de Bens; Regras de Origem; Defesa Comercial; Obstáculos Técnicos ao Comércio; Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; Aduanas e Facilitação de Comércio; Propriedade Intelectual; Política de Competência; Serviços e Estabelecimentos (Investimentos); Compras Governamentais; e, Desenvolvimento Sustentável.

### **Acordo Mercosul – Coreia do Sul:**

A Coreia do Sul é um dos principais países importadores de produtos agrícolas e, portanto, um dos mercados prioritários para as exportações do agronegócio brasileiro. O país possui tarifas de importação extremamente elevadas no setor, ao mesmo tempo que concede livre comércio a importantes concorrentes brasileiros, como EUA e UE.

O acesso de produtos agrícolas brasileiros, no mercado coreano, é ainda limitado por questões fitossanitárias e sanitárias (SPS), picos tarifários e por imposição de cotas tarifárias, situação que se verifica atualmente, por exemplo, com o milho, álcool e soja.

Um eventual acordo comercial do Mercosul com a Coreia do Sul alavancaria o potencial de nossas exportações agrícolas para esse mercado, como também poderia propiciar uma ampliação expressiva de superávit comercial no setor.

Nesse sentido, em 2017, foram realizadas gestões do MAPA com representantes do Governo Federal que resultaram na concessão de mandato negociador da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para um “acordo de liberalização comercial entre o Mercosul e a Coreia do Sul”.

O anúncio de intenções para a abertura das negociações ocorreu em 10 de dezembro de 2017, em Buenos Aires, por representantes do Mercosul e da Coreia do Sul, tendo sido realizada a primeira rodada em Montevideu, no período de 10 e 14 de setembro de 2018.

A segunda rodada de negociações está prevista para acontecer em março de 2019, em Seul – Coreia do Sul.

### **Acordo Mercosul – Egito:**

Em agosto de 2010, na Argentina, finalizaram-se as negociações para o acordo de livre comércio entre Mercosul e Egito. Tal Acordo destina-se à abertura ao mercado bilateral de bens, além de conter cláusula evolutiva sobre a possibilidade de entendimentos, no futuro, para acesso em serviços e investimentos.

Após sete anos de sua assinatura, o acordo foi internalizado ao ordenamento jurídico nacional em 2017. Com a conclusão dos trâmites para entrada em vigor do instrumento, foi realizada, em dezembro desse ano, em Buenos Aires, a I Reunião da Comissão Administradora do Acordo.

Acordo Mercosul – Tunísia:

Em 14 novembro de 2017 realizou-se reunião em que se trocaram informações sobre expectativas das partes. Ambos os lados vislumbram a possibilidade de se assinar acordo amplo, sem exclusão de setores.

### **Acordo Mercosul – Singapura:**

Por ocasião da LI reunião ordinária do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul, ocorrida em Brasília em dezembro de 2017, com o apoio unânime dos sócios do bloco, foi lançado diálogo exploratório Mercosul - Singapura, com vistas à negociação de um acordo comercial.

Em maio de 2018, na Embaixada de Singapura em Seul, durante reunião do diálogo exploratório Mercosul - Singapura, adotou-se o documento “Overview of a Possible Trade Agreement between Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay, Mercosur Member States, and Singapore”. O texto elaborado em conjunto entre o parceiro asiático e os sócios do Mercosul apresenta parâmetros iniciais sobre aspectos que poderão nortear o futuro acordo comercial, englobando os seguintes tópicos: comércio de bens, regras de origem, procedimentos aduaneiros e facilitação de comércio, temas SPS e TBT, comércio de serviços, propriedade intelectual, solução de controvérsias, compras governamentais, comércio eletrônico, concorrência e pequenas e médias empresas.

A aproximação comercial do Mercosul com Singapura, por sua presença como “hub comercial e logístico” do Sudeste Asiático, poderá significar acesso facilitado à região que conta com 630 milhões de habitantes e PIB de cerca de US\$ 2,5 trilhões (semelhante a economias como a França ou o Reino Unido). Do ponto de vista de estratégia negociadora, a pauta comercial entre Singapura e os países do Mercosul são sumamente complementares. Singapura é importadora líquida de alimentos e de produtos agrícolas e exportadora líquida de capital. O Mercosul não teria dificuldades defensivas em agricultura, pois Singapura praticamente não conta com um setor agrícola estabelecido em razão de sua pequena dimensão territorial.

Tendo em vista os aspectos mencionados acima, eleva-se à consideração do Conselho de Ministros da Camex a proposta de lançamento das negociações comerciais do Mercosul com Singapura, uma vez concluída a etapa do diálogo exploratório.

De 3 a 5 de outubro de 2018, realizou-se em Montevideu reunião de chefes negociadores, ainda de caráter preparatório. Na ocasião, houve exposição, por parte de Singapura, sobre seus lineamentos acerca de temas como acesso ao mercado de bens, serviços e investimentos, compras governamentais, defesa comercial, regras

de origem, facilitação de comércio, SPS e TBT.

### **Acordo Mercosul – Marrocos:**

Em 13/11/2017 realizou-se reunião entre o Mercosul e o Marrocos quando se acordou o início de troca de informações comerciais e se programou o encontro realizado no primeiro semestre de 2018. O Mercosul apresentou proposta de texto-base para o futuro acordo.

### **Acordo Brasil – Chile:**

Foram realizadas quatro rodadas de negociações para fechar o Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile. A expectativa é que o futuro acordo seja assinado até dezembro de 2018.

O Chile é um importante parceiro comercial do Brasil. Fortalecer a relação mercantil entre os dois países poderá possibilitar aumento e facilitação do comércio bilateral, trazendo benefícios para ambos os lados.

### **3.4.2. Negociações de Questões Tarifárias**

O DAC/SRI também é responsável pelo apoio técnico e pela prestação de subsídios necessários à SRI/MAPA visando o assessoramento ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas discussões tarifárias realizadas no âmbito da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

A SRI/MAPA também atua como apoio e construção técnica dos pleitos do agronegócio brasileiro na Câmara de Comércio Exterior e nos principais grupos de discussão, quais sejam: LETEC - Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum: Resolução GMC nº 08/08 (Redução tarifária por motivos de desabastecimento temporário), bem como no Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e no Grupo de Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP).

Nesse sentido, as ações do MAPA junto a CAMEX, em 2017, resultaram na redução temporária da Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos com desabastecimento no mercado nacional, tais como: sardinha, óleo de palmiste, lombos de bonito-listrado e avelãs sem casca, todas ao amparo Resolução GMC nº 08/08, do Mercosul, conforme descrito a seguir:

- a)** Redução tarifária de 10% para 2%, para uma cota de 60 mil toneladas, pelo período de 12 meses, para sardinhas (NCM 0303.53.00), com cota de 60.000 toneladas, conforme Resolução Camex nº 34/2017, de 05 de maio de 2017, ao amparo da Resolução GMC 08/08. A medida se fez necessária em virtude da escassez do produto, sobretudo devido aos problemas climáticos ocorridos em 2016 e que pioraram em 2017, em decorrência do El Niño e a consequente diminuição do volume total de captura, insuficiente para abastecer a demanda nacional da indústria de conserva;
- b)** Renovação da redução tarifária de 10% para 2%, para uma cota de 224.785 toneladas de óleo de palmiste (NCM 1513.29.10), no período de 12 meses, ao amparo da Resolução GMC nº 08/08, produto sem produção nacional suficiente para abastecer o mercado, matéria prima indispensável para a produção de cosméticos e alimentos (Resolução Camex nº 39/2017, de 10 de maio de 2017);
- c)** Redução tarifária, de 10% para 2%, para uma cota de 3.000 toneladas, de lombos de bonito-listrado, pré-cozidos e congelados (NCM 1604.14.20), ao amparo da Resolução GMC 08/08, pelo período de 12 meses, de acordo com a Resolução Camex nº 61/2017, de 11 de agosto de 2017, devido à insuficiência de produção Nacional;

**d)** Redução tarifária de avelãs sem casca (NCM 0802.22.00), de 6% para 2%, de acordo com a Resolução Camex nº 61/2017, de 11 de agosto de 2017 para uma cota de 5.000 toneladas, por doze meses, ao amparo da Resolução GMC 08/08, devido à inexistência de produção nacional.

Em 2018, com base na Resolução GMC nº 08/08, o DAC/SRI atuou com vistas à redução tarifária por motivos de desabastecimento temporário, nos seguintes casos:

- a)** Manutenção da redução tarifária de 10% para 2%, para uma cota de 60 mil toneladas, pelo período de 12 meses, para sardinhas (NCM 0303.53.00), com cota de 60.000 toneladas, conforme Resolução Camex nº 34/2017, de 05 de maio de 2017, ao amparo da Resolução GMC 08/08. A medida se faz necessária em virtude da escassez do produto, e persistência de desequilíbrios de oferta e demanda, tendo sido mantida a redução tarifária em 2018, mas ao amparo da Letec, por um período de seis meses, com alíquota do Imposto de Importação de zero por cento, conforme Resolução Camex nº 51/2018, de 03/08/2018.
- b)** Redução tarifária, de 12% para 2%, para uma cota de 12.000 toneladas, da Dimetilamina (NCM 2921.11.21), em 2018, ao amparo da Resolução GMC 08/08, produto sem produção nacional, utilizado como principal matéria prima na síntese de um herbicida a base do ingrediente ativo 2,4-D Ácido. O herbicida é aplicado em plantas, em diversas culturas: arroz, café, cana-de-açúcar, milho e trigo.
- c)** Redução tarifária, de 8% para 2%, para uma cota de 7.000 toneladas, da Fibrilha de Juta (NCM 5303.10.10), em 2018, para um período de 12 meses, ao amparo da Resolução GMC 08/08, produto sem produção nacional suficiente para abastecer o mercado, matéria prima para fabricação de sacos utilizados na exportação de produtos agrícolas (ex.: café, batata, cacau, castanha, algodão), entre outros usos.
- d)** Redução tarifária, de 14% para 2%, para uma cota de 1.900 toneladas, da Caseína Renina (NCM 3501.10.00), em 2018, ao amparo da Resolução GMC 08/08, produto sem produção nacional, produto em pó utilizado na fabricação de derivados lácteos, especialmente em queijos processados, com participação de 27,5% no valor do bem final. Não há bem substituto.
- e)** Redução tarifária, de 10% para 2%, para uma cota de 35.000 toneladas, do Sulfato de Cromo (NCM 2833.29.60), em 2018, ao amparo da Resolução GMC 08/08, produto sem produção nacional suficiente para abastecer o mercado, utilizado no processamento de couro animal.
- f)** Redução tarifária, de 18% para 2%, do Fórmula infantil para lactentes (NCM 1901.10.90), para uma cota de 502 toneladas, em 2018, ao amparo da Resolução GMC 08/08, produto sem produção nacional, trata-se de produto alimentício para crianças entre 0 e 36 meses, que apresentam disfunções e alergias alimentícias, necessitando de produto especial para sua saúde.

Houve, também, a alteração da alíquota do imposto de exportação para o Café e o Etanol, com quotas para importação com 2% e 0% de alíquota, respectivamente. A primeira alteração justificou-se pela quebra da safra do Café Conilon no Espírito Santo e a segunda, por incremento significativo das importações brasileiras de etanol. Ainda em 2017, foi elevada a alíquota do imposto de importação para a Cebola, tendo em vista a grande relevância do produto para a pequeno produtor.

Em 2018, o Mapa defendeu a manutenção de proteção adicional ao coco ralado, ao vinho fino de mesa e ao alho e a retirada do

imposto de exportação para o couro salgado e para o wet blue, após 18 anos de aplicação ao couro wet blue e 26 anos para o couro salgado. O Comitê Executivo de Gestão – Gecex, da Câmara de Comércio Exterior aprovou a retirada da alíquota, defendida pelo MAPA a partir de solicitação da Associação Brasileira de Frigoríficos - Abrafrigo, referendada pela Sociedade Rural Brasileira – SRB, pela Confederação Nacional de Agricultura – CNA e pela Associação Brasileira de Criadores – ABC.

No MAPA, o entendimento foi de que o imposto de exportação era distorsivo e que a melhor estratégia para o desenvolvimento da produção é a adoção de medidas que visem ganhos a todos os elos da cadeia, até o produto final. De acordo com a SRI/MAPA, há disposição de dialogar com representantes do setor de forma a construir uma agenda estruturante que foque na melhoria do couro nacional.

Em relação à LETEC - Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum, o MAPA atuou nas seguintes ações:

**a)** Inclusão do álcool etílico na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum - Letec, de acordo com a Resolução Camex nº 72/2017, com estabelecimento de cota tarifária de um bilhão e duzentos milhões de litros, em conjunto, para as NCMs 2207.10.10 e 2207.20.11, limitada a cento e cinquenta milhões de litros trimestrais em importações licenciadas com alíquota de 0% para tarifa intracota e tarifa extracota de 20%. O estabelecimento dessa cota ocorreu, principalmente, devido ao crescimento significativo das importações brasileiras de etanol, aliado à queda dos preços internacionais do produto.

**b)** Inclusão do Café Conilon na lista, de acordo com a Resolução Camex nº 15/2017, com estabelecimento de cota tarifária com 2% de imposto de importação para sessenta mil toneladas, NCMs 0901.11.10 – café em grãos, EX: variedade Conilon. Acima da quota a alíquota passa a 35%. A redução perdurou até 31/05/2017.

**c)** Inclusão do Malte de Cevada, NCM 1107.10.10, conforme Resolução Nº 98, de 21/12/2017, por um período de 12 meses, com alíquota de 2%, para quota de 156.531 toneladas. A renovação do pleito está atualmente em pauta no Grupo Técnico de Alterações Tarifárias Temporárias da TEC – Gtat-TEC.

**d)** O Mapa defendeu em 2018 a manutenção dos vinhos, do coco ralado e do alho na Lista de Exceção à TEC – Letec. As alíquotas do imposto de importação dos respectivos produtos permanecerão elevadas a 27%, 55% e 35%, respectivamente. O ministério foi favorável, também, à prorrogação da vigência da sardinha na lista, com redução tarifária em função da queda de captura.

**e)** Da mesma forma, o MAPA defendeu a manutenção da redução tarifária das máquinas de café em cápsulas (NCM 8516.71.00) na Letec, no segundo semestre de 2018, de forma que a alíquota de importação permanecerá em 0%.

**f)** O ministério defendeu a manutenção da tarifa de 0%, no âmbito da Letec, dos inseticidas microbiológicos agrícolas, *Bacillus thuringiensis* var. *Kustaki* e *Bacillus thuringiensis* var. *Aizawai*, classificados no código NCM 3808.91.91. Manutenção justifica-se, tendo em vista que o produto possui ampla aplicação na agricultura, não somente nos sistemas convencionais, como também na agricultura orgânica. Cerca de 75% do consumo brasileiro desses inseticidas é suprido por importações.

**g)** Manutenção da alíquota de importação em 0%, na Letec, para os inseticidas agrícolas classificados no código NCM 3808.91.99 e para os herbicidas enquadrados na NCM 3808.93.29. Medida é

importante para o setor, pois os inseticidas e herbicidas em geral representam aproximadamente 75% do consumo de defensivos agrícolas do Brasil, sendo que cerca de 30% dos volumes desses defensivos é importado. No caso da NCM 3808.91.99, ela representa 78% de todos os inseticidas agrícolas importados. Já a NCM 3808.93.29, representa 24% das importações totais de herbicidas.

**h)** Inclusão da NCM 3808.69.90, que abrange inseticidas agrícolas, na Letec, com redução da alíquota de importação de 8% para 0%. Essa NCM foi criada pela Resolução CAMEX nº 125, de 15 de dezembro de 2016, com alíquota de 8%. Cabe ressaltar, porém, que anteriormente à criação da NCM 3808.69.90, os produtos amparados nesse código classificavam-se na NCM 3808.91.99, incluída na Letec com a alíquota de 0% desde 01 de junho de 2001. Contudo, em função da adequação da Nomenclatura Comum do Mercosul à VI Emenda do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH 2017), com a alteração da Nomenclatura Comum do Mercosul, ocorrida no final de 2016, esses produtos foram automaticamente excluídos da lista. Assim, a inclusão visou reestabelecer a isenção da tarifa de importação, dada a importância desses inseticidas para o agronegócio brasileiro. Destaca-se que a importação desses inseticidas representa cerca de 20% do total das importações brasileiras dos produtos com essa finalidade.

**i)** Manutenção da tarifa de importação de 0% sobre sete fertilizantes agrícolas, conforme listagem abaixo. Medida justifica-se, tendo em vista que cerca de 75% da oferta brasileira de fertilizantes agrícolas são importadas. Além disso, os fertilizantes possuem peso elevado nos custos de produção do agricultor, representando uma média de 35% das despesas com custeio da lavoura, conforme especificado no Quadro 03 a seguir:

**Quadro 03: Descrição de mercadorias e alíquotas incluídas na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum.**

**j)** Manutenção da alíquota de 0% para os fungicidas agrícolas enquadrados na NCM 3808.92.99. Quase 50% do consumo brasileiro geral de fungicidas agrícolas é importado. No caso dos fungicidas amparados nesta NCM, esses representaram, nos últimos três anos, 44% do volume total de fungicidas importados e 81% do valor.

**k)** Manutenção da alíquota de 0% para o fosfato dicálcico (NCM 2835.25.00), suplemento mineral utilizado na nutrição de animais, tais como bovinos, suínos, aves, dentre outros. Trata-se da principal fonte mineral utilizada na suplementação de animais no país. O Brasil é o maior importador global de fosfato dicálcico, com 12% de participação. Nos últimos 10 anos, as importações brasileiras de fosfato dicálcico aumentaram em quase 270 vezes, com 104.690 toneladas importadas em 2017. Vale mencionar que parte majoritária dessa alta ocorreu após a inclusão do produto na Letec, em 2008, o que demonstra o efeito positivo que a medida propiciou para a oferta interna desse suplemento mineral.

**l)** Manutenção do produto Tebuconazol Formulado (NCM 3808.92.99) com alíquota de importação em 0% na Letec. O produto é um dos principais fungicidas utilizados na agricultura brasileira, com aplicações na agricultura empresarial e familiar. Do volume total de Tebuconazol Formulado consumido no Brasil, 30% foi importado, o que demonstra a importância das importações para a adequada oferta interna do produto.

O DAC/SRI também atuou junto ao Comitê Técnico nº 01 do Mercosul, no seguintes casos:

**a)** Manutenção em 2%, em caráter permanente, da tarifa de importação do Dipropilenoglicol Dibenzato, ante pleito de

elevação tarifária para 12%. Trata-se de substância voltada para formulação de defensivos agrícolas, atuando como diluente na composição desses produtos. Destaca-se que a empresa pleiteante da elevação tarifária responde apenas por 20% da demanda brasileira do Dipropilenoglicol Dibenzoato, sendo o restante importado, tendo em vista a ausência de outra indústria brasileira fabricante do produto. Nesse sentido, diante dos impactos que tal alta deverá causar sobre os custos dos defensivos agrícolas, este Ministério se manifestou contra a elevação da tarifa, com manutenção dos atuais 2%.

**b)** Manutenção, em caráter permanente, da tarifa de importação do Tebuconazol Técnico (NCM 2933.99.69) e Tebuconazol Formulado (NCM 3808.92.99) em respectivamente 2% e 8%, ante pleito de elevação tarifária para 14% de ambos os códigos. O produto é um dos principais fungicidas utilizados na agricultura brasileira, com aplicações na agricultura empresarial e familiar. Destaca-se que 80% do princípio ativo de Tebuconazol (técnico + formulado) consumido no Brasil é proveniente de outros países. Assim, este Ministério se manifestou contra a elevação de tarifas de importação para esses produtos.

### 3.4.3. Defesa Comercial e Negociações de Contenciosos na OMC

Em cooperação com outros órgãos da Administração Pública Federal, o DAC/SRI tem atuado, de forma contínua, na defesa dos interesses do agronegócio brasileiro, no sentido de garantir que os produtos nacionais compitam em pé de igualdade em um mercado internacional justo e previsível, com regras claras e não discriminatórias.

Em 2018 esteve em processo de revisão o antidumping aplicado às importações brasileiras de leite em pó provenientes da União Europeia e da Nova Zelândia. Igualmente, está em processo de revisão ao antidumping contra as importações chinesas de alho. Ambas as investigações devem ser concluídas até o final do ano.

O Ministério participa das discussões referentes à defesa comercial no âmbito tanto no âmbito do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), como do Grupo de Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP).

#### **a)** Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC):

O MAPA é um dos membros do grupo que analisa tecnicamente os pareceres do Departamento de Defesa Comercial, DECOM do MDIC, sobre as recomendações de medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil, visando defender os interesses do agronegócio brasileiro.

Dentre os produtos objeto dos pareceres do DECOM menciono os seguintes: Leite, sal grosso, tubos inox, papel cuche, magnésio metálico, laminados a quente, garrafas térmicas, filmes pet, corpos moedores, chapas de gesso, eletrodos de grafite, refratários básicos e borracha nitrílica.

#### **b)** Grupo de Técnico de Avaliação do Interesse Público (GTIP):

O MAPA/DAC participou de reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTIP) analisando o benefício, para a sociedade e para o setor agrícola, da aplicação ou não de medida antidumping ou compensatória sugerida pelo DECOM.

Avaliação de interesse público vem ocorrendo sobre os seguintes produtos: chapas de gesso, corpos moedores, eletrodos de grafite, laminados a quente, magnésio metálico, papel cuche, filmes Pet, refratários básicos e sal grosso.

A atuação do Governo brasileiro na esfera multilateral reveste-se de grande importância, sobretudo no que tange o acesso de produtos agrícolas a diferentes mercados, seja com atuação na defesa dos direitos garantidos pelas regras da Organização Mundial do Comércio, seja pela negociação de condições para entrada dos produtos agrícolas aos países em processo de acesso à organização.

Membro desde a fundação da OMC, o Brasil tem buscado a solução conciliatória das questões comerciais que afetem os interesses do País. Entretanto, não sendo isso possível, o Brasil tem recorrido ao Órgão de Solução de Controvérsia da Organização, com uma taxa de sucesso considerável. As estatísticas atualizadas apontam o Brasil como demandante em 31 casos e 16 como demandado, sendo seus competidores mais fortes no setor agropecuários as principais contrapartes: Estados Unidos (11), União Europeia (7) e Canadá (4), conforme pode ser verificado na Figura 06, a seguir:

**Figura 06: Contenciosos do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio**  
**Fonte: Organização Mundial do Comércio<sup>3</sup>**



Dentre os principais contenciosos analisados pelo Órgão de Solução de Controvérsia da OMC, relacionados a agronegócio brasileiro, no período 2017/2018, destaca-se:

#### **a)** Açúcar - Tailândia:

O Brasil formalizou, em 4 de abril de 2016, pedido de consulta no sistema de solução de controvérsias da OMC questionando a política da Tailândia de incentivo à produção e comercialização de açúcar, caso DS507 "Thailand – Subsidies concerning sugar".

No mesmo ano, ocorreram as reuniões de consultas sobre regime de incentivos ao setor açucareiro, com respostas do lado tailandês no sentido de reformar seu regime para a produção de açúcar. Com base no apresentado pela Tailândia, governo e setor privado brasileiros decidiram aguardar os desdobramentos do processo de reformulação do regime tailandês.

Em 2017 foram realizadas um total de 4 rodadas e o governo tailandês se comprometeu que no início de 2018, por meio de uma medida especial, acabará com as cotas de produção e exportação de açúcar e também eliminará a política de sustentação de preços.

Assim, o governo e o setor privado brasileiros decidiram aguardar os desdobramentos do processo de reformulação do regime tailandês. As conversas bilaterais com o país asiático têm sido constantes no sentido de mapear a implementação dos compromissos assumidos pelo governo tailandês.

#### **b)** Carne de frango – Indonésia

Em 2014, por iniciativa da SRI/MAPA, o governo brasileiro iniciou o procedimento para abertura de contencioso na OMC contra a Indonésia sobre restrições à entrada de carne de ave brasileira

<sup>3</sup> [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/dispu\\_e/dispu\\_maps\\_e.htm?country\\_selected=BRA&sense=e](https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_maps_e.htm?country_selected=BRA&sense=e)

neste mercado e, em dezembro de 2015, o painel DS484 “Measures Concerning the Importation of Chicken Meat and Chicken Products”, foi estabelecido.

O relatório final do Painel foi disponibilizado em 17 de outubro de 2017 e as partes não recorreram ao Órgão de Apelação da OMC. Assim, a Indonésia terá que adequar sua legislação.

#### **c) Carne Bovina – Indonésia**

Em abril de 2016, o Governo brasileiro iniciou o procedimento para abertura de contencioso na OMC contra a Indonésia, referente a restrições às importações de carne bovina brasileira, resultando em prejuízo à competitividade do setor no mercado indonésio. Forma realizadas consultas entre a Indonésia e as partes interessadas, no âmbito do Painel DS506, “Measures Concerning the Importation of Bovine Meat”.

#### **d) Açúcar - China**

O Mapa elevou à consideração do Conselho de Ministros pedido autorização para que o Governo brasileiro apresente consultas à China, no âmbito do mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio, sobre:

**i.** a aplicação de medidas de salvaguarda às importações de açúcar, e

**ii.** o Sistema de Licenciamento Automático de Importação praticado pela China para o açúcar.

O Conselho aprovou, em caráter de urgência a solicitação do Mapa. A Divisão de Contenciosos Comerciais – DCCOM, do Ministério das Relações Exteriores encaminhará o pedido à Genebra, a partir de quando se inicia prazo de 60 dias para que os países envolvidos encontrem uma solução. Passada essa etapa, o Brasil poderá solicitar a formalização de abertura de painel.

O governo chinês, desde maio de 2017, vem aplicando medida de salvaguarda às importações de açúcar. Trata-se de adoção de tarifa adicional de 45% ao imposto de importação praticado pelo país asiático sobre o produto. A medida resulta na aplicação de uma tarifa final de importação de 90% (2018), que prejudica significativamente as exportações brasileiras tanto de açúcar bruto quanto refinado.

Apesar de a sobretaxa não ser voltada especificamente contra o Brasil, o país foi o principal afetado. As exportações brasileiras de açúcar ao mercado chinês apresentaram queda de 90% após a implementação das medidas de salvaguarda. O país era o principal fornecedor do produto ao mercado chinês e respondia por cerca de 62% do açúcar importado pela China nos últimos anos.

Ademais, este Ministério destacou que também poderia ser passível de questionamento o Sistema de Licenciamento Automático de Importação adotado pela China, o qual não seria administrado de forma transparente e também poderia envolver outras violações das obrigações daquele país sob os Acordos da OMC.

Além da atuação nas questões de defesa comercial e relacionadas a contenciosos na OMC, o DAC/SRI também participa das negociações para acesso de novos membros na OMC, avaliando as implicações, tanto para os membros quanto para os potenciais candidatos, à luz das regras da Organização. Dentre os países em processo de acesso destacam-se Bósnia, Sérvia, Uzbequistão, Belarus, Bahamas, Irã, Iraque, Síria, Azerbaijão, Butão, Argélia, Sudão e Congo.

Outro tema importante em discussão no âmbito da OMC são as relações comerciais do Reino Unido com seus parceiros comerciais após a decisão popular pela sua saída da União Europeia, uma vez

que esse fato, requer avaliar as alterações em acesso a mercados que serão adotadas pelo Reino Unido e pela União Europeia e os incentivos aos seus produtores agrícolas.

Por fim, o DAC/SRI também elabora, todos os anos, as notificações referentes aos compromissos brasileiros assumidos na OMC relacionadas ao Acordo sobre Agricultura. As notificações contemplam informações sobre todas as políticas agrícolas brasileiras, medidas de apoio interno, apoio às exportações e acesso a mercados. As referidas informações são classificadas conforme as regras e requisitos da OMC.

Anualmente são elaboradas as seguintes notificações:

**a)** Supporting table DS:1 - medidas isentas de compromisso de redução;

**b)** Supporting table DS:4 – cálculo do MAS;

**c)** Table ES:3 – export subsidies – food aid;

**d)** Table ES:2 - export subsidies – total exports;

**e)** Table ES:1 - export subsidies – outlay and quantity reduction;

**f)** Table MA:2 – imports under tariff quotas;

**g)** Table DS:1 – current total MAS;

**h)** Supporting table DS:5 – Product specific MAS;

**i)** Supporting table DS:6 - Product specific AMS non-exempt direct payments;

**j)** Supporting table DS:7 - Product specific AMS- other;

**h)** Supporting table DS:9 – non-product specific MAS;

**i)** Supporting table DS:2 – measures exempt from reduction commitment; e

**j)** Supporting table DS:6 - Product specific AMS – non-exempt Direct payments.

### **3.4.4. Competitividade e Inteligência Comercial**

A inteligência comercial é ferramenta estratégica para subsidiar o planejamento da atuação internacional do MAPA, por meio de estudos e relatórios que consolidam e analisam os dados de comércio exterior do agronegócio brasileiro e de seus principais parceiros. Com a divulgação pública destes produtos, o MAPA permite o acesso de produtores, exportadores, pesquisadores, órgãos de imprensa, governos locais e outras instituições a essas informações, estratégicas para a política pública.

Ainda está sob a responsabilidade do DAC/SRI, a administração do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio - AgroStat e a divulgação mensal da análise da Balança Comercial do agronegócio, bem como a elaboração de estudos e relatórios do comércio exterior agrícola e dos principais parceiros e competidores brasileiros.

Foram executadas as seguintes atividades:

O DAC/SRI divulgou mensalmente as Notas da Balança Comercial do Agronegócio e informações do comércio exterior do Agronegócio por países e unidades da federação, além de estudos dos mercados importadores e informes sobre produtos exportados.

Nesse sentido, foram elaborados 39 Informes de Mercado, com informações sobre o fluxo comercial total e agrícola com o Brasil em 2016, 82 em 2017 e, em 2018, até o presente momento foram produzidos 47 informes. Nestes informes, também foram analisados os principais produtos do agronegócio importados, indicando a participação brasileira nessas aquisições.

O AgroStat - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do

Agronegócio é o alicerce para a elaboração dos relatórios estatísticos e estudos, por meio de uma base de dados online. O sistema facilita a pesquisa do usuário, pois agrega produtos em agrupamentos específicos a partir de dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O AgroStat oferece informações de exportações e importações brasileiras de produtos do agronegócio, com dados disponíveis desde janeiro de 1997 e atualizados mensalmente. As consultas podem ser feitas por valores em dólares e quantidade em quilogramas, com visões por produtos ou por origem/destino (blocos e regiões geográficas, países, unidades da federação e portos).

A partir da nova versão da ferramenta lançada em 2016, utilizando o software ClickView, foram produzidas novas melhorias da versão atual do sistema em 2017 e 2018, em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

A edição 2017 da tradicional publicação “Intercâmbio Comercial do Agronegócio” – Principais Mercados de Destino foi lançada em 15 de janeiro de 2018, em versão completamente digital, disponível em novo formato para consulta em tablets e celulares. A publicação aborda o comércio agrícola do Brasil com seus 10 principais destinos e também disponibilizará informações tarifárias para produtos brasileiros com níveis elevados de acesso no mercado de destino ou com market share abaixo do que se observa no mundo.

A edição 2018 da publicação “Intercâmbio Comercial do Agronegócio” – Principais Mercados de Destino encontra-se em fase de elaboração e será ampliada para apresentar os dados de comércio agrícola do Brasil com 20 destinos.

Além disso, encontra-se em fase de desenvolvimento o projeto conjunto com a Embrapa para análise de oportunidades para ampliação da competitividade brasileira no mercado agrícola internacional e diversificação da pauta exportadora do país. O projeto ainda precisa de definições de financiamento para análise específica dos produtos selecionados em mercados-alvo.

### 3.5. NEGOCIAÇÕES NÃO TARIFÁRIAS

O Departamento de Negociações Não Tarifárias - DNNT/SRI tem destacada contribuição para a meta proposta de avanço no protagonismo da participação brasileira no comércio internacional, cabendo a ele elaborar estratégias para negociações internacionais não-tarifárias do ponto de vista bilateral, regional e multilateral.

O DNNT/SRI conduz ações visando: a remoção de barreiras não tarifárias para acesso, manutenção, ampliação e retomada de mercados; a diversificação da pauta exportadora; a agregação de valor aos produtos exportados; estímulo à preferência dos mercados pela característica exclusiva do sistema produtivo brasileiro, baseado em sustentabilidade, preservação ambiental, uso da terra, conservação das margens dos rios e, trabalho justo, por exemplos. A atuação do DNNT é realizada em sincronia com as negociações bilaterais, regionais e multilaterais para atender as centenas de negociações em curso.

Os temas não-tarifários são divididos entre barreiras de segunda geração, que envolvem questões técnicas e científicas, tais como as sanitárias e fitossanitárias (SPS), e barreiras de terceira geração, que envolvem disciplinas não-tarifárias (como propriedade intelectual, clima, recursos genéticos, sustentabilidade e temas sociais relacionados ao agronegócio).

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, são competências do DNNT/SRI, as seguintes:

*Art. 36. Ao Departamento de Negociações Não Tarifárias compete:*

*I - articular e participar com as unidades administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da elaboração de propostas de negociações e de acordos internacionais sobre temas sanitários, fitossanitários e assuntos não tarifários de interesse do setor agropecuário;*

*II - acompanhar a implementação de negociações e de acordos sanitários, fitossanitários e de outros temas não tarifários que tenham implicações para o agronegócio, dos quais o País seja signatário ou participe do processo de negociação;*

*III - elaborar a análise de consistência e coerência das regulamentações e proposições sobre questões sanitárias e fitossanitárias e sobre outros temas não tarifários afetos ao agronegócio, notificados pelos países à Organização Mundial do Comércio - OMC e a outros organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte;*

*IV - acompanhar e analisar as questões de interesse do agronegócio nacional junto aos organismos internacionais;*

*V - acompanhar negociações e analisar normas, medidas sanitárias e fitossanitárias e outras disciplinas não tarifárias dos principais países produtores, importadores, exportadores e blocos econômicos, relativas aos produtos agropecuários;*

*VI - contribuir com a elaboração de políticas de defesa agropecuária nacional e de outras políticas de interesse da agropecuária nacional que tratem de temas não tarifários, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária ou participe do processo de negociação;*

*VII - propor e negociar ações de cooperação em matérias sanitárias e fitossanitárias e em outros temas não tarifários de interesse do agronegócio nacional; e*

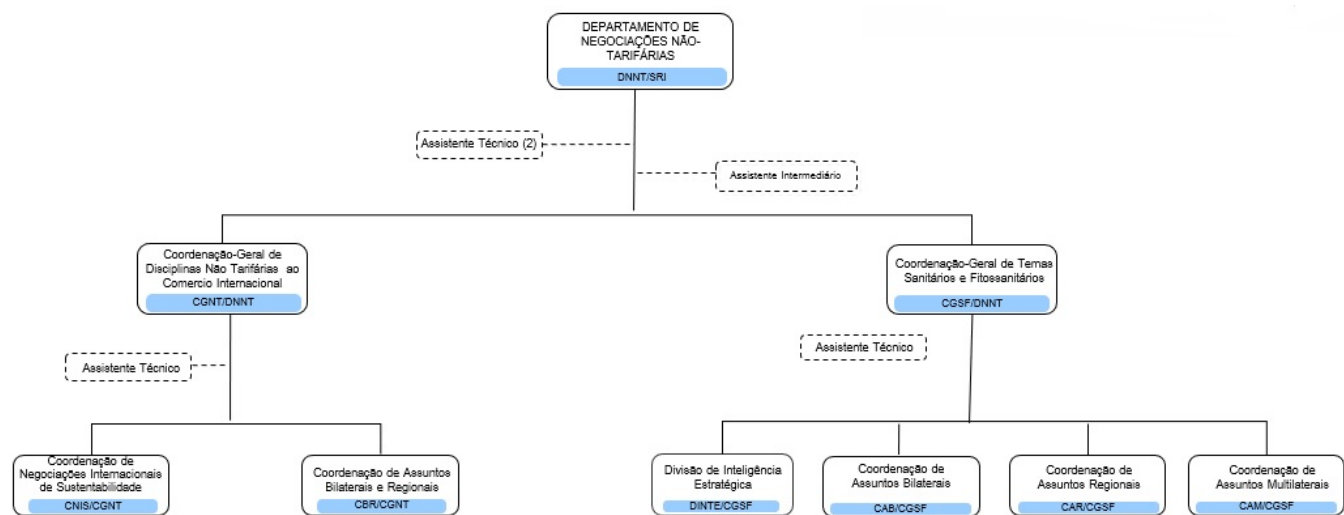
*VIII - orientar os adidos agrícolas da República Federativa do Brasil no exterior sobre as ações relacionadas a temas sanitários, fitossanitários, de sustentabilidade ambiental da agropecuária, de material genético animal e vegetal, de produção orgânica, de indicação geográfica em produtos agropecuários, de clima e mudanças climáticas na agricultura, de temas sociais na agricultura, de bem-estar animal, de biossegurança, de biossegurança, de proteção de cultivos e de outros assuntos não tarifários e analisar as deliberações relativas às exigências oficiais e eventuais certificações que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário brasileiro. (Grifo Nosso)*

O DNNT/SRI conduz ações visando:

- a)** a remoção de barreiras não tarifárias para acesso, manutenção, ampliação e retomada de mercados;
- b)** a diversificação da pauta exportadora;
- c)** a agregação de valor aos produtos exportados;
- d)** estímulo à preferência dos mercados pela característica exclusiva do sistema produtivo brasileiro, baseado em sustentabilidade, preservação ambiental, uso da terra, conservação das margens dos rios, trabalho justo, por exemplo.

Em conformidade com a Portaria MAPA nº 520, de 5 de abril de 2018, o DNNT/SRI possui a seguinte estrutura regimental:

Figura 07: Organograma da estrutura regimetal do Departamento de Negociações Não Tarifárias.



Em 2017, embora existam mais de 1.100 negociações em curso, o DNNT/SRI atuou em 973 negociações com países, blocos e organizações multilaterais para remover barreiras não tarifárias ao comércio, valorizar a sustentabilidade e agregar valor à produção e ao produto brasileiro, o que representa um aumento de 46,31%, quando comparado o número de negociações do ano anterior.

3.5.1. Negociações Sanitárias e Fitossanitárias

O MAPA atuou em mais de 1000 negociações referentes a temas sanitários e fitossanitários, com mais de 130 países, tendo o DNNT/SRI organizado, apoiando ou acompanhado dezenas de missões realizadas pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou pelo Secretário Executivo da pasta, visando a exportação de produtos brasileiros para cerca de 28 países ou blocos comerciais.

Em relação às negociações regionais, referentes aos blocos econômicos verifica-se que no período de 2017 a 2018, não houve abertura de novos mercados para a União Europeia, principalmente devido às

difficultades no consenso dos 28 estados membros da Comissão Europeia, onde foram negadas as reivindicações brasileiras.

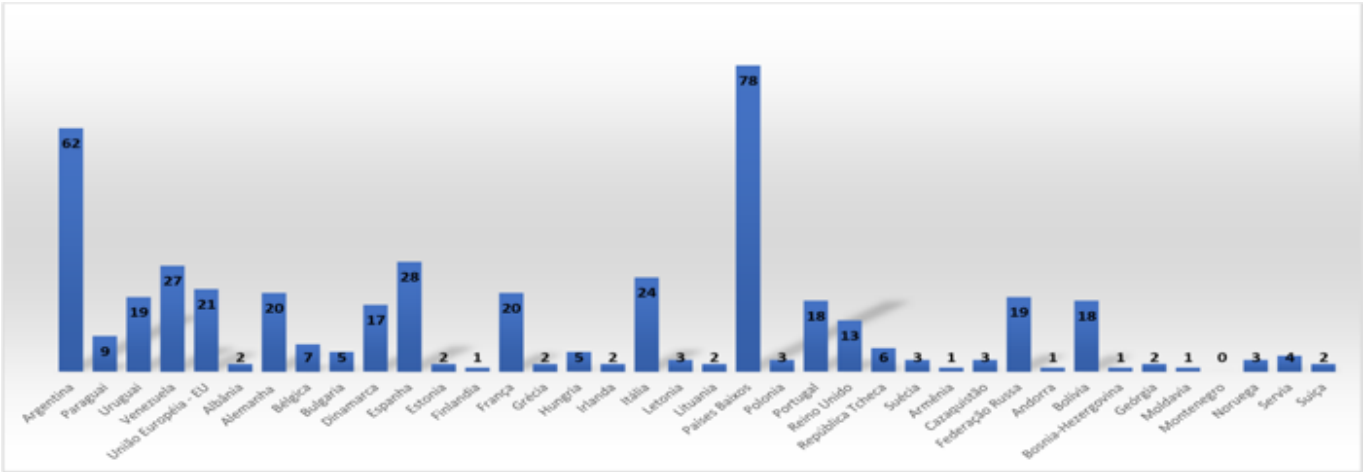
Em função da importância do Brasil no agronegócio mundial e da alta competitividade de seus produtos, estes passaram a ser alvo de medidas e exigências mais rigorosas, tendo havido o delistamento de estabelecimentos de carnes de aves e pescado, demonstrando os poucos avanços que ocorreram junto a UE.

Em relação à União Aduaneira Euroasiática, durante o período de 2017 até o final de outubro de 2018, os mercados de carne bovina e suína permaneceram fechados, devido a detecção de ractopamina, tendo sido somente no último mês de novembro.

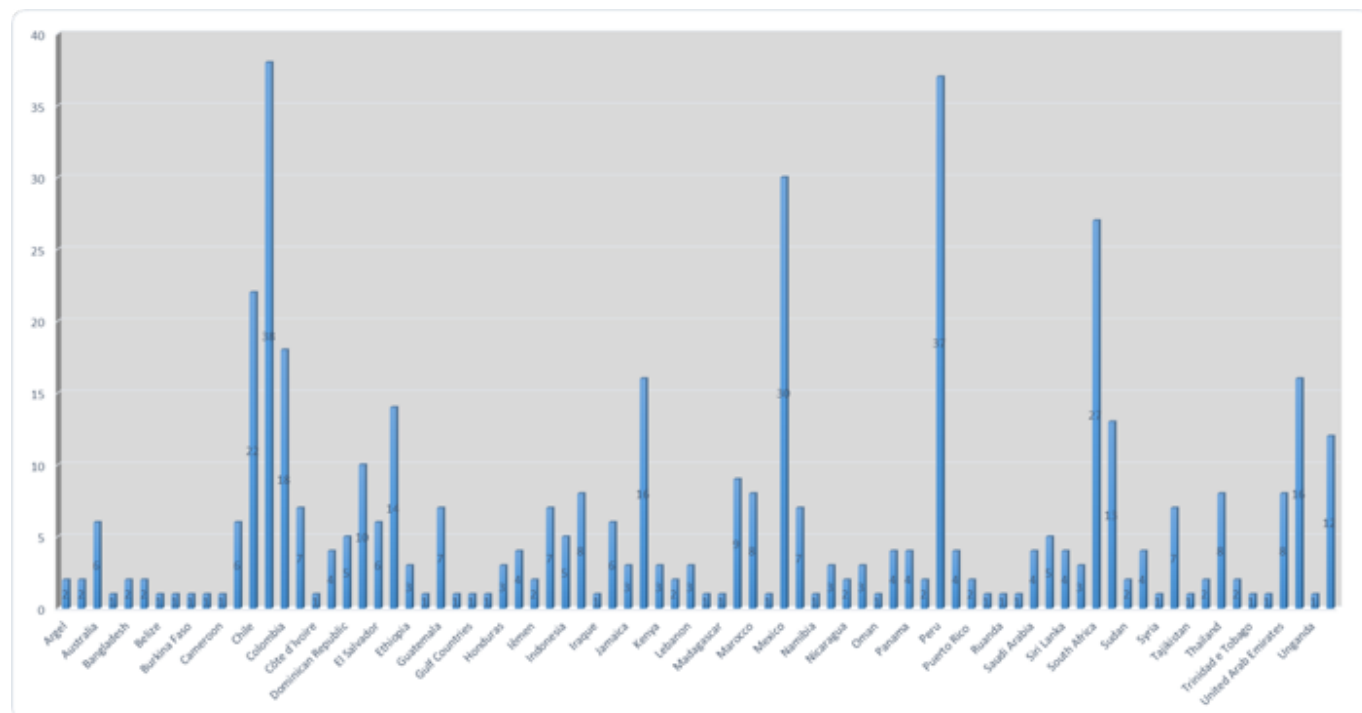
Em relação ao Mercosul, durante os anos de 2017 e 2018, o mercado permaneceu aberto e fluindo normalmente, sem nenhuma abertura significativa.

Os gráficos 06 e 07 a seguir, apresentam, respectivamente, o número de negociações sanitárias e fitossanitárias por blocos econômicos e por países.

Gráfico 05: Quantitativo de negociações sanitárias e fitossanitárias em curso com os países do Mercosul, União Europeia e União Euroasiática.



**Gráfico 06: Quantitativo de negociações sanitárias e fitossanitárias bilaterais por país das Américas, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania.**



As negociações bilaterais realizadas em 2017, propiciaram a abertura de mercado para 18 produtos, com ênfase para as ações adotadas para diversificação da pauta exportadora e aumentar o valor agregado aos produtos exportados, foram abertos mercados e oportunidades para gelatinas, lácteos, material genético avícola e de bovinos (sêmen e embriões), frutas, ovos, arroz, pescado, madeira e rações, dentre outros, conforme discriminado a seguir, por país e produtos:

**a) África do Sul – Exportação:** Foram concluídas em janeiro de 2017, as negociações para abertura de mercados para exportação de Carne Suína Venda Irrestrita, para qual foi acordado o modelo de Certificado Sanitário Internacional – CSI;

**b) Argentina – Exportação:** Foram concluídas as negociações para abertura de mercado para exportação de Material Genético Bovino, com definição de modelo de Certificado Zoossanitário Internacional - CZI a ser adotado (sêmen e embriões); reabertura do mercado para exportação de carne bovina e definição do modelo de CSI a ser adotado e; abertura de mercado para exportação de Material Genético Ovino, com definição de modelo de CZI acordado (embriões); atualização do modelo de certificado para importação de suplemento para alimentação animal; acordado modelo de Certificado Zoossanitário Internacional para exportação de embriões ovinos.

**c) Barbados – Exportação:** Foi acordado o modelo de CSI a ser adotado para exportação de Carne Enlatada e Produtos Cárneos, com abertura de Mercado em janeiro de 2017;

**d) Camboja – Exportação:** Foi aberto o mercado para a exportação de Carne de Aves e Produtos à Base de Carne de Aves, em Maio de 2017;

**e) Chile – Exportação:** Foram concluídas duas negociações, tendo sido acordado o modelo de CSI a ser adotado e aberto o mercado para exportação de Farinha de Sangue e Hemoderivados em julho de 2017 e, o modelo de CSI a ser adotado para exportação de Ovoprodutos, com abertura de mercado em março de 2017;

**f) Coreia do Sul – Exportação:** O mercado para exportação de Manga foi aberto em Fevereiro de 2017;

**g) Malásia – Exportação:** Foram concluídas as negociações e acordado o modelo de certificado para a exportação de lácteos e acordado o modelo de CZI para a exportação de Material Genético Bovino (embriões in vivo e in vitro) em Junho de 2017;

**h) México – Exportação:** Foi acordado o modelo de CSI e aberto o mercado para a exportação de Colágeno Hidrolisado Bovino e Suíno em fevereiro de 2017;

**i) Peru – Exportação:** O mercado para as exportações brasileiras de Arroz Descascado foi aberto em maio de 2017 e; em junho, foram estabelecidos os requisitos fitossanitários e aberto o mercado para exportação de madeira serrada.

**k) Israel – Exportação:** O mercado para exportação de Pescado foi aberto em Maio de 2017, a partir do modelo de CSI acordado;

**l) Japão – Exportação:** Foi acordado o modelo de CSI para exportação de Coelho de Estimulação em fevereiro de 2017;

**m) Ruanda – Exportação:** Foi acordado o modelo de CZI e aberto o mercado para a exportação de Material Genético Bovino (sêmen e embriões) em Maio de 2017;

**n) Taiwan – Exportação:** Foi acordado o modelo de CZI e aberto o mercado para exportação de Material Genético Avícola (ovos férteis e pintos de um dia) em fevereiro de 2017;

**o) Indonésia – Exportação:** Após negociações conduzidas no Comitê TBT/OMC junto à Indonésia, o Brasil superou uma importante barreira técnica sobre rotulagem de suco de laranja exportado à granel, efetivando o acesso ao mercado.

Visando a retomada de mercados importadores, a SRI/MAPA atuou em 2017 nas negociações para retomada das exportações de erva mate para Alemanha e na resolução da crise provocada pela Operação Carne Fraca da Polícia Federal, bem como, em 2018, na mitigação dos efeitos ao comércio internacional da carne, resultantes da Operação Trapaça.

No âmbito de negociações multilaterais, em 2018, a SRI/MAPA participou, ainda, na preparação de propostas do Brasil e na avaliação de propostas de outros países, para a V Revisão da Operacionalização e Implementação do Acordo SPS, apresentadas

no Comitê SPS, oportunidade em que estudou as negociações comerciais de produtos agropecuários em andamento e propôs temas a serem apresentados na agenda do Comitê SPS.

A SRI/MAPA realizou ainda a análise sistemática e detalhada de toda a agenda do Comitê SPS, enviada previamente, e propôs ao Ministério das Relações Exteriores abordagens para os diversos temas importantes para o agronegócio brasileiro, seja por meio de manifestações de apoio a outros países em plenária, seja por meio de intervenções contrárias ao apresentado por outros países.

Diversas intervenções no âmbito do Comitê SPS relacionadas a Preocupações Comerciais Específicas (STCs – Specific Trade Concerns) relevantes para os setores do agronegócio brasileiro foram realizadas em 2017 e 2018, dentre elas podem ser elencadas as seguintes, como intervenções realizadas pelo Brasil em 2018:

**a) Preocupações Comerciais Específicas levantadas pelo Brasil em 2018**

- EU restrictions on poultry meat due to Salmonella detection - Concerns of Brazil (No. 432) (março de 2018);
- EU restrictions on poultry meat and poultry meat preparation (Regulation (EU) No. 2018/700) – Concerns of Brazil (julho de 2018);
- Panama's restrictions on beef and poultry meat – Concerns of Brazil (julho de 2018);
- The Russian Federation's restrictions on beef and swine meat (G/SPS/N/RUS/145) (julho de 2018);
- Mexico's restrictions on imports of swine meat - Concerns of Brazil (No. 271)- (julho de 2018);
- EU restrictions on poultry meat due to Salmonella detection - Concerns of Brazil (No. 432) (julho de 2018).

**b) Preocupações Comerciais Específicas apoiadas pelo Brasil em 2018**

- EU maximum level of cadmium in foodstuffs - Concerns of Peru (No. 430) (março de 2018);
- EU revised proposal for categorization of compounds as endocrine disruptors – Concerns of Argentina, China, India and the United States (No. 382) (março de 2018);
- EU MRLs for acrinathrin, metalaxyl and thiabendazole - Concerns of Peru (No. 428) (março de 2018);
- Lack of transparency and undue delays in Indonesia's approval procedures for animal products – Concerns of the European Union (julho de 2018);
- EU review of legislation on veterinary medicinal products – Concerns of Argentina and the United States (julho de 2018);
- EU maximum level of cadmium in foodstuffs – Concerns of Colombia, Madagascar and Peru (G/SPS/GEN/1624) (Nº. 430) (julho de 2018);
- EU MRLs for Buprofezin, Diflubenzuron, Ethoxysulfuron, Ioxynil, Molinate, Picoxystrobin and Tepraloxymid (G/SPS/N/EU/264) – Concerns of Colombia and India (novembro de 2018);
- EU revised proposal for categorization of compounds as endocrine disruptors – Concerns of Argentina, China, India and the United States (Nº. 382) (novembro de 2018);
- EU review of legislation on veterinary medicinal products – Concerns of Argentina and the United States (Nº 446) (novembro de 2018);
- Lack of transparency and undue delays in Indonesia's approval procedures for animal products – Concerns of the European

Union (novembro de 2018).

**c) Outros temas apoiados pelo Brasil em reuniões do Comitê SPS**

- Catalogue of Instruments available to manage SPS issues – Proposal by Canada and Kenya (G/SPS/W/279/Rev.2, RD/SPS/16) (março de 2018);
- Argentina – International Statement on Agricultural Applications of Precision Biotechnology (novembro de 2018).
- d) Preocupação Comercial Específica levantada contra o Brasil em 2018**
- Brazil's Measures on Shrimp – Concerns of Ecuador (Nº. 344) (novembro de 2018).

Em 2017 foram catalogadas, disponibilizadas e remetidas aos setores interessados do MAPA e a outros setores públicos e privados, 1461 (mil quatrocentos e sessenta e uma) notificações no âmbito do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - SPS de todos os Membros da OMC, incluindo o Brasil. Em 2018, até o dia 14 de novembro, foram processadas 1456 (mil quatrocentos e cinquenta e seis).

Quando necessário, as notificações foram previamente avaliadas pela SRI e comentários às notificações de outros países foram enviados para aquelas que continham medidas que possam impactar no comércio dos produtos nacionais

O Brasil foi o país que mais submeteu notificações no Comitê SPS em 2017 e em 2018, demonstrando seu comprometimento com o princípio da transparência. As notificações sanitárias e fitossanitárias realizadas pelo Brasil, no âmbito deste Ministério, são elaboradas pela SRI/MAPA.

A SRI/MAPA enviou comentários em 2018 para a União Europeia com relação a duas notificações realizadas por aquele bloco no Comitê SPS, a saber, Notificação G/SPS/N/EU/263 e Notificação G/SPS/N/EU/264, referentes a Limites Máximos de Resíduos para Iprodiona e para Buprofezin, entre outros, em certos produtos agropecuários, e que podem causar impactos nas nossas exportações.

A SRI/MAPA enviou ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC, 23 notificações referentes a diferentes tipos de medidas adotadas pelo Ministério que, por ventura, possam vir a ter algum tipo de impacto sobre o comércio (interno e externo) de produtos agropecuários no Brasil e, deu conhecimento ao setor privado quanto às 428 notificações ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC, feitas por 49 países, sobre diferentes tipos de medidas que podem vir a ter impacto sobre as exportações brasileiras.

Em 2017, ainda no âmbito de negociações junto aos organismos multilaterais, o Brasil venceu disputa comercial na OMC contra as medidas sanitárias impostas pela Indonésia para importação de carne de frango e seus produtos – “DS484: Indonesia—Measures Concerning the Importation of Chicken Meat and Chicken Products”. A participação da SRI/MAPA foi extremamente relevante para o sucesso neste Painel nos diferentes estágios, tanto em relação ao fornecimento de subsídios para o Governo Brasileiro, quanto presencialmente nos debates em reuniões na OMC. Atualmente, este contencioso está em fase de implementação.

Outro contencioso aberto pelo Brasil relacionado a temas sanitários foi contra as medidas sanitárias impostas pela Indonésia para importação de carne bovina - “DS506: Indonesia – Measures Concerning the Importation of Bovine Meat”. O Brasil pediu consultas em 2016, no entanto não prosseguiu com o contencioso,

pois está buscando o acesso ao mercado indonésio por meio de tratativas bilaterais ainda. Caso não se consiga avanço nesse acesso, o contencioso poderá ser retomado.

A SRI/MAPA participou ativamente da última Revisão da Política Comercial (Trade Policy Review – TPR) do Brasil, realizada em 2017 em Genebra, na qual vários questionamentos foram realizados sobre temas do MAPA, incluindo temas sanitários e fitossanitários.

A SRI/MAPA participou de reuniões bilaterais, às margens do Comitê SPS, de interesse dos setores de carnes bovina, suína e de aves, petfood, envoltórios, pesticidas, entre outros.

Ainda em 2017, no âmbito das negociações junto aos organismos multilaterais, a SRI/MAPA atuou na abertura de Preocupações Comerciais Específica na Organização Mundial do Comércio para produção e rotulagem de erva-mate orgânica e para combater a não renovação da aprovação da substância pycoxistrobina.

Em 2018, foram abertos 30 mercados para a exportação de produtos agropecuários brasileiros para 13 países, conforme discriminado a seguir:

**a)** África do Sul – Exportação: Foram concluídas as negociações para abertura de mercado para exportação de mangas, ovos em natureza e ovos processados.

**b)** Arábia Saudita – Exportação: Foram abertos os mercados para a exportação de bovinos vivos, sêmen e embriões bovinos, ovos férteis (aves), pintos de um dia e produtos apícolas.

**c)** Argentina – Exportação: Foram abertos os mercados para a exportação de flores, colágeno e gelatina bovina.

**d)** China – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de pele de asininos e acordado o modelo de Certificado Sanitário Internacional a ser adotado.

**e)** Coreia do Sul – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de carne suína e acordado o modelo de Certificado Sanitário Internacional a ser adotado e, de manga, conforme requisitos estabelecidos.

**f)** Federação Russa – Exportação: Foram concluídas as negociações para reabertura de mercado para a exportação de carne bovina e suína.

**g)** Guatemala – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de bovinos vivos e acordado o modelo de Certificado Zoossanitário Internacional a ser adotado.

**h)** Índia – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de fava, suínos vivos, carne suína em natureza, material genético bovino (sêmen e embriões) e ovos SPF e acordados os modelos de Certificados a serem adotados.

**i)** Irã – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de bovinos vivos e acordado o modelo de Certificado Zoossanitário Internacional a ser adotado.

**j)** Japão – Exportação: Foram concluídas as negociações para renegociação do modelo de Certificado Sanitário Internacional a ser adotado para a exportação de carne termoprocessada.

**k)** Marrocos – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de material genético de perus (ovos férteis e pintos de um dia) e acordado o modelo de Certificado Zoossanitário Internacional a ser adotado.

**l)** México – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de arroz sem casca.

**m)** Vietnã – Exportação: Foram concluídas as negociações para exportação de farinhas de origem animal e renegociado o modelo

de Certificado Sanitário Internacional a ser adotado.

Ainda em 2018, merecem destaque as seguintes negociações bilaterais que se encontram em andamento, elencadas por país:

**a)** África do Sul. Exportação: Existem quatro negociações em curso. Para a exportação de carne bovina com osso e, para exportação de miúdos suínos, as análises de risco estão em andamento. Para carne bovina enlatada e lácteos, os modelos de CSI já estão sendo negociados;

**b)** Argélia. Exportação: A negociação do modelo de CZI para exportação de bovinos vivos está em curso;

**c)** Austrália. Exportação: Está sendo iniciada uma negociação para a exportação de carne suína, por demanda do setor privado.

**d)** Canadá. Exportação: As duas negociações em curso são, para exportação de carne bovina, que está pendente de resposta ao questionário e da realização de missão no Brasil e, de exportação de carne suína, que falta a conclusão da resposta ao questionário e a realização de missão no Brasil.

**e)** Cingapura. Exportação: O MAPA está negociando o protocolo sanitário para a exportação de ovos.

**f)** China. Exportação: Existem sete negociações em curso. Para exportação de carne de asininos está sendo negociado o modelo de CSI a ser emitido; A exportação de carne processada de bovinos e aves está na fase de negociação de protocolo sanitário e a exportação de miúdos bovinos e suínos está na fase de atualização do protocolo sanitário. Para a exportação de material genético avícola o questionário requerido pelas autoridades chinesas já foi respondido pelo MAPA. A exportação de produtos lácteos está na fase de habilitação de estabelecimentos interessados e, para exportação de melão, a ARP está em estágio avançado diferentemente da exportação de arroz, cuja ARP ainda está na fase inicial.

**g)** Colômbia. Exportação: Existem quatro negociações em curso. Para a exportação de carne bovina, o MAPA precisa responder o questionário, mas já houve manifestação de interesse colombiano na importação. O CSI para exportação de ovos está em negociação e estão sendo negociadas ainda as exportações de embriões in vitro e de milho de pipoca, cuja ARP já se encontra em estágio avançado.

**h)** Coreia do Sul. Exportação: Existe uma negociação em curso, para exportação de material genético avícola, cujo CZI também se encontra em negociação.

**i)** Costa Rica. Exportação: Existe uma negociação para exportação de ovos processados para a Costa Rica, cujo CSI encontra-se em negociação.

**j)** Egito. Exportação: Está em negociação o modelo de CSI a ser utilizado para a exportação de lácteos.

**k)** Indonésia. Exportação: Existem duas negociações para exportação em andamento, a primeira para exportação de carne de aves, que depende de gestões na OMC, visto que foi resultado do painel vencido pelo Brasil e, a segunda, para exportação de carne bovina, que também deverá ser objeto de gestões na OMC.

**l)** Japão. Exportação: Existem três negociações em curso com o Japão. Para exportação de carne bovina in natura, a negociação está em seu estágio inicial, com vistas ao reconhecimento da regionalização. Na área vegetal, as ARPs para exportação de abacate e melão estão em curso.

**m)** México. Exportação: Existem duas negociações em curso. Para a exportação de carne suína, o MAPA respondeu ao questionário

solicitado pelas autoridades mexicanas e aguarda resposta. Para exportação de alimentos para animais de companhia, o CSI está em negociação e aguarda-se a visita de missão in loco.

**n) Nigéria.** Exportação: Existem quatro negociações em curso. Para a exportação de lácteos, o modelo de CSI está em negociação de CSI, assim como os modelos de CZI para exportação de bovinos vivos e sêmen e embriões de bovinos e de material genético avícola;

**o) Nova Zelândia.** Exportação: A análise de risco de pragas para exportação de Citros está em andamento;

**p) Peru.** Exportação: Existem três negociações em curso. Para exportação de carne suína, o MAPA está aguardando o recebimento de missão e, para exportação de carne termoprocessada de aves e de mel, o modelo de CSI está em negociação.

**q) Tailândia.** Exportação: Existem três negociações em andamento. Para a exportação de carne bovina, o MAPA enviou questionário com respostas às autoridades daquele país e aguarda análise. Para a exportação de Farinhas de origem animal. O MAPA está aguardando receber questionário atualizado, da mesma forma que, para as exportações de Material genético bovino e de aves;

**s) Taiwan.** Exportação: Para a exportação de carne de aves o MAPA está aguardando a conclusão da análise de risco em andamento.

**t) Vietnã.** Exportação: Existem duas negociações em curso, quais sejam, a abertura de mercado para exportação de bovinos vivos, tendo o MAPA encaminhado Informações adicionais requeridas pelas autoridades daquele país e, para exportação de melão, onde a ARP já se encontra em estágio avançado;

No âmbito regional, destacam-se as ações de suporte técnico e comercial do DNNT/SRI em negociações de Acordos de Livre Comércio do MERCOSUL no período 2017 e 2018. Para exercer essa função, o Departamento dispõe de amplo conhecimento técnico de alto nível em temas sanitários e fitossanitários para analisar e propor textos e cláusulas em acordos, identificar ameaças e oportunidades para as exportações e importações brasileiras e intervir, quando necessário, emitindo pareceres e opiniões técnicas durante o processo de negociação dos Acordos de Livre Comércio do Mercosul.

Os principais acordos em negociação os quais o DNNT/SRI participa são: Acordo Mercosul - União Europeia (UE), Acordo Mercosul – EFTA, Acordo Mercosul – Canadá, Acordo Mercosul – Coreia do Sul e Acordo Mercosul - Cingapura

## **3.5.2. Outras Negociações Não Tarifárias**

### **3.5.2.1 – Barreiras Técnicas**

Em 2018, o MAPA acompanhou diversas atividades relativas a negociações em barreiras técnicas, com destaque para as seguintes negociações:

**a) Comitê de barreiras técnicas ao comércio (Comitê TBT/OMC):** O MAPA acompanhou as movimentações no Comitê TBT. Vale lembrar que, embora o Comitê TBT abranja toda gama de bens e, mais de 50% das suas atividades são relacionadas a questões agroalimentares.

O MAPA participou de duas reuniões no ano e propôs um tema para modificação na revisão trienal do Acordo TBT/OMC. A proposta foi a mais apoiada entre todas apresentadas.

**b) Mercosul – UE:** o MAPA participou das negociações do capítulo de barreiras técnicas do Acordo. O capítulo foi finalizado

**c) Mercosul – Canadá, Mercosul – EFTA:** o MAPA participou da

discussão do capítulo de barreiras técnicas dos acordos

**d) Brasil – México, Brasil – Chile:** o MAPA participou da discussão do capítulo de barreiras técnicas dos acordos

### **3.5.2.2. – Propriedade Intelectual**

Em 2018, o MAPA acompanhou diversas atividades relativas a negociações em propriedade intelectual, com destaque para as seguintes negociações:

**a) Mercosul – UE:** o MAPA participou das negociações do capítulo de propriedade intelectual do Acordo. Foram mais de seis participações presenciais, com destaque para defesa dos nomes já utilizados no Brasil e no pleito reconhecimento das indicações geográficas brasileiras na União Europeia.

**b) Mercosul – Canadá, Mercosul – EFTA:** o MAPA participou da discussão do capítulo de propriedade intelectual dos acordos

**c) Brasil – México, Brasil – Chile:** o MAPA participou da discussão do capítulo de barreiras técnicas dos acordos

**d) Mercosul:** o MAPA iniciou um trabalho pelo reconhecimento recíproco de indicações geográficas no Mercosul

### **3.5.2.3 – Boas práticas de regulamentação e convergência regulatória**

**a) O MAPA participou das reuniões do grupo de trabalho de regulamentação da CAMEX.**

**b) O MAPA participou da elaboração do capítulo de convergência regulatória do Acordo Brasil – México.**

**c) O MAPA participou das negociações para um protocolo de coerência regulatória no âmbito do Mercosul.**

### **3.5.2.4 – Avaliação de risco comum**

O MAPA apresentou uma estratégia de uma ação estruturante: a avaliação de risco comum em países das Américas. A iniciativa foi proposta no Instituto Interamericano de Cooperação Agroalimentar - IICA, no CAS e na relação bilateral com a Argentina. Como resultado, o tema atingiu um nível de conhecimento em todas as Américas. Na relação com a Argentina, foi concluída a elaboração de um projeto piloto para iniciar um processo de avaliação de risco comum aos dois países junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Em 2017, o MAPA acompanhou as negociações sobre indicações geográficas no âmbito das negociações do Capítulo de propriedade intelectual do Acordo Comercial Mercosul-União Europeia, orientando tecnicamente os setores produtivos interessados e formulando as posições para defender os interesses nacionais, neste campo, notadamente, os lácteos, os vinhos e os produtos de carne.

A SRI/MAPA também participou da análise de textos em negociações multilaterais sobre sustentabilidade, incluindo mudança do clima, diversidade biológica, recursos genéticos, segurança alimentar, biotecnologia e questões sociais, de forma a acompanhar o possível impacto destas questões no comércio de produtos agropecuários brasileiros, a exemplo, da formulação de posição para as negociações da 23ª COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que se traduziu em um acordo sobre agricultura que preserva as conquistas dos produtores rurais brasileiros.

Em 2017, a SRI/MAPA também atuou na elaboração e negociação de propostas de Requisitos Específicos Origem (REOs) para os

produtos agropecuários (inclusive os processados) a serem discutidas com os países/blocos em que o Mercosul (ou o Brasil, no caso do México) esteja em negociação.

Os REOs, dizem respeito aos critérios mínimos de transformação, que um produto está sujeito para que possa ser considerado originário do país sujeito ao benefício de redução tarifária, via acordo comercial. As propostas brasileiras são baseadas nas características de cada setor, tais como: grau de verticalização, necessidade de proteção ao mercado local, interesse exportador, dentre outros.

O DNNT/SRI atuou nas negociações envolvidas na busca do equilíbrio para a conclusão do Acordo Mercosul/UE e a formulou posição sobre comércio e meio ambiente e sobre comércio e trabalho na proposta do Mercosul para o Acordo Mercosul-União Europeia.

Ainda dentro das competências do DNNT/SRI e, em conjunto com as demais áreas da SRI/MAPA, foi realizado em 2017, um levantamento das regras de agricultura da OCDE e de sua compatibilidade com as regras e políticas nacionais, em preparação para a adesão do Brasil àquele importante foro internacional.

Em articulação com o setor produtivo, o MAPA aderiu à Iniciativa LEAP – (Environmental Assessment and Performance Partnership) de pecuária sustentável e formulou posição para a participação do Brasil no 10 YFP da ONU (Quadro Decenal Global sobre Produção e Consumo Sustentável em Alimentação) para a construção de diretrizes para a sustentabilidade na agricultura.

Em 2017, a SRI/MAPA participou das negociações para a revisão da norma sobre elaboração e revisão de regulamentos técnicos no Mercosul e trabalhou no regulamento técnico para tomate no Mercosul que foi finalmente aprovado para facilitar o comércio deste produto agropecuário dentro do bloco.

As negociações para aprovação da Resolução nº 26/17 que estabelece o Regulamento Técnico Mercosul de Identidade e Qualidade de Tomate possibilitaram a definição das características de identidade e qualidade de tomate in natura após acondicionado e embalado.

Outra negociação relevante, foi a aprovação da Resolução nº 46/17 no Mercosul sobre bebidas, o que possibilitou avançar nas tratativas para garantir que a cachaça seja uma bebida de fabricação exclusiva do Brasil. A retirada do termo “cachaça” da norma Mercosul, pode ser considerado um grande avanço para o reconhecimento da bebida como típica do Brasil nos outros três países do bloco, negociação esta, que já se estendia por dez anos.

O DNNT/SRI também participou de fóruns, comitês, convenções e grupos, que abordam temáticas relacionadas à agricultura e meio ambiente, dentre as quais pode-se elencar as seguintes:

- a)** Quadro Decenal da ONU para Consumo e Produção Sustentável, Grupo de Sistemas Alimentares Sustentáveis, com foco em desperdício de alimentos;
- b)** Comitê de Gênero do MAPA sobre projeto com IBGE para a divulgação de dados específicos sobre mulheres na agricultura;
- c)** Convenção de Mudanças Climáticas da ONU para preservação dos interesses da agricultura, onde participou das discussões sobre o terceiro Relatório de Atualização Bienal;
- d)** Conselho Nacional de Imigração para construção da nova regulamentação pertinente;
- e)** Conselho Agrícola do Sul – CAS, onde participou das gestões para emissão de declaração de apoio ao TIRFAA e ampliação do

anexo correspondente

Em 2018, até o presente momento, pode-se elencar ainda as seguintes atividades desempenhadas pelo DNNT/SRI:

- Negociações para reconhecimento mútuo em produção orgânica com o Chile, que visa incrementar o comércio de produtos orgânicos;
- Elaboração e envio da posição do MAPA para iniciativa mundial dos solos da FAO de maneira a ressaltar que as práticas agrícolas utilizadas no país são apropriadas a solos tropicais e conservacionistas;
- Participação em reunião de coordenação sobre Comitê de Floresta da FAO em defesa dos interesses do MAPA, entre eles, a qualificação quanto a desmatamento legal e ilegal;
- Elaboração de subsídios para participação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Foro Mundial da Água, de maneira a ressaltar o comprometimento do agricultor brasileiro com a conservação de fontes de água, e como consequência, biodiversidade;
- Elaboração e envio da posição do MAPA para as reuniões de especialistas do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura – TIRFAA com destaque para o fortalecimento do sistema multilateral de acesso e repartição de benefícios;
- Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho da Camex sobre harmonização de avaliação de risco de agrotóxicos;
- Promoção de debate técnico da cadeia do couro bovino com vistas a melhoria da qualidade de aumento de renda do produtor rural;
- Análise e contribuição ao documento declaratório da reunião de ministros da agricultura do G20, de forma a estimular os países a adotar práticas conservacionistas na agricultura, como a preservação de margens de rios;
- Fornecimento, no âmbito do Conselho Agropecuário do Sul – CAS, de informação sobre registro de agrotóxicos e boas práticas agrícolas aos países da região;
- Acompanhamento das negociações sobre recursos genéticos aquáticos e florestais na FAO;
- Produção de textos para a marca o Melhor do Agro;
- Realização e participação na reunião do Grupo de Trabalho em Biotecnologia Agrícola com a China, com vistas a negociar a redução da assincronia de aprovações de eventos;
- Acompanhamento e contribuição na elaboração do projeto do BID sobre análise de risco conjunta entre Brasil e Argentina;
- Participação das discussões interministerial sobre a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU;
- Avaliação de temas em discussão nas Convenções de Roterdã, Basiléia e Estocolmo;
- Avaliação de temas afetos à agricultura nas discussões no âmbito do Protocolo de Montreal;
- Acompanhamento das discussões em reunião de coordenação nacional relativas a IMO – Organização Marítima Internacional no que diz respeito a redução das emissões no transporte marítimo que podem impactar nos valores dos fretes marítimos;
- Acompanhamento das discussões quanto a internalização do Acordo Regional sobre Acesso à Informação Ambiental (Princípio 10);

- Avaliação de temas afetos à agricultura nas discussões no âmbito da Convenção sobre Áreas Úmidas (RAMSAR);
- Formulou posição com temas de interesse da agricultura na proposta do Brasil para o acordo comercial com o Chile;
- Acompanhamento de negociações do Mercosul para acordo comercial com o Canadá e EFTA;
- Realização, em conjunto com o Governo do Canadá, da 6ª Reunião da Iniciativa Global sobre Presença em Baixo Nível de Organismos Geneticamente Modificados em Natal/RN;
- Formulação de posição e participação das discussões no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

### 3.5.3. Outras Atividades

O DNNT/SRI também atua na recepção, análise e monitoramento das demandas apresentadas no âmbito do Sistema Sem Barreiras, instituído nos termos do Decreto nº 9.195 de 9 de novembro de 2017, nas negociações para envio e recebimento de auditorias internacionais, nas ações de fortalecimento das relações bilaterais com os países da Ásia e da América Latina.

O DNNT/SRI também participou da Missão à Jakarta, Indonésia, para discutir a implementação do resultado do painel na Organização Mundial do Comércio - OMC para exportação de carne de aves e negociação bilateral para exportação de carne bovina in natura pelo Brasil.

Em 2018, o DNNT/SRI, por meio da DINTE/CGSF negociou a realização de Comitês Consultivo Agrícolas (CCA) com Estados Unidos, Rússia, Irã, além do Diálogo Brasil-Japão. Entretanto, por iniciativa dos países envolvidos (ou por retardo em confirmações advindas desses países), não foi possível a realização de novas reuniões. O CCA Brasil-Canadá está previsto para ocorrer em dezembro de 2018. Discussões já estão sendo efetuadas para a realização de reuniões no início de 2019.

Também trabalhou ativamente no monitoramento da imagem relativa a agropecuária brasileira, atuando pontualmente em casos onde houve difamação, por meio do subsídio de informações para esclarecimentos.

Desde o início de 2018, o DNNT/SRI avaliou semanalmente a situação das principais negociações sanitárias/fitosanitárias e apresentou avaliações de cenários para com recomendações para auxílio na tomada de decisão, onde foi possível monitorar o ambiente externo e posicionamento dos principais competidores e mercados de interesse.

Em abril de 2018 acompanhou ativamente a missão de representantes do Parlamento Europeu no Brasil, ocasião em que foi possível demonstrar a robustez dos controles efetuados pelo MAPA, assim como das boas práticas exercidas pelos produtores brasileiros. O DNNT/SRI trabalhou ativamente com o subsídio de informações aos técnicos que acompanharam e receberam a comitiva europeia, bem como acompanhou a repercussão dessa visita na Europa.

Ainda em 2017, o MAPA participou de missões técnicas, dentre elas, a missão à Bruxelas, Bélgica, para tratar do Acordo Mercosul-União Europeia, e as missões técnicas aos Países Baixos, para avaliação do sistema de lácteos, carne bovina e suína e, à Rússia para tratar da importação de carne bovina pelo Brasil.

Dentre as reuniões técnicas realizadas, discussões e gestões junto aos fóruns multilaterais, merecem destaque a videoconferência com os coordenadores do Subgrupo de Trabalho – SGT-8 do

Mercosul e a atuação para obtenção da Declaração Conjunta de alguns Ministros sobre o tema “Comércio de Alimentos Produtos Agrícolas” na 11ª Sessão da Conferência Ministerial da OMC, realizada de 10 a 13 de dezembro de 2017, em Buenos Aires (MC11) - documento WT/MIN(17)/52.

O MAPA, por meio do DNNT/SRI também participou efetivamente na aprovação de pontos relevantes para a agropecuária nacional nos diversos fóruns multilaterais, como por exemplo:

**a)** Aprovação da Revisão do Código de Boas Práticas para Peixes e Produtos da Pesca (CXC 52-2003): Diretrizes para o controle de histamina;

**b)** Adoção de Limite máximo de chumbo em commodities selecionadas;

**c)** Aprovação da Revisão da Norma Geral para Rotulagem de Alimentos Pré-embalados: marcação de data (CXS 1-1985);

**d)** Aprovação de Limite máximo de metilmercúrio em atum, alfonsino, marlim e tubarão;

**e)** Aprovação do Código de Prática para a prevenção e redução de dioxinas, PCBs semelhantes a dioxinas e contaminação de bifenilas policloradas - PCBs não semelhantes a dioxinas em alimentos e rações (CXC 62-2006);

**f)** Aprovação da Revisão das provisões de aditivos alimentares da Codex General Standard for Food Additives - GSFA em relação ao alinhamento dos anexos sobre mangas enlatadas, peras em conserva e abacaxi enlatados da Norma para certas Conservas de Frutas (CXS 319-2015) e 14 normas para peixes e produtos da pesca.

O DNNT/SRI participou ainda em fóruns multilaterais, nos quais foram aprovados novos trabalhos que são relevantes para o agronegócio, como por exemplo:

**a)** Diretrizes para o manejo de alimentos biológicos (micro biológicos crises e surtos alimentares);

**b)** Desenvolvimento de diretrizes sobre o uso de informação nutricional simplificada na frente da embalagem;

**c)** Lista de prioridade de pesticidas para avaliação e reavaliação pelo JMPR (grupo de especialistas da FAO e OMS em pesticidas) e lista de prioridade de medicamentos veterinários para avaliação e reavaliação pelo JECFA (grupo de especialistas da FAO e OMS em medicamentos veterinários); e

**d)** Revisão das Diretrizes sobre Amostragem (CXG 50-2004).

Ainda em 2017, o DNNT/SRI participou das ações exitosas que viabilizaram a eleição do atual Presidente do Codex Alimentarius - FAO/OMS, que constitui o Órgão de referência na segurança e qualidade dos alimentos e realizou ações na OMC, junto ao Órgão de Solução de Controvérsias, que resultaram na vitória no Painel contra a indonésia sobre a Carne de Frango e que se encontra em fase de implementação.

Em conformidade com a estratégia de abertura de novos mercados e ampliação da participação brasileira no comércio internacional, visando preparar o ambiente para atuação mais efetiva dos adidos agrícolas selecionados em 2017, o DNNT/SRI também atualizou as informações sobre as negociações de competência do MAPA previamente ao envio dos novos adidos agrícolas para postos da África do Sul, Argentina, México, Rússia, China, Coreia do Sul, Índia, Vietnã, Tailândia e Arábia Saudita.

Por fim, outra atividade rotineira realizada pelo DNNT/SRI é coleta de dados e subsídios para apresentações, participação em fóruns, audiências públicas e reuniões do Ministro, prestação

de informações para a elaboração de maços de apoio e em resposta a notícias veiculadas na mídia referentes a crises no setor agropecuário, abertura e ampliação de mercados e sobre sustentabilidade da agricultura, trabalho escravo, infantil e violência no campo, dentre outros temas relacionados ao agronegócio brasileiro.

### 3.6. PROMOÇÃO, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI coordena as ações de promoção, que têm se mostrado necessárias para consolidação da imagem do país entre os exigentes consumidores internacionais e ferramenta fundamental na conquista de novos mercados. Sua atuação na promoção internacional do Agronegócio se divide em três eixos: promoção comercial e de imagem, atração de investimentos estrangeiros e cooperação técnica internacional.

Desta forma, o DPI coordena a atuação da SRI na defesa da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, promovendo o Brasil como produtor de alimentos de qualidade com sustentabilidade. Promove, também, a participação de empresas em feiras internacionais de alimentos e missões comerciais para fomentar as exportações e a atração de investimentos. Coordena, ainda, as ações de cooperação internacional do Ministério.

Por fim, realiza ações para disseminar a cultura exportadora entre os agentes do agronegócio brasileiro.

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, são competências do DPI/SRI, as seguintes:

**Art. 37. Ao Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio compete:**

*I - elaborar planos, estratégias, diretrizes e análises para promover:*

*a) a comercialização externa de produtos do agronegócio;*  
*b) os investimentos estrangeiros em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro; e*

*c) a imagem de produtos e serviços do agronegócio brasileiro no exterior;*  
*II - subsidiar propostas e ações de políticas públicas para o incremento da qualidade e da competitividade do agronegócio;*

*III - propor, programar e articular a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em eventos internacionais de promoção comercial, de imagem e de atração de investimentos estrangeiros;*

*IV - articular ações e estabelecer parcerias com os setores público e privado de:*  
*a) otimização da atração de investimentos estrangeiros em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro; e*

*b) promoção da imagem de produtos e serviços do agronegócio brasileiro no exterior;*

*V - estabelecer parcerias com os setores público e privado para otimizar a participação do País em eventos internacionais, realizados em território nacional ou no exterior, e articular, orientar e apoiar a participação do agronegócio brasileiro;*

*VI - promover a interação entre os diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio e as ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o mercado externo;*

*VII - avaliar os resultados das ações de promoção do agronegócio; e*

*VIII - propor, negociar e articular, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ações de cooperação com outros países e com organismos internacionais.*

Desta forma, o DPI/SRI coordena a atuação da SRI na defesa da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, promovendo o Brasil como produtor de alimentos de qualidade com sustentabilidade. Promove, também, a participação de empresas em feiras internacionais de alimentos e missões comerciais para fomentar

as exportações e a atração de investimentos. Coordena, ainda, as ações de cooperação internacional do Ministério. Por fim, realiza ações para disseminar a cultura exportadora entre os agentes do agronegócio brasileiro.

Em conformidade com a Portaria MAPA nº 520, de 5 de abril de 2018, o DPI/SRI possui a seguinte estrutura regimental:

**Figura 08: Organograma da estrutura regimental do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio.**

A identificação de oportunidades como feiras internacionais, rodadas de negócios, espaços em mídias para divulgação da imagem e potencial dos produtos do agro brasileiros, fóruns relativos ao tema, entre outros, são de fundamental importância como insumo para o desenvolvimento das atividades de promoção internacional do agronegócio brasileiro e ampliação do acesso a mercados externos para os produtos nacionais.

#### 3.6.1. Promoção Internacional

As ações de promoção dos produtos agropecuários brasileiros nos mercados externos que enfatizem a qualidade, a inocuidade e a sustentabilidade da produção nacional realizadas sob a coordenação do MAPA também se mostraram necessárias para consolidação da imagem do país entre os exigentes consumidores internacionais e uma ferramenta fundamental na conquista de novos mercados.

Em 2017, as atividades para a promoção internacional do agronegócio brasileiro abrangeram 6 áreas principais, a saber:

- a)** o assessoramento às autoridades deste Ministério (Ministro, Secretário Executivo e outros), em razão de missões oficiais ao exterior;
- b)** a organização de Missões Empresariais a mercados estratégicos;
- c)** a coordenação da participação brasileira em feiras comerciais;
- d)** a organização de Missões de Benchmarking;
- e)** a internacionalização de feiras brasileiras de agronegócio, e
- f)** a recepção de Delegações Estrangeiras.

O MAPA participou de 15 missões oficiais, a 16 países, a saber: China, Rússia, Alemanha, EUA, Bélgica (incluindo a sede da União Europeia), França, Polônia, Holanda, Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes, Itália, Espanha, Suíça e Irã, com os objetivos a seguir relacionados:

**a)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Alemanha, Bélgica e Estados Unidos com o objetivo de participar de reuniões bilaterais em Berlim, Bruxelas e Miami. A missão também teve como objetivo sua participação na reunião dos Ministros da Agricultura do G-20, participar da 9ª Conferência dos Ministros da Agricultura do GFFA (tema: Agriculture and Water - Key to Feeding the World) e também participação na conferência: State of the Industry Conference 2017: Outlook for Latin America. Data: 17/01 a 01/02/2017;

**b)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Rússia, de 01 a 10/02, com o objetivo de consolidar negociações realizadas anteriormente na missão que ocorreu em 2016, visitar os expositores e colaborar na melhoria das condições de comércio, visando intensificar e ampliar as relações comerciais entre os países. As ações da missão abriram espaço para um potencial aumento nas exportações e importações brasileiras pela ampliação da pauta de comércio, bem como contribuíram para a retomada da confiança entre os parceiros.

**c)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos Países Baixos, França e Polônia, de 29/05 a 06/06, com o objetivo de realizar gestões junto aos Ministérios de Agricultura desses países para, dentre outros temas, demonstrar as garantias de segurança e da qualidade das carnes produzidas no Brasil. Como resultados, foi acordada a implementação de um comitê especial agrícola permanente Brasil – França, o estabelecimento de esforços para avançar nas pautas de interesses mútuo com a Polônia, e a reavaliação governo da Holanda sobre a posição de resistência aos pleitos brasileiros na UE, em decorrência do clima de otimismo da intensificação da parceria proposta.

**d)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Arábia Saudita, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos, de 12 a 20/05, com o objetivo de promover o comércio e investimentos no setor agropecuário, aproximação institucional entre o MAPA e seus parceiros oficiais, além de esclarecer definitivamente dúvidas relacionadas às exportações de carne brasileira. A delegação retornou ao Brasil com grande agenda de trabalho cumprida e boas perspectivas de comércio e investimento para o setor agropecuário nacional, após 15 eventos oficiais internacionais, incluindo 4 seminários, nos países visitados.

**e)** Missão Mista, que consistiu em reuniões com órgãos do governo chinês, importadores e empresas chinesas, em Pequim (dias 12, 13 e 14/06), participação na Reunião de Ministros da Agricultura dos BRICS em Nanquim (15, 16 e 17/6) e reunião bilateral com autoridades de Hong Kong (19/6), com o objetivo de promover a cooperação agrícola entre a China, o Brasil e a América Latina.

**f)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Suíça, de 26/06 a 03/07, tendo em vista reuniões bilaterais, negociações sobre temas comerciais e sanitários e resolução de pendências sanitárias. Essa missão Influenciou positivamente o agronegócio brasileiro, além de promover a melhora das relações bilaterais com diversos países, tais como Estado Unidos, União Europeia, México e Coreia do Sul.

**g)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Itália, de 03 a 06/07, para participação na 40ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Foi importante a participação do Ministro, além do discurso e das reuniões bilaterais, para conhecer o funcionamento da FAO como centro da inteligência em agricultura e alimentação mundial, bem como para intensificar as discussões sobre o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura – TIRFFAA da FAO, cujo interesse brasileiro é muito grande.

**h)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Suíça, de 09 a 13/07, visando o fortalecimento da candidatura brasileira à presidência do Codex Alimentarius. A pequena margem na diferença de votos (a candidatura brasileira foi vitoriosa com pouco mais de 56% dos votos) evidencia a importância da ação, que pode ter sido decisiva para a vitória do Brasil, importante para consolidar o protagonismo do país frente às discussões para o estabelecimento de padrões internacionais de alimentos.

**i)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos Estados Unidos, de 15 a 19/07, com o objetivo de participar de reunião com o Secretário do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América. Ambos os Ministros se comprometeram a intensificar os contatos técnicos e o comércio bilateral de produtos agropecuários e concordaram que a volta das exportações de carne

bovina “in natura” passará pela avaliação técnica dos setores competentes de ambos os países e tão logo esteja concluída essa fase a abertura do mercado poderá ser anunciada.

**j)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Irã, de 08 a 14/09, com o objetivo de melhorar as relações bilaterais e comerciais entre Brasil e Irã, tratar pendências de questões sanitárias e promover a atração de investimentos e promoção do agronegócio brasileiro. Um dos resultados da missão é a constituição do CCA (Comitê Consultivo Agrícola), entre Brasil e Irã. A missão reforçou o bom relacionamento com o Irã e empenho do MAPA em facilitar as relações comerciais entre ambos países.

**k)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Peru e Bolívia, de 26 a 28/09/2017, visando participar do Seminário Empresarial, da abertura oficial da Feira Expo alimentaria e das reuniões bilaterais na Bolívia e Peru. Nesta ocasião, foi marcada uma data para anunciar a abertura do mercado brasileiro para frutas peruanas e do mercado peruano para carnes brasileiras. A reunião bilateral com o senhor Ministro da Agricultura da Bolívia, teve como objetivo reestabelecer o diálogo comercial de cooperação entre os dois países.

**l)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à China, de 30/08/2017 a 07/09/2017, tendo por objetivo a continuidade e ampliação de investimentos chineses no Brasil. Foram também discutidas questões ambientais e os esforços realizados pelo Brasil nesta área. Os resultados obtidos foram considerados satisfatórios, considerando as reuniões realizadas e a sinalização de que as carnes do Brasil continuarão com a sua importância nas importações chinesas.

Em 2018, até o presente momento, o MAPA realizou as seguintes missões:

**a)** Missão Oficial do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no GFFA – Global Forum for Food and Agriculture. A participação incluiu, além da participação no Fórum, reuniões bilaterais com autoridades da União Europeia, responsáveis pelas pastas de Agricultura, Saúde e Segurança Alimentar e Comércio. Período: 18 a 23/01.

**b)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Bruxelas para encontros com autoridades da União Europeia, responsáveis pelas pastas de Agricultura, Saúde e Segurança Alimentar e Comércio, bem como interlocutores do setor privado europeu relacionado ao comércio internacional de produtos agropecuários. Os encontros realizados possibilitaram ao Mapa falar sobre a importância de estimular a cooperação entre o Brasil e os países europeus no setor agropecuário. Período: 21 e 22/01.

**c)** Missão Presidencial ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, oportunidade em que o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento falou sobre a imagem brasileira no exterior. Período: 23 e 24/01.

**d)** Missão do Secretário Executivo, com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e empresários à Coreia do Sul, Singapura, Indonésia, Malásia e Emirados Árabes Unidos. A missão tem como objetivo encontros bilaterais para tratar de abertura de mercado para produtos brasileiros e também para a promoção das oportunidades de investimentos. Período: 04 a 16/02.

**e)** Missão do Secretário Executivo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com representantes de entidades

representativas à Arábia Saudita. A missão teve como objetivo visitar o Conselho Internacional de Avicultura (IPC), certificadoras halal, Sheikh líder da religião muçulmana e representantes da Câmara de Comércio Árabe/Brasil para tratar sobre temas técnicos das exportações de frango. Período: 21 a 27/03.

**f)** Missão do Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio à Bélgica. A missão teve por objetivo a participação no Forum For the Future of Agriculture (FFA) no qual participou do seminário da RISE Foundation (Fundação Rural de Apoio e Investimentos para a Europa). Em paralelo ao evento, foram realizados contatos oficiais, tratativas para elaboração de nova carta do Ministro do MAPA ao Comissário Vytenis Andriukaitis, em referência as plantas exportadoras de carnes de aves do Brasil. Período: 25 a 29/03.

**g)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Canadá. Missão Oficial composta de empresários e representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, chefiada pelo Secretário Executivo, Eumar Novacki, ao Canadá por ocasião da feira internacional SIAL Canada 2018, na cidade de Montreal. A missão teve como objetivo encontros bilaterais para tratar de abertura de mercado para produtos brasileiros e também para a promoção das oportunidades de investimentos. Período: 28/04 a 06/05.

**h)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Turquia, China e França. Na ocasião foram realizados encontros bilaterais com autoridades dos três países para tratar de abertura de mercados, consolidação da imagem do agronegócio brasileiro, promoção comercial de produtos do agro, oportunidades de investimentos estrangeiros no Brasil. Período: 11 a 25/05.

**i)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à África do Sul. O Ministro participou em Mpumalanga, na África do Sul, da 8ª Reunião dos Ministros da Agricultura dos BRICS. A reunião consistiu em reunir contribuições para maior cooperação e comércio entre os países do Bloco. Foram realizadas ainda, reuniões bilaterais com seus homólogos estratégicos para assuntos dos países do bloco. Período: 20 a 24/06.

**j)** Missão do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI/SRI à África Austral (Botswana, Namíbia e Pretória). O DPI/SRI, em parceria com o Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS/SMC) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), organizou a realização de uma missão de prospecção de oportunidades comerciais de cooperativas do Mercosul à África Austral. A missão foi a primeira missão internacional de promoção comercial organizada de forma conjunta entre os governos e o setor cooperativista dos quatro países. A comitiva visitou três dos cinco países membros da União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês): África do Sul, Botsuana e Namíbia. A SACU possui um acordo de livre comércio com o Mercosul, que assegura preferências tarifárias ao bloco do Cone Sul, possibilitando acesso a um mercado potencial de cerca de 65 milhões de consumidores. O objetivo principal da Missão foi prospectar oportunidades de comércio e cooperação advindas do Acordo. Período: 23/06 a 01/07.

**j)** Missão do Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio à Buenos Aires para representar o Ministro na Reunião de Ministros da Agricultura do G20 que foi realizada em Buenos Aires, Argentina. A reunião do G-20 seguiu no Palácio San Martin, com sessões de discursos dos Ministros e aprovação da declaração Ministerial. O Brasil apresentou questões relacionadas a sustentabilidade do agro nacional, as ações relacionadas ao Código Florestal como a

proteção de margens de rios, formando corredores ecológicos e proteção da biodiversidade e fontes de água. Período: 25 a 27/07.

**k)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aos Emirados Árabes Unidos, Egito e Turquia. Reunião com o Embaixador do Brasil nos EAU, e com o Embaixador do Brasil no Egito nos EAU. No Egito, foram realizadas reuniões com autoridades do governo egípcio e apresentação do Agro+ Compliance. Na Turquia foi realizada a abertura oficial do Pavilhão Brasil na feira internacional WorldFood Istanbul 2018 e reunião com o Conselho de Relações Econômicas Estrangeiras da Turquia (DEIK) e com o Ministro da Agricultura da Turquia, Sr. Mehmet Hadi Tunç. Período: 31/08 a 08/09.

**l)** Missão do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Buenos Aires, Argentina. Participação dos Ministros de Agricultura da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai na XXXVI Reunión Ordinaria del Consejo Agropecuario del Sur (CAS). Foram assinadas 06 Declarações Ministeriais sobre assincronia de organismos geneticamente modificados, edição gênica, convergência regulatória, estudo para harmonização de Limites Máximos de Resíduos - LMR no Mercosul, recursos fito genéticos relativos ao TIRFAA/FAO, e uso prudente de antimicrobianos; Tabela de pontos críticos no comércio intra regional de produtos agropecuários; Criação de grupo 'ad-hoc' sobre mel; Avaliação técnica, pelo CVP - Conselho Veterinário Permanente, para circulação de bovinos em pé entre os países da região, atenção sobre os controles de fronteira relacionados a risco sobre a peste suína clássica e africana, sanidade na produção de mel; Estudo sobre boas práticas de produção utilizadas na região; e a Carta dos Ministros do CAS ao Ministro chinês sobre assincronia de aprovações de OGM. Período : 19/09 a 21/09.

**m)** Missão do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Portugal e Espanha. Reunião com o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação e o Diretor Geral da DGAV Portugal para tratar da pauta do agronegócio brasileiro naquele país e realização de visitas técnicas, organizadas pelo governo português. Em Madri, Espanha, foi inaugurado o Pavilhão Brasil na feira internacional Fruit Attraction 2018 e realizaram-se reuniões com expositores brasileiros e com o Secretário-Geral da Agricultura e Alimentação da Espanha sobre barreiras de comércio entre os dois países e obtenção de apoio do governo espanhol junto as autoridades da União Europeia, para reabertura do mercado europeu para certos produtos do agronegócio brasileiro. Período: 18/10 a 26/10.

A participação do MAPA nas referidas missões teve, como seus principais objetivos, além da negociação de abertura de mercado para produtos do agronegócio brasileiro, a participação em fóruns mundiais, a defesa dos interesses do agronegócio e a disseminação de informações referentes a oportunidades de investimento nesse setor, bem como sobre os avanços obtidos na área da sustentabilidade, a fim de trabalhar e consolidar a imagem do agronegócio brasileiro como setor sustentável.

Outro objetivo das missões realizadas foi a promoção de rodadas de negócios e a discussão sobre possibilidades e estratégias de cooperação entre órgãos oficiais ligados à agricultura.

O interesse dos parceiros brasileiros a exportar produtos agropecuários ao país também foi foco de discussões já que para ampliar as exportações do setor é preciso também importar dos principais parceiros comerciais do Brasil.

Ainda na área de promoção, a SRI/MAPA organizou também a

participação brasileira em oito feiras comerciais estratégicas, com a participação de 113 empresas, principalmente pequenas e médias e oito entidades setoriais, viabilizando a divulgação de produtos variados como pescado, carnes, frutas, produtos de panificação, confeitaria, café, arroz, entre outros.

A participação em feiras internacionais tem como objetivo aumentar a inserção internacional das empresas produtoras de produtos alimentícios do agronegócio brasileiro por meio do aumento das exportações.

As feiras ocorreram em Boston - EUA, Bruxelas - Bélgica, Teerã - Irã, Joanesburgo - África do Sul, Moscou - Rússia, Madri - Espanha, Frankfurt - Alemanha e Abu Dhabi - Emirados Árabes, com estimativa de negócios resultantes desses eventos da ordem de US\$ 300 milhões, e tiveram os seguintes destaques:

**a)** Seafood Expo North America 2017 - Boston, EUA (19 a 21/03): Teve por objetivo promover o pescado nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações de pescado para os EUA. A feira contou com a participação de 26 empresas e 03 entidades setoriais nacionais, as quais promoveram ao todo 24 espécies de pescado, sendo 19 da pesca extrativa e 04 espécies da aquicultura. Há estimativa de US\$ 170 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**b)** Seafood Expo Global 2017 - Bruxelas, Bélgica (25 a 27/04): Teve por objetivo promover o pescado nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações de pescado no mercado internacional. Participaram desta feira 29 empresas e 03 entidades do setoriais nacionais que promoveram 23 espécies de pesca extrativa e 05 espécies da aquicultura, com a estimativa de US\$ 78 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**c)** Iran Agrofood 2017 - Teerã, Irã (23 a 26/05): Objetivou promover a indústria de alimentos nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações de alimentos e produtos agropecuários para o Irã. A primeira participação brasileira contou com a presença de 04 empresas que promoveram 14 produtos, gerando estimativa de US\$ 3,2 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**d)** SAITEX 2017 - Johannesburg, África do Sul (25 a 27/06): Promoveu o agronegócio nacional e apoiou as empresas brasileiras a expandirem as exportações para o continente africano. Estiveram presentes 12 empresas que promoveram 19 produtos, com a estimativa de US\$ 26 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**e)** World Food Moscow 2017 - Moscou, Rússia (11 a 14/09): Teve por objetivo promover o agronegócio nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações para o mercado russo. Participaram 14 empresas brasileiras que promoveram 23 produtos. Há estimativa superior a US\$ 20 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**f)** Fruit Attraction 2017 - Madrid, Espanha (18 a 20/10): Teve por objetivo promover o agronegócio nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações para o mercado europeu. Participaram 11 empresas brasileiras com estande próprio, mais 7 empresas em um business longe coletivo e 1 entidade setorial que promoveram 25 produtos. Há estimativa superior a US\$ 960 mil em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**g)** Food Ingredients 2017 - Frankfurt, Alemanha (28 a 30/11): Teve por objetivo promover o agronegócio nacional e apoiar as

empresas brasileiras a expandirem as exportações para o mercado europeu. Participaram 05 empresas brasileiras que promoveram 33 produtos. Há estimativa superior a US\$ 1,87 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

**h)** SIAL Middle East 2017 - Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos (12 a 14/12): Teve por objetivo promover o agronegócio nacional e apoiar as empresas brasileiras a expandirem as exportações para o mercado do Oriente Médio. Participaram 12 empresas brasileiras e uma entidade setorial que promoveram 46 produtos. Há estimativa superior a US\$ 20 milhões em novos negócios para os doze meses subsequentes ao evento.

Em setembro de 2017, o DPI/SRI preparou missão de “benchmarking” para o setor de produtos lácteos nos Estados Unidos. Os participantes conheceram o sistema produtivo do complexo de laticínios local: tecnologias, sistemas de controle e fiscalização sanitária, pesquisa, promoção e marketing, sistemas de distribuição e perspectivas de mercado.

Em 2018, até o presente momento, houve a participação brasileira nos seguintes eventos internacionais:

**a)** Food and Hotel Asia 2018 – Cidade-Estado Singapura/Singapura (24 a 27/04/2018): A 40ª edição da feira abrigou 3.496 expositores de 76 países e receberam 55.443 visitantes. O Pavilhão Brasil ocupou um espaço de 90m<sup>2</sup>, divididos em 17 estandes empresariais, 01 estande institucional (destinado aos servidores do MAPA e MRE), 02 business lounges, 01 cozinha show e 01 recepção e uma equipe composta por 04 recepcionistas/tradutoras políglotas fluentes em português, inglês, mandarim, espanhol e japonês que auxiliaram os servidores do MAPA e MRE na recepção dos visitantes, na divulgação de produtos e expositores através do Catálogo Oficial de Expositores do Pavilhão Brasil, bem como no auxílio aos expositores em traduções pontuais. Os expositores brasileiros promoveram na feira mais de 100 produtos, com destaque para: Carnes (bovina, suína, aves e ovina), Bois Vivos, Carnes Enlatadas, Castanha do Pará, Chia, Açaí, Cervejas Artesanais (de frutos amazônicos), Cachaça, Biscoitos, Chocolates, Mel e Própolis Orgânicos, Erva-Mate, Café, Tapioca, Geleias e Máquinas para a Indústria Alimentícia. Foram realizadas mais de 700 negociações (em especial com clientes oriundos de países do sudeste asiáticos como Singapura, Malásia, Indonésia, Vietnã, Filipinas e Hong Kong) que culminaram em US\$ 2,4 milhões em novos negócios imediatos, além de uma expectativa de US\$ 66,9 milhões para os próximos 12 meses.

**b)** SIAL Canada 2018. Montreal, Canadá (02 a 04/05/2018). A SIAL Canadá é a chave para a indústria de alimentos canadense e também é uma entrada privilegiada para o mercado norte-americano e internacional. Este ano o evento reuniu cerca de 1000 expositores nacionais e internacionais de aproximadamente 50 países, recebendo mais de 18 mil visitantes de mais de 55 países. A participação brasileira na feira internacional SIAL Canada 2018, através do Pavilhão do Brasil, tendo como principal objetivo a promoção comercial dos produtos do agronegócio brasileiro. As empresas brasileiras promoveram na feira mais de 50 produtos de diversos setores como: bebidas, carnes, frutas, grãos, ingredientes, doces, mel, orgânicos, máquinas, etc. Estima-se como montante de negócios efetivamente concretizados durante a feira: US\$ 2.541.000,00 e como expectativa de negócios futuros, nos próximos 12 meses: US\$ 9.660.000,00.

**c)** Seoul Food and Hotel 2018. Seul, Coreia do Sul (01 a 04/05/2018). A 36ª edição da feira ocorreu na cidade de Goyang, no Korea International Exhibition and Convention Center (KINTEX), onde

ocupou uma área estimada de 76.121m<sup>2</sup> que abrigou 1.400 expositores que receberam 54.200 visitantes. O Pavilhão Brasil ocupou um espaço de 91m<sup>2</sup>, divididos em 10 estandes empresariais, 02 business lounges, 01 cozinha show e 01 recepção. O Pavilhão abrigou 09 empresas e 01 Associação. O espaço também contou com uma equipe por 04 recepcionistas/tradutoras políglotas fluentes em português, inglês e coreano que auxiliaram os servidores do MAPA e MRE na recepção dos visitantes, na divulgação de produtos e expositores através do Catálogo Oficial de Expositores do Pavilhão Brasil, bem como no auxílio aos expositores em traduções pontuais. Foram promovidos mais de 30 produtos, com destaque para: Carne de Aves, Ovos de galinha, Castanha-do-Pará, Chia, Frutas Secas, Açaí, Cervejas Artesanais (de frutos amazônicos), Cachaça, Mel e Própolis Orgânicos, Cafés e Refrigerante a base de Guaraná. Foram realizadas mais de 500 negociações (em especial com clientes oriundos da Coreia do Sul, China e Japão) que culminaram em US\$ 8,1 milhões em novos negócios imediatos, além de uma expectativa de US\$ 12,6 milhões para os próximos 12 meses.

**d)** Iran Agrofood 2018. Teerã, Irã (29/06 a 02/07/2018). A Iran Agro Food é a principal feira do setor agrícola, completou 25 anos de tradição como principal ponto de negócios e importantes contatos comerciais de todo o mundo. A participação brasileira possibilitou a apresentação do potencial e dos desafios da região para os empresários brasileiros; dimensionamento do apoio que futuras atividades de promoção do agronegócio brasileiro no Irã podem ter da Embaixada do Brasil em Teerã; identificação de peculiaridades da Iran AgroFood, em comparação com outras feiras internacionais que o MAPA participa; criação de vínculos da delegação brasileira com representantes empresariais, setoriais da região, e volume de negócios fechados ou em perspectivas de fechamento ao longo do ano, em torno de US\$ 33 milhões.

**e)** WorldFood Istanbul 2018. Istambul, Turquia (05/09 a 08/09/2018). O Pavilhão BRASIL ocupou uma área de 90 m<sup>2</sup>, distribuídos em estandes individuais, estande institucional MAPA, cozinha e recepção que forneceram o suporte necessário para as 11 empresas expositoras realizarem seus negócios. Foram promovidos mais de 20 produtos, com destaque para os setores de bois vivos, aves, frutos da amazônia (açaí, acerola, camu camu, cupuaçu e guaraná), açúcar (mascavo, refinado e cristalizado), própolis, cafés (grão torrado e instantâneo) e amendoins. Foram realizadas mais de 300 negociações (em especial com clientes oriundos da Turquia e países da região do Oriente Médio) que culminaram em US\$ 70 mil em novos negócios imediatos, além de uma expectativa de US\$ 13,8 milhões para os próximos 12 meses.

**f)** Attraction 2018. Madri, Espanha (23/10 a 25/10/2018). O Pavilhão BRASIL ocupou uma área de 128 m<sup>2</sup>, distribuídos em estandes individuais, estande institucional MAPA, cozinha e recepção que forneceram o suporte necessário para as 17 empresas expositoras realizarem seus negócios. Foram promovidos mais de 15 tipos de produtos, dentre eles: limão Tahiti, abacate, avocado, limão in natura, mamão, figo, maçã, manga, melão, banana, pimentão doce, mini tomate doce, sorbet de açaí, sucos de uva e conservadoras de frutas. Estima-se que foram efetivados negócios em torno de US\$ 2.400.000,00, além de uma expectativa de US\$ 25 milhões para os próximos 12 meses.

A SRI/MAPA programou a participação brasileira ainda em mais três feiras, quais sejam: a Feira China International Import Expo em Xangai/China, a ser realizada no período de 5 a 10/11, a Israfood em Tel Aviv/Israel, programada para 28 a 30/11 e, por fim, a Sial Middle

East, em Abu Dhabi/Emirados Árabes, no período de 10 a 12/12.

Ainda, no sentido de compartilhar as experiências brasileiras de referência no setor agropecuário e estreitar os laços comerciais e diplomáticos, além de promover internacionalmente as feiras nacionais mais relevantes, em 2017, o DPI/SRI organizou a recepção de sete delegações estrangeiras, provenientes do Japão, Vietnã, Rússia, Zimbábue, Uzbequistão, Nigéria e Botsuana, com os seguintes objetivos:

**a)** Visita da Delegação do Zimbábue a Campo Grande - MS, com o objetivo de conhecer a experiência brasileira na produção de carne bovina de corte e as melhores práticas de comercialização, em particular, sobre a melhoria de pastagem e sistemas de semente, reprodução assistida, sistemas de melhoria de rebanho e apoio a pesquisa e desenvolvimento em pecuária. Período: 14 a 17/02.

**b)** Visita do Vice-Ministro de Agricultura e Recursos Hídricos do Uzbequistão a Londrina - PR e Brasília - DF para conhecer experiências brasileiras no setor de soja e oportunidades de negócios. Período: 20 a 24/02.

**c)** Visita de Delegação Vietnamita para conhecer o trabalho do Mapa e na oportunidade encontrar-se com entidades do setor Lácteos, de reciclagem animal e óleos vegetais. Data: 06/04.

**d)** Comitê Agrário Brasil-Rússia em Brasília - DF com o objetivo do evento é tratar de temas que afetam o comércio bilateral e fortalecer a cooperação entre os países no campo agropecuário. Data: 18/04

**e)** III Diálogo Brasil-Japão em São Paulo - SP: Intercâmbio Econômico e Comercial em Agricultura e Alimentos tem como objetivo atrair investimentos japoneses para o Brasil em infraestrutura e logística para escoamento de grãos e armazenagem. Data: 07/07.

**f)** Visita da Delegação de Botsuana em Guarulhos, Santos - SP e Foz do Iguaçu - PR com o objetivo de conhecer e avaliar as boas práticas e estratégias eficazes de biossegurança. Período: 24 a 28/07.

**g)** Visita da Delegação da Nigéria em Brasília - DF com a qual se tratou da abertura do mercado nigeriano sob a ótica da necessidade de modernização de seu mercado agrícola. Data: 03/08.

**h)** Encontro do Porto Las Palmas, nas Ilhas Canárias e o governo do Rio Grande do Sul - RS em Brasília - DF. O encontro teve como objetivo apresentar oportunidade logística, visando aumentar a competitividade do agronegócio brasileiro, através da utilização daquele hub de reexportação de commodities brasileiras para a África e Europa. Data: 27/11.

**i)** Visita da delegação de Angola em São Paulo - SP e Brasília. Encontro de cortesia entre os ministros. Na oportunidade a delegação de Angola teve encontros com empresários dos ramos da pecuária e agricultura de milho para conhecer as tecnologias aplicadas no Brasil, além dos temas de cooperação técnica entre os países. Tiveram a oportunidade de conhecer as instalações e as tecnologias aplicadas no âmbito da feira AgroBrasília. Período: 05 a 11/12.

**j)** Visita do Ministro da Agricultura da Etiópia, Sr. Eyasu Abreha, em Brasília-DF. Interesse da Etiópia em pesquisas da Embrapa e parcerias públicas e privadas. O governo etíope visa melhorar a segurança alimentar em seu país a partir do que o Brasil está fazendo. Além disso, pretende realizar um programa de capacitação para os agricultores etíopes baseado no modelo brasileiro de agricultura sustentável. Data: 15/12

Em 2018, merecem destaque os seguintes eventos realizados e as missões estrangeiras que visitaram o Brasil:

**a)** Fórum Econômico Mundial América Latina em São Paulo. O

evento contou com a presença do Ministro, que realizou o discurso de abertura e participou de painéis com temas relacionados a iniciativa da Nova Visão para a Agricultura. Nesse evento, os líderes empresariais e do setor público da América Latina tiveram a oportunidade de empreender uma discussão sobre prioridades e futuras estratégias de colaboração público-privada na América Latina, visando fortalecer a agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos nessa região. Período: 12 a 13/03.

**b)** Visita de Membros do Parlamento Europeu ao Brasil. Uma delegação da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu foi recebida pelo Ministro em Brasília entre os dias 2 a 6 de abril de 2018. O objetivo da visita foi de permitir Membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI) para obter uma visão abrangente de certas áreas específicas do setor da agricultura brasileira e a das indústrias de carne bovina, tendo sido visitadas as regiões de Brasília e Mato Grosso e realizadas reuniões com representantes de várias instituições, com o intuito de avaliar o impacto do novo acordo comercial com o Mercosul. Período: 03 a 06/04.

**c)** Missão da TV Sul Coreana EBS. Visita de missão da TV sul coreana EBS cujo objetivo foi filmar a agricultura brasileira para a produção de 4 programas que irão ao ar na Coreia do Sul no período de 17 a 20 de setembro. O roteiro incluiu filmagens do café e queijos especiais, mercado central e a cidade de Tiradentes de 23 a 29/07 em Minas Gerais. De 30/07 a 05/08, filmou-se piscicultura, colheita de algodão, pantanal mato-grossense e chapada dos Guimarães. De 6 a 12/08, as filmagens ocorreram em Tomé-açu, Igarapé-Miri e Belém no Pará. Na última semana, as filmagens aconteceram em Manaus de 13 a 17/08. Período: 30/07 a 17/08/2018.

A participação em eventos nacionais tem como objetivo promover ações de conscientização sobre a importância do cuidado com a imagem dos produtos agrícolas brasileiros em virtude da importância que a agronegócio nacional tem assumido em âmbito global. A conscientização sobre atributos como qualidade, sanidade, produção sustentável, preservação ambiental é fundamental para a construção da qualidade do produto brasileiro.

Dentre as iniciativas do DPI/SRI para capacitação de exportadores por meio dos seminários do MAPA no Brasil, merece destaque o AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação, que tem como objetivo qualificar os profissionais ligados às cadeias produtivas com conteúdo específico para a inserção do agronegócio brasileiro no mercado externo tais como: requisitos sanitários e fitossanitários, estratégias para agregação de valor, passo a passo para exportação, panorama do agronegócio, casos de sucesso, entre outros.

Em 2017, foram realizadas duas edições do AgroEx – Seminário do Agronegócio para Exportação. A 67ª edição foi realizada na cidade de Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, no dia 07 de março e, a 68ª edição foi realizada em Boa Vista, em Roraima, em 08 de junho. O AgroEx está em sua 68ª edição e já atendeu cerca de 18 mil participantes ao longo dos 12 anos.

Em 2018, mereceu destaque a participação do MAPA nos seguintes eventos:

**a)** IV Global Agribusiness Forum. Evento de iniciativa do setor agropecuário brasileiro tem por objetivo reunir os maiores expoentes da agricultura mundial para debater o agronegócio internacional, assim como buscar soluções para desafios enfrentados pela humanidade, preservando o meio ambiente e estimulando o desenvolvimento socioeconômico dos países. Em reuniões bilaterais os ministros trataram de temas de interesse de

ambos países, além de discutir o planejamento para os setores de agricultura, pecuária e agronegócio, de forma colaborativa para vencer desafios presentes e futuros. Período: 22 a 25/07; e.

**b)** Seminário Melhoria da Qualidade do Couro e da Renda do Produtor. O evento, embora não tenha sido de dimensão internacional, discutiu boas práticas agropecuárias, bem-estar animal, fomento à capacitação e políticas públicas para estimular a organização da cadeia produtiva, fundamentais para incrementar as exportações brasileiras. Período: 17/08.

### 3.6.2. Atração de Investimentos Estrangeiros

O Brasil apresenta excelentes condições para investidores interessados em garantir o fornecimento de produtos agrícolas ou simplesmente fazer bons negócios em todos os ramos do complexo agroindustrial. Nesse sentido, a SRI atua estrategicamente, em articulação com os setores público e privado, de forma a catalisar o fluxo de entrada de capital estrangeiro para o agronegócio nacional. Entre as iniciativas, pode-se citar a organização e participação em eventos com foco em investimentos (apoio às missões internacionais e rodadas de investimento), produção de material de referência de modo a subsidiar as autoridades governamentais na promoção do agronegócio brasileiro e atendimento a investidores estrangeiros e empreendedores nacionais.

As ações são conduzidas a partir do DPI/SRI, com destaque para o Programa Agro+ Investimentos, podendo-se elencar as seguintes realizações em 2017:

**a)** Apresentação do Programa Agro+ Investimentos aos governos estaduais (Acre, Rondônia, Maranhão, Pará, Amapá, Roraima), uma iniciativa do MAPA que busca envolver os governos locais e os agentes do mercado de todos os estados brasileiros na identificação de oportunidades de investimento no agronegócio, que permite a criação de uma grande base de dados de oportunidades de investimento para apresentação a potenciais investidores estrangeiros em feiras, missões, rodadas de investimento, conferências e outros eventos, tanto no Brasil como no exterior. Período: Janeiro/2017;

**b)** Apresentação do Programa Agro+ Investimentos aos governos estaduais (Rio Grande do Sul e Amazonas); Período: Março/2017;

**c)** Agribusiness Investor Road Show – rodada de investimentos na Expodireto (Não-me-toque/RS). Período: Março/2017;

**d)** Apresentação do Programa Agro+ Investimentos aos governos estaduais (Goiás). Período: Maio/2017;

**e)** Participação no Brasil Investment Forum (São Paulo/SP). Período: Maio/2017;

**f)** Missão ministerial à Arábia Saudita, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos para atração de investimentos. Período: Maio/2017;

**g)** Agribusiness Investor Road Show - rodada de investimentos com investidores japoneses (São Paulo/SP). Período: Julho/2017;

**h)** Missão ministerial ao Irã para atração de investimentos; Período: Setembro/2017;

**i)** Agribusiness Investor Road Show - rodada de investimentos com investidores dos Emirados Árabes Unidos (Brasília/DF). Período: Outubro/2017;

**j)** Agribusiness Investor Road Show - rodada de investimentos com investidores de Israel (Tel Aviv/Israel). Período: Novembro/2017;

**k)** Agribusiness Investor Road Show - rodada de investimentos com investidores dos Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi/EAU).

Período: Dezembro/2017;

Em 2018, dentre as atividades realizadas, pode-se elencar a elaboração do Plano de Ações para Atração de Investimentos Estrangeiros ao Agronegócio, na forma de um documento-base para planejamento e execução do Agro+ Investimentos, abordando a organização de informações, identificação de oportunidades, sugestão de agendas internacionais e disponibilização e disseminação de dados e informações relativas aos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro.

Ainda em 2018, foi reformulado o Portal Agro+ Investimentos, no portal do MAPA (seção SRI - atração de investimentos), disponível no endereço: [www.agricultura.gov.br/agro-mais-investimentos](http://www.agricultura.gov.br/agro-mais-investimentos), a estruturação dos formulários para cadastramento de projetos - Formulário de Cadastro (AGROFORM) (Portfolio de Investimentos), disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/agro-mais-investimentos/investimentosportfolio>) e, de investidores estrangeiros (Foreign Investor Profile), disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/agro-mais-investimentos/investimentosportfolio>).

Ainda visando a atração de investimentos, os projetos cadastrados junto ao MAPA foram disponibilizados no Portfolio Agro+ Investimentos, visando sua apresentação a potenciais investidores estrangeiros (<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/agro-mais-investimentos/PortfolioConsolidadoENx.pdf>).

A elaboração do Folder Agro+ Investimentos, realizada em 2018, possibilitou a maior divulgação do programa, por meio da distribuição deste material impresso em eventos a potenciais investidores estrangeiros e empresários nacionais com projetos para captação de recursos.

Por fim, dando continuidade às ações de sensibilização de Investidos, ainda em andamento, o DPI/SRI mantém o contato com entidades do agronegócio, principalmente por meio das reuniões das câmaras setoriais do MAPA e da participação em eventos do agronegócio, podendo ser elencados os seguintes, como os mais relevantes realizados em 2018:

**a)** Feira Expodireto Cotrijal em Não-Me-Toque/RS. Realização de rodadas de negócios e investimentos com representantes de países estrangeiros, bem como realização de palestras pelo Ministro e Secretário-Executivo. Período: 05 a 09/03;

**b)** Brazil Investment Forum (BIF), em São Paulo/SP. O Fórum de Investimentos Brasil 2018 destacou as oportunidades de investimento em setores estratégicos da economia brasileira, como infraestrutura, energia, agronegócios, construção, tecnologia e inovação. O evento proporcionou uma oportunidade única para reservar reuniões com autoridades de alto nível dos Ministérios Brasileiros e Estados Federais, agências reguladoras e outras instituições governamentais. O Ministro foi palestrante do Painel 10 "Alimentando o mundo: agenda do Agronegócio". Período: 28 a 30/05.

**c)** Agrishow 2018, em Ribeirão Preto/SP. O MAPA participou visando a prospecção de potenciais investidores estrangeiros e agendamento de reuniões bilaterais. Período: Maio de 2018.

**d)** Annual Investment Meeting - AIM, em Dubai/Emirados Árabes Unidos. O MAPA participou visando a prospecção de potenciais investidores estrangeiros e agendamento de reuniões bilaterais. Período: Maio de 2018.

**e)** Asia Investor Road Show Agribusiness (AIRSA). Esta missão de prospecção de investimentos, organizada pelo MAPA, para

apresentação do Portfolio Agro+ (empresas selecionadas), possui roteiro que inclui as seguintes atividades, realizadas nos meses de outubro e novembro de 2018:

- participação na Agriscape (Abu Dhabi/EAU), feira de investimentos no agronegócio organizada pelo governo local, com organização pelo MAPA de rodada de investimentos com reuniões entre empresários (Portfolio Agro+) e investidores;
- organização pelo MAPA de encontro entre empresários brasileiros (Portfolio Agro+) e investidores em Singapura; organização pelo MAPA de mesa redonda sobre oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro e de encontro entre empresários brasileiros (Portfolio Agro+) e investidores em Shanghai/China; e
- organização pelo MAPA de mesa redonda sobre oportunidades de investimento no agronegócio brasileiro e de encontro entre empresários brasileiros (Portfolio Agro+) e investidores em Tóquio/Japão.

Por fim, em dezembro de 2018, o MAPA deverá realizar o Agribusiness Investor Road Show - rodada de investimentos com investidores dos Emirados Árabes Unidos (Abu Dhabi/EAU), com reuniões entre empresários e investidores.

### 3.6.3. Cooperação Internacional

A Cooperação Internacional, no período de 2016 a 2018, contribuiu substancialmente para o fortalecimento da política de desenvolvimento de cooperação internacional, por meio da comunicação sobre os temas de cooperação e de seus instrumentos, proporcionando condições para o seu aprofundamento e expansão, tanto no âmbito do MAPA, quanto no desenvolvimento das relações desse Ministério com outros órgãos da administração pública, quanto com colaboradores privados.

Neste contexto, o tratamento de ordem e de método, na organização e na promoção da interlocução das informações, por meio da centralização de sua coordenação, facilitou sobremaneira a difusão em tempo real das ações e informações tanto internamente no MAPA, como aos demais órgãos da administração pública, permitindo ainda que fossem subsidiadas as atividades e projetos relacionados tanto aos próprios órgãos deste ministério como às entidades vinculadas, como a Conab e a Embrapa.

Em 2017, foram realizados 619 processos com tramitação na área de cooperação internacional, além de tratativas em andamento, com os mais diversos países do mundo, das mais diferentes culturas e tradições, com destaque para os seguintes países:

**a)** União Europeia, quatro projetos aprovados nos Diálogos Setoriais (IG, Food Waste, Bem estar Animal, Registro de Produtos Europeus) e no Programa Regional Plurianual para a América Latina, sendo no subprogramas EUROCLIMA +, 3 projetos sob análise no contexto de mudanças climáticas, e no EUROSOCIAL), aprovado sobre a difusão da política pública do Coopergênero;

**b)** Chile, beneficiando o Suriname na erradicação da mosca da carambola e práticas de produção sustentável;

**c)** Acordo Mercosul-UE, no capítulo sobre Cooperação internacional, indicação ao MRE de ajustes relacionados a legislação nacional;

**d)** Participação e submissão de propostas de todo o âmbito deste Ministério nos Comitês Consultivos Agropecuários (CCAs), do Irã, do Canadá e dos EUA;

**e)** Alemanha, quatro vertentes de atuação, a saber: nas Relações Intergovernamentais, principalmente aplicação de projetos sobre florestas plantadas e a Integração, Lavoura, Pecuária e

Florestas (ILFP); na Comissão-Mista; e no Encontro Governamental e no Diálogo com Privados sobre Bioeconomia; e, no Comitê Coordenação Brasil-Alemanha de Cooperação;

**f)** Japão, participação no 3º Diálogo Brasil-Japão, salientando a cooperação entre o INMET e seu análogo (JMA), produção integrada, indicação geográfica e irrigação.

Além dos países relacionados anteriormente, em 2017, houve iniciativas de cooperação com os seguintes países: África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Armênia, Bélgica, China, Costa do Marfim, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, França, Geórgia, Índia, Iraque, México, Myanmar, Mongólia, Nigéria, Noruega, Omã, Peru, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Uruguai, Uzbequistão e Vietnã, além de organismos, instituições e comitês internacionais como os BRICS, FIDA, FAO e Banco Mundial.

Em 2018, a parceria no âmbito do MAPA, e com o corpo diplomático e órgãos federais relacionados ao tema, tem promovido o incremento do conhecimento técnico compartilhado, a transparência das ações, o fortalecimento institucional destes parceiros, contribuindo para o desenvolvimento agropecuário, o crescimento sustentável, a promoção de mudanças estruturais nos

seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento, capacitando recursos humanos e fortalecendo as instituições envolvidas, de forma duradoura.

### 3.6.4. Organismos Internacionais

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) representa o Governo Brasileiro em organismos internacionais (OIs) de diversas naturezas, que contribuem para integrar os esforços de cada segmento representado em nível mundial, além de fortalecerem as alianças e compromissos de interesse do país.

MAPA destacou-se pelo resultado exitoso de gestão com os órgãos da Administração Pública, competentes na execução dos pagamentos das contribuições financeiras aos OIs, bem como na articulação interna com suas áreas técnicas e, como resultado, um valor substancial dos valores devidos foram devidamente liquidados.

A tabela 01 a seguir, discrimina as contribuições financeiras aos organismos internacionais realizadas em 2017 permitiram a liquidação de 80% dos passivos, bem como quitações realizadas em 2018, como resultado das articulações iniciadas em 2017.

**Tabela 01: Contribuições financeiras a Organismos Internacionais.**

| Organismos Internacionais | 2017   | Exercício 2015                                                                                                                                                                                  |              | Exercício 2016 |              | Exercício 2017 |            |
|---------------------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|------------|
|                           | Data   | Valor a Pagar                                                                                                                                                                                   | Valor Pago   | Valor a Pagar  | Valor Pago   | Valor a Pagar  | Valor Pago |
| IICA (USD)                | 26/dez | 1.391.671,66                                                                                                                                                                                    | 1.391.671,66 |                |              |                |            |
| COSAVE (USD)              | 01/dez |                                                                                                                                                                                                 |              | 69.570,00      | 69.570,00    |                |            |
| ICCAT (EUR)               | 01/dez |                                                                                                                                                                                                 |              | 205.602,01     | 205.602,01   |                |            |
| ICAC (USD)                | 21/out |                                                                                                                                                                                                 |              |                |              | 93.700         | 93.700     |
| OIA (GBP)                 | 22/jun |                                                                                                                                                                                                 |              |                |              | 113.920,00     | 113.920,00 |
| OIC (GBP)                 | 15/mar |                                                                                                                                                                                                 |              |                |              | 354.511,00     | 354.511,00 |
| OIV (EUR)                 | 21/mar |                                                                                                                                                                                                 |              | 35.100         | 35.100       |                |            |
| OMM (CHF)                 | 21/mar |                                                                                                                                                                                                 |              | 4.547.361,42   | 4.143.685,55 |                |            |
|                           | 02/jun |                                                                                                                                                                                                 |              | 3.506.400,00   | 196.851,14   |                |            |
| PANAFTOSA (USD)           | 24/jun |                                                                                                                                                                                                 |              | 3.309.549,86   | 632.511,07   |                |            |
|                           | 28/dez |                                                                                                                                                                                                 |              | 2.667.038,79   | 2.638.867,21 |                |            |
| UPOV (CFH)                | 22/mar |                                                                                                                                                                                                 |              | 13.410         | 13.410       |                |            |
| OCDE                      | 06/dez | Contribuição no processo de aprovação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Frutas e Hortaliças, com vistas ao processo de Adesão do Esquema Frutas e Hortaliças (FVS) do Comitê de Agricultura. |              |                |              |                |            |

Em 2018, as contribuições financeiras a organismos internacionais realizadas em 2018 está em fase de gestão e articulação com as áreas técnicas, tanto no levantamento das documentações necessárias às contribuições financeiras do exercício do ano de 2018, quanto na identificação de possíveis processos de retirada voluntária, ou mesmo filiação a novos OIs, estratégicos ao Ministério, bem como articulação com os órgãos da Administração Pública competentes na execução de tais pagamentos.

## 3.7. GESTÃO DE CRISES E AMEAÇAS

Embora o desempenho do setor de carnes tenha sido favorável e até mesmo superior ao de 2016, o agro sofreu em 2017 e 2018, duas das maiores crises da última década, provocadas pela repercussão das Operações, Carne Fraca e Trapaça, da Polícia Federal, que abalaram a imagem dos produtos cárneos brasileiros em vários países do mundo.

Como consequência à crise provocada pela repercussão da Operação Carne Fraca da Polícia Federal, em março de 2017, o MAPA recebeu 378 notificações e pedidos oficiais de esclarecimentos, de 93 países, quanto às circunstâncias envolvidas na crise. Dentre os 93 países que apresentaram alguma notificação relacionada à

Operação Carne Fraca, 28% fecharam seus mercados logo após a deflagração da Operação e apenas 3% não reabriram até o final de 2017.

A crise demandou intensa articulação entre as Secretarias de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA e a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI/MAPA, no sentido de obtenção de informações para esclarecimentos dos questionamentos apresentados pelos diversos países demandantes, bem como para provimento das representações diplomáticas brasileiras quanto a essas informações.

A gestão da crise demandou grande esforço tanto do MAPA, como da própria indústria frigorífica, para resgatar a confiança mundial na carne, na indústria propriamente dita e, sobretudo no serviço oficial brasileiro.

Por fim, como resultado das ações adotadas pelo MAPA em resposta à crise provocada pela Operação Carne Fraca, tanto no recebimento de missões, como na prestação de esclarecimentos e na correção de não conformidades identificadas, ao final de 2017, 99,80% do mercado internacional de carnes brasileiras havia sido restabelecido tendo havido inclusive aumento nas exportações de carnes de 2017, quando comparado a 2016, tendo

as exportações de carnes suínas, em 2017, batido o recorde histórico de exportações de mais de US\$1,5 bilhão.

Em março de 2018, foi deflagrada a Operação Trapaça da Polícia Federal, cujo foco principal era a prestação de laudos laboratoriais falsos por quatro laboratórios credenciados na rede nacional de laboratórios agropecuários, atendendo a demanda de abatedouros registrados no Serviço de Inspeção Federal.

A crise provocada pela Operação Trapaça teve como principal repercussão, além do descredenciamento dos laboratórios prestadores do serviço, o fechamento do mercado da União Europeia e o consequente delistamento de todos os estabelecimentos de abate de aves, que eram habilitados a exportar para aquele loco econômico.

Por fim, em resposta à crise a SRI/MAPA coordenou e intensificou as ações na defesa da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, promovendo o Brasil como produtor de alimentos de qualidade com sustentabilidade por meio da participação de empresas em feiras internacionais de alimentos, em missões comerciais para fomentar as exportações e a atração de investimentos, além de ações de cooperação internacional deste Ministério e de ações para disseminar a cultura exportadora entre os agentes do agronegócio brasileiro.

## 4. PROJETOS ESTRUTURANTES

### 4.1. Estratégia para Abertura, Ampliação e Manutenção de Mercados e Promoção do Agronegócio no Comércio Internacional

A Estratégia para Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro foi instituída pela Portaria MAPA nº 1.564, de 20 de julho de 2017, em consonância com a responsabilidade do MAPA pela gestão de políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.

Com a instituição da Estratégia, o MAPA reafirmou o compromisso de ampliar a competitividade do setor agropecuario brasileiro, gerar divisas cambiais e produzir e disseminar informações agropecuárias, em consonância com o Plano Plurianual, estabelecido nos termos da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

Ainda em conformidade com a Portaria MAPA nº 1.564/2017, foi atribuída à SRI/MAPA, a competência para elaborar um documento final para a Estratégia, em consonância com ao menos dois, dentre os principais objetivos do “mapa estratégico” do MAPA, que seriam:

- a)** Aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira, no mercado interno e externo; e
- b)** Ampliar o acesso aos mercados externos para produtos brasileiros, de origem agropecuária.

A partir desse alinhamento, o MAPA iniciou, ao final de 2017, os passos necessários para estabelecer um documento que fosse amplo o suficiente, de forma a capturar toda a gama de percepções das diversas áreas governamentais e das necessidades apontadas pelo setor privado e, que ainda tivesse a propriedade de sintetizar os principais objetivos e temas estratégicos para alcançar a visão de futuro projetada pela Portaria MAPA nº 1.564/2017.

Em 2018, a construção da Estratégia trouxe consigo inúmeros desafios a serem superados pela SRI/MAPA, no sentido de obter tanto junto ao Setor Privado, como junto aos principais órgãos e entidades da Administração Pública Federal, intervenientes no comércio internacional do agronegócio, as percepções, insumos e subsídios necessários à sua elaboração, com vistas ao norteamento da política de relações internacionais do agronegócio brasileiro, como instrumento orientador das ações governamentais a serem executadas, pelos diversos atores envolvidos.

Inicialmente, foi disponibilizada no site do MAPA uma consulta aberta com várias questões, oportunidade em que além de ouvir a sociedade civil, procurou-se realizar o relacionamento com entidades representativas do setor produtivo e entender quais eram os principais desafios para o incremento do comércio internacional do agronegócio.

Em aditamento à Consulta, para a formulação do documento base da Estratégia, foram realizadas várias reuniões técnicas, tanto com as demais Secretarias e Órgãos deste Ministério, e entidades a ele vinculadas, bem como, com as entidades representativas privadas do agronegócio brasileiro.

Assim, o documento inicial da Estratégia foi elaborado com base nas contribuições resultantes daquela primeira consulta, levando

em consideração a consolidação de percepções internas e externas e a divulgação dos objetivos estratégicos do MAPA. Respeitando a cultura interna, também ocorreu a sincronização do conhecimento por meio de encontros de trabalho, reuniões e apresentações.

A metodologia utilizada para construção da Estratégia previu a revisão dos Objetivos Estratégicos, e do estabelecimento dos temas prioritários, denominados Eixos Estruturantes, sob os quais seriam alocadas as ações para consecução de médio e longo prazos, cumprindo assim o ciclo de uma estratégia.

Nas fases seguintes, após a ratificação formal dos Eixos Estruturantes, suas definições e diretrizes, o conceito integral da Estratégia foi levado aos demais atores públicos e privados, buscando não somente aderência, comprometimento e sinergia, mas sobretudo garantir a transparência ao processo construtivo, tendo sido publicado o Documento Base da Estratégia, na forma do Anexo da Portaria MAPA nº 1.066, de 6 de agosto de 2018.

Nesse sentido, é importante observar que a Estratégia foi construída, desde o primeiro semestre de 2018, de forma colegiada, contanto inclusive com participação de uma Comissão de Especialistas no âmbito governamental, envolvendo diversos Ministérios, APEX, CONAB e EMBRAPA, além das demais Secretarias do MAPA, tendo o documento inicial recebido inúmeras sugestões que compreenderam alterações, inclusões e exclusões.

Em sua fase mais recente, a Estratégia foi reavaliada pela Comissão de Especialistas, oportunidade em que a SRI/MAPA consolidou a então proposta de documento final, observando as competências, atribuições, exequibilidade e expertises de cada um de seus integrantes sem, contudo, desprezar os pleitos dos diversos setores do agronegócio brasileiro, que seriam os seus principais beneficiários.

Com a redefinição dos objetivos, eixos, diretrizes e ações, que compunham a primeira minuta da Estratégia e, elaboração da Proposta de Documento Final, buscou-se que fossem desenhadas as premissas para a diversificação da pauta de exportação e mercados, a ampliação do acesso e participação brasileira no comércio agrícola internacional e, identificados potenciais de acesso, removidas barreiras e implementadas novas formas de agregação de valor às exportações agrícolas brasileiras.

Com a edição da Portaria MAPA nº 1.793, de 22 de outubro de 2018, a Proposta de Documento Final da Estratégia foi colocada em Consulta Pública, na forma de um documento sintético, que reforce seu caráter de diretrizes macro para o comércio internacional do agronegócio e de buscar unificar o posicionamento brasileiro para o tema.

Na etapa seguinte, após avaliação e consolidação das sugestões oriundas da Consulta Pública, existe a expectativa de que a Estratégia seja aprovada na forma de um ato infralegal do Chefe do Poder Executivo, sem prazo de vigência, e que defina desta forma diretrizes, sem, contudo, delimitar-se a questões táticas, operacionais e de execução, visto que estas estariam mais sujeitas às interferências de outros fatores, como questões geopolíticas, políticas internas, econômicas e mesmo orçamentárias.

A expectativa atual é que, após a publicação do ato que instituiu a Estratégia, a sua implementação seja estabelecida a partir da construção do Plano Nacional de Internacionalização do Agronegócio, o PLANAGRO, que definirá as ações táticas e operacionais, prazos e forma de gestão da Estratégia pelas diversas esferas do Governo Federal.

Por fim, considerando que a Estratégia para Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro deverá ser implementada a partir de 2019, espera-se alcançar os objetivos estratégicos deste Ministério, de aumentar a competitividade dos produtos da agropecuária brasileira e de ampliar o acesso aos mercados externos, contribuindo desta forma para o crescimento do País.

## 4.2. O Melhor do Agro Brasileiro

Em 13 de janeiro de 2016, o Poder Executivo assumiu nos termos da Lei nº 13.249/2017, dentre outros, o compromisso de incrementar o percentual do agronegócio nacional nos mercados externos, oportunidade em que, dado o perfeito alinhamento com a Lei, foi instituído o Plano O Melhor do Agro Brasileiro, por meio da Portaria MAPA nº 1.734, de 4 de agosto de 2017.

Em conformidade com o disposto na Portaria MAPA nº 1.734/2017, o Plano O Melhor do Agro Brasileiro tem como diretrizes a promoção da agregação de valor dos produtos agropecuários, fortalecendo e comprovando sua procedência; o cumprimento das normas vigentes consideradas, a exemplo do Código Florestal Brasileiro, o mais rigoroso do mundo, em relação às áreas de preservação permanente e reserva legal e; a divulgação dos diferentes requisitos de produção, aceitos por diversos países.

Dentre as ações do Plano O Melhor do Agro Brasileiro, compreendidas em eixos, vislumbra-se uma marca específica, que vem a se concretizar com a publicação da Portaria MAPA nº 1.060, de 3 de julho de 2018, que institui a Marca O Melhor do Agro Brasileiro como forma de comunicação própria e exclusiva para o mercado exterior, de propriedade do governo federal e que afirma a origem e qualidade do produto agropecuário nacional.

O Brasil precisava ressaltar e reafirmar para o mundo e para o consumidor seus atributos, nos quesitos da sustentabilidade do agro, do respeito às leis e da qualidade dos produtos, do seu potencial e de suas características específicas e únicas.

Com esses objetivos, A Marca O Melhor do Agro, traz linhas curvas e orgânicas que remetem às formas naturais do meio ambiente e do campo; sobrepõe as cores nacionais retratando a diversidade dos setores da agropecuária nacional e, com elementos gráficos e conceituais reforçados pela frase “Good for Nature”, remete ao reconhecimento internacional da sustentabilidade.

A evolução do agronegócio brasileiro fica mais evidente ao verificarmos que em 50 anos, o Brasil saiu de importador para exportador de produtos agrícolas, produtor de duas super safras e, exportações agrícolas, que representam praticamente metade de todas as modalidades de exportações do País e, que são responsáveis por quase 1/4 do Produto Interno Bruto.

Uma realidade que a Marca, em sua simplicidade demonstra a altivez do setor, que mesmo em crescimento tem preservado 66,3% de todo o território brasileiro, percentual de áreas protegidas equivalente à superfície de 48 países da Europa; 20% da biodiversidade do planeta; US\$ 2 trilhões imobilizados a serviço da preservação do planeta; 15 anos de produção industrial americana em estoque de carbono.

Contrariando as notícias denegridoras do agronegócio brasileiro que são veiculadas nas mídias sociais, televisivas e nas páginas da internet, a realidade revela que o País se projeta como exemplo de uso sustentável de recursos, da preservação de florestas, de proteção de nascentes, da integração lavoura, pecuária e florestas,

do plantio direto, da proteção permanente de vegetações e, da segurança alimentar, demonstrando ser este o Agro brasileiro.

A Marca O Melhor do Agro Brasileiro, constante na figura 09 a seguir, que lembra as formas e cores da bandeira nacional, estará sempre acompanhada de um código de barras bidimensional - QR Code (Quick Response), que redirecionará o usuário ou consumidor dos produtos do agro brasileiro ao conteúdo de um vídeo, produzido pelas entidades representativas dos diversos setores do agronegócio brasileiro, com a função de divulgar de forma objetiva e virtualmente atrativa as atividades desenvolvidas pelo setor.

Além do vídeo, o QR Code também possibilitará ao consumidor acessar a página da Marca na internet, onde encontrará textos interativos, onde poderão ser obtidas informações sobre o processo produtivo brasileiro, com ênfase em temas onde as notícias falsas sobre o agronegócio brasileiro são mais evidentes, como meio ambiente, direitos humanos e mercado de trabalho, inocuidade, sanidade e identidade dos produtos brasileiros e bem-estar animal, dentre outros.

O QR Code representa o canal, consumidor/produção e serviço, no qual encontram-se disponibilizadas informações gerais da cadeia produtiva com imagens ilustrativas da extensão, da importância e da natureza do setor. Com linguagem simples e acessível aos interessados, nos idiomas português, inglês, espanhol, mandarim e árabe, apresentando o setor produtivo como um todo e não específico de uma determinada empresa.

Figura 09: Marca O Melhor do Agro Brasileiro e QR Code.



Há a possibilidade, inclusive, de acesso aos conteúdos com detalhamentos técnicos específicos sobre preservação ambiental, trabalho íntegro e justo, prevenção da persistência de resíduos de pesticidas e de produtos de uso veterinários em alimentos e demais boas práticas que viabilizam o alimento seguro.

Diante da relevância da Marca e de seu especial significado para o setor agropecuário nacional, o MAPA junto à Casa da Moeda do Brasil, lançará a medalha promocional O Melhor do Agro Brasileiro (Figura 10), nas versões: bronze, prata e prata dourada, a ser concedida em Missões Internacionais estratégicas, que signifiquem um aumento significativo das exportações do agro nacional e àqueles que se destacarem nas exportações agrícolas.

A medalha promocional O Melhor do Agro Brasileiro não é condecorativa ou destinada a distinções honoríficas, mas um símbolo do melhor do agro brasileiro, nesse sentido, traz em seu anverso a Marca O Melhor do Agro Brasileiro e, no verso a figura feminina de Anna Pimentel, pioneira do Agronegócio no Brasil.

Figura 10: Medalhas O Melhor do Agro Brasileiro.



O Melhor do Agro surge como a principal iniciativa do MAPA para a melhoria da imagem do agronegócio brasileiro, possibilitando a agregação de informações sobre os diferentes sistemas de produção nacional e sua sustentabilidade com vistas a mitigar efeitos negativos e notícias falsas sobre a imagem do agro nacional no exterior.

Além da Marca e da divulgação de informações positivas referentes ao sistema produtivo nacional, o Plano O Melhor do Agro Brasileiro também prevê o gerenciamento de conteúdo de redes sociais e a adoção de ações de comunicação direcionada, como a participação em fóruns internacionais e a divulgação da imagem positiva do agro brasileiro em missões comerciais, que contribuirão para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Espera-se ainda que, com o processo de registro da marca O Melhor do Agro Brasileiro, já em curso no Brasil e no exterior, seja auxiliada a promoção dos produtos do agronegócio brasileiro no comércio internacional e que, o MAPA possa contribuir para a melhoria da imagem do Brasil como produtor e exportador de produtos seguros, sustentáveis e de alta qualidade.

Por fim, espera-se com esta iniciativa o reconhecimento dos esforços de sustentabilidade do agro brasileiro, que preserva mais de 20% do território nacional nas propriedades rurais, além de margens de rios e fontes de água, é fator importante para agregação de valor aos produtos exportados e também para preferência dos consumidores internacionais, já que é único no mundo, com essa magnitude e sem subsídios do governo aos produtores rurais que preservam de 80 a 20% de suas propriedades, de acordo com o bioma em que estão localizadas.

### 4.3. Painel de Relações Internacionais do Agronegócio

A SRI/MAPA tem em suas competências diversas atividades que são realizadas rotineiramente, pelas suas unidades organizacionais, abrangendo negociações de acordos comerciais, sanitários, fitossanitários e técnicos, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, gestões e participação nos mais diversos grupos, comitês, câmaras, fóruns, onde são discutidos temas relevantes para o agronegócio brasileiro, além da participação em eventos nacionais e internacionais com vistas à promoção do agronegócio e atração de investimentos, realização e recebimento de missões internacionais, bem como a gestão de propostas e acordos de cooperação.

Além dessas atividades a SRI/MAPA também acompanha a dinâmica do comércio internacional de produtos agropecuários, oportunidade em que avalia a participação brasileira e de seus principais concorrentes nas importações mundiais do agronegócio, exercendo ainda, o monitoramento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, além de crises, questões sanitárias, fitossanitárias, econômicas e geopolíticas nacionais e mundiais, que possam interferir no comércio internacional do agronegócio brasileiro.

Esse conjunto de atividades, análises, monitoramentos e prospecções inerentes às competências da SRI/MAPA encontram-se disponíveis nas suas unidades organizacionais, na forma de documentos, arquivos, planilhas, relatórios e sistemas de informações não integrados, de forma que, a busca de dados, sua consolidação e análise para a produção de conhecimentos estratégicos para a atuação da secretaria demanda esforço tanto

das áreas responsáveis, como das áreas transversais da Secretaria. A coordenação das negociações internacionais sanitárias, fitossanitárias, tarifárias e não tarifárias de interesse do agronegócio brasileiro, bem como a elaboração de estratégias, que promovam o acesso a mercados externos, a atração de investimentos estrangeiros e a cooperação internacional requer a disponibilização destas informações em tempo real, com vistas ao melhor assessoramento e tomada de decisão dos gestores do MAPA.

Com mais de mil negociações em curso, de abertura, ampliação e retomada de mercados, envolvendo o setor agropecuário brasileiro, o Brasil, que já exporta para mais de 200 mercados, possui potencial para uma expansão ainda maior. Entretanto, para aumentar a eficiência das negociações, é preciso, além de melhorar a imagem do agronegócio brasileiro no exterior e implementar a Estratégia do Agronegócio no Comércio Internacional, aprimorar a gestão das seguintes atividades:

- a)** acompanhamento das demandas do setor produtivo;
- b)** aumentar a participação de empresas exportadoras e importadoras;
- c)** ampliar a transparência em relação ao andamento das demandas e cenários envolvidos; e
- d)** fornecer aos usuários demandantes de negociações resultados de análises preditivas de sucesso e insucesso.

Nesse sentido o Painel de Relações Internacionais do Agronegócio, que constitui o módulo de interface do Sistema de Informações Gerenciais de Relações Internacionais do Agronegócio – SISREL, surge como ferramenta adequada para gerenciamento das atividades desenvolvidas pela SRI/MAPA, com elaboração de cenários e disposição de informações sobre o status das negociações, acordos e relações bilaterais, regionais e multilaterais do Brasil, na forma de painéis.

Para o desenvolvimento do Painel de Relações Internacionais do Agronegócio, foram e estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- a)** Mapeamento de todas as atividades e processos executados pela SRI/MAPA a serem informatizados. Em 2018, foram mapeados os processos das áreas de investimentos e, até o final deste ano serão concluídos os mapas dos processos das áreas de promoção e cooperação internacional;
- b)** Levantamento de requisitos do Sistema a ser desenvolvido. Em 2018, foram levantados os requisitos para desenvolvimento dos módulos de atração de investimentos e de promoção internacional.
- c)** Desenvolvimento do Sistema de Informações. Em 2018, foram iniciadas as ações para desenvolvimento dos módulos de atração de investimentos e de promoção internacional; e
- d)** Realização de testes, capacitação e implantação do Sistema. Atividades a serem realizadas em 2019.

Por fim, espera-se que com a implantação do Painel e disponibilização em tempo real dos produtos de todas as atividades desenvolvidas pela SRI/MAPA, seja promovido o aumento da eficiência, em função da maior assertividade das decisões da Secretaria e demais gestores do MAPA e, aumentada a transparência nas negociações internacionais de interesse do agronegócio brasileiro, disponibilizando informações não somente para entidades representativas, produtores, exportadores e importadores brasileiros, mas também para toda a sociedade civil.

## 5. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/ MAPA, apesar da sua criação relativamente recente na estrutura do Ministério, vem consolidando a cada ano a sua importância em função da atuação de forma articulada tanto internamente, no âmbito do próprio MAPA, como nas relações com os demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal e, principalmente no âmbito externo, com Embaixadas, Organismos Internacionais e mesmo suas contrapartes nos países com os quais o Brasil se relaciona, contribuindo com sua expertise para o desenvolvimento de uma política pública externa favorável para desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Com uma atuação cada vez mais consistente, não só no desenvolvimento de políticas públicas concernentes ao tema da negociação agrícola internacional e seus múltiplos desdobramentos (estratégia agropecuária, competitividade e abastecimento, negociações tarifárias e não tarifárias, representação internacional, promoção comercial e consolidação de imagem, sustentabilidade e agregação de valor, entre outros), mas também no processo de assessoramento ao Ministro de Estado e demais dirigentes na cooperação, preparação e supervisão de missões e de assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais.

Embora nos anos de 2017 e 2018, o cenário mundial tenha demonstrado a tendência de alguns países em adotar medidas protecionistas, contrariando regras multilaterais, através de barreiras tarifárias e não tarifárias, da aplicação de investigações antidumping e do excesso de burocracia e exigências técnicas injustificadas para a importação de determinados produtos, com o objetivo de favorecer as mercadorias nacionais em detrimento das estrangeiras, associado à tendência recente de minimização da importância dada por alguns países aos blocos econômicos, o agronegócio brasileiro continuou crescendo, por meio da intensificação das negociações para superação de barreiras impostas, e da busca intermitente pela diversificação dos mercados importadores e da ampliação da participação em outros mercados, de forma a reduzir sua dependência comercial “produto-país”.

Apesar das dificuldades enfrentadas durante as crises recentemente enfrentadas nas áreas econômica, sanitária, política, de imagem e na área dos transportes, o agronegócio brasileiro demonstrou grande estabilidade e resiliência, de forma que Brasil se manteve como um dos maiores produtores e exportadores de produtos agropecuários e exportou para mais de 200 países. Com o objetivo de minimizar as dificuldades do setor, a SRI/MAPA procurou agir de forma tempestiva na prestação de esclarecimentos quanto à repercussão das Operações Carne Fraca e Trapaça, e buscou estreitar laços comerciais com outras nações, investindo na ampliação dos acordos e negociações bilaterais e subsidiando o Governo Federal na proposição e realização de acordos comerciais de livre comércio do Mercosul com outros países e blocos, como no caso das negociações com a União Europeia.

Os prejuízos provocados pelas crises enfrentadas e o estreitamento da pauta de produtos que compõem o comércio internacional do agronegócio brasileiro, demandou uma mudança na atuação internacional MAPA, adotando como principais objetivos aumentar a participação brasileira no comércio internacional dos produtos agrícolas, sobretudo daqueles com maior valor agregado, e consolidar a imagem do Brasil como fornecedor de produtos

seguros, de alta qualidade, e produzidos de forma sustentável. É objetivo, também, ampliar a base exportadora nacional por meio da diversificação de produtos e mercados e do aumento do número de empresas exportadoras.

A série histórica das exportações brasileiras revela claramente a necessidade brasileira de adotar uma estratégia que possibilite diversificar mercados e pauta exportadora agrícola, de modo a elevar a participação brasileira no comércio agrícola internacional, tendo como diretrizes:

- a)** manter a participação dos produtos brasileiros nos mercados já consolidados (market-share superior a 1%);
- b)** desobstruir possíveis barreiras (negociações tarifárias e não tarifárias) para o acesso dos produtos agrícolas brasileiros em mercados relevantes; e
- c)** buscar as exportações de produtos de maior valor agregado, atingindo uma parcela significativa do comércio agrícola internacional.

Em 2017 e 2018, as ações de negociação tarifária desenvolvidas pela SRI, e apresentadas neste relatório, também foram direcionadas para a abertura de novos mercados e ampliação de mercados com países em que o Brasil e o Mercosul já possuem acordos comerciais, devendo ser dada a continuidade às negociações do Mercosul com a União Europeia (UE); a União Aduaneira da África Austral - SACU (África do Sul, Lesoto, Namíbia, Botswana e Suazilândia), a EFTA (Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia), além de Índia, Canadá, Coreia do Sul e as negociações para ampliação e aprofundamento Brasil-México (ACE 53).

As negociações não tarifárias desenvolvidas pela SRI, durante o período de 2017 e 2018, e também apresentadas neste relatório, tiveram como objetivo a remoção de barreiras não tarifárias para acesso, manutenção, ampliação e retomada de mercados, diversificação da pauta e agregação de valor aos produtos exportados, restando como principais desafios, o acompanhamento e negociação de novos temas, tais como de sustentabilidade ambiental da agropecuária, material genético animal e vegetal, produção orgânica, indicação geográfica em produtos agropecuários, clima e mudanças climáticas na agricultura, temas sociais na agricultura, bem-estar animal, biossegurança, biossegurança e proteção de cultivares.

O surgimento desses novos temas, passíveis de transformação em barreiras, demonstram que a imagem internacional de um país pode impulsionar suas exportações ou constituir uma barreira invisível a seus produtos em outros mercados. Embora as crises recentes tenham afetado a imagem do Brasil, o MAPA tem buscado construir uma imagem internacional para o agronegócio crescentemente positiva, associada ao crescimento econômico, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e aos avanços sociais em um ambiente democrático, justo, bem como a uma maior difusão dos atributos associados a seu potencial turístico.

Nesse sentido é importante observar que todos os produtores agrícolas brasileiros são obrigados a atender a requisitos de produção qualificados entre os mais exigentes do mundo, na área de sanidade, inocuidade e qualidade, além das exigências previstas em Lei, relacionadas à preservação do meio ambiente e da biodiversidade, à mitigação das causas das mudanças climáticas, utilização e manejo de resíduos de agroquímicos e aos rígidos padrões trabalhistas.

Uma estratégia de melhoria na imagem do agronegócio brasileiro,

deve abordar outros requisitos que diferenciam os produtos do agronegócio brasileiro, dos demais e que destacam o produto nacional por meio da utilização de sistemas produtivos e práticas sustentáveis, como orgânico, ILPF e plantio direto, dentre outros, que demonstram que o elevado grau de responsabilidade com o meio ambiente e as condições de trabalho no campo ainda não foram incorporados pelos consumidores como conceitos associados a todos os produtos agrícolas brasileiros.

A falta de informação faz com que a agropecuária brasileira seja penalizada por visões distorcidas a respeito de seu padrão tecnológico e práticas sociais e ambientais, bem como a respeito da qualidade e sanidade de seus produtos de exportação, a exemplo, da visão do mercado europeu, mesmo entre os públicos mais bem informados, de que o agronegócio exportador brasileiro é um dos grandes responsáveis pelo desmatamento da floresta amazônica, inibindo o interesse de investidores e gerando prejuízos para as exportações do País, que vão desde um ambiente desfavorável para negociações não-tarifárias a um valor de mercado mais baixo para o produto brasileiro.

Com o objetivo de reverter estas percepções e consolidar internacionalmente uma imagem positiva da agropecuária brasileira e de seus produtos de exportação, o MAPA instituiu em 2017, o Plano O Melhor do Agro Brasileiro, visando a consolidação internacional da imagem do Agro Brasileiro, organizar a informação, comunicá-la de forma eficiente e consolidar a imagem comum a todos os produtos agrícolas brasileiros. Ainda como iniciativa do Plano, em 2018, o MAPA instituiu a marca O Melhor do Agro, a ser utilizada de forma transversal para todos os produtos agrícolas brasileiros exportados visando a divulgação dos atributos positivos do agro brasileiro.

Ainda com o olhar de acesso à mercados, aumento da competitividade, ampliação da participação brasileira no mercado internacional e aumento na eficiência das medidas de promoção internacional do agronegócio, está sendo construída de forma colegiada pelos diversos intervenientes no comércio

internacional do agronegócio, a Estratégia para Abertura, Ampliação e Manutenção de Mercados e Promoção do Agronegócio no Comércio Internacional.

A Estratégia elaborada durante o ano de 2018, teve como base nas demandas apresentadas pelos diversos setores do agronegócio brasileiro e, após o tratamento dos diversos órgãos e entidades que mantêm interface com este setor, que é o mais importante da economia, conferirá maior previsibilidade, segurança e continuidade para as iniciativas, projetos, planos e políticas externas que beneficiem o agronegócio brasileiro.

Com base nos objetivos, eixos estruturantes, diretrizes e ações definidas na Estratégia, espera-se que não somente a SRI/ MAPA e seus adidos agrícolas, mas todas as demais unidades organizacionais e entidades vinculadas deste Ministério, bem como os demais órgãos que atuam no comércio internacional do agronegócio no Brasil e no exterior, possam atuar de forma sinérgica e objetiva beneficiando o setor responsável pela estabilidade econômica, social e até mesmo política do País.

Este relatório apresenta à sociedade e aos segmentos governamentais interessados, de forma transparente e responsável, os esforços engendrados pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio no alcance das suas competências institucionais e na contribuição para a defesa e promoção do agronegócio brasileiro no exterior. Além disso, o documento traz conceitos básicos que são fundamentais para a compreensão da sua atuação da secretaria e da relevância de se consolidar uma política para o agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Temos ainda a intenção de que esse relatório possa servir tanto para os produtores que já exportam quanto para as que pretendem exportar, para estudiosos, consultores e demais profissionais da área do agronegócio, e principalmente para os investidores e os países parceiros do Brasil, fornecendo informações que possam ser relevantes e úteis, contribuindo para a expansão e consolidação do papel brasileiro no agronegócio internacional.

**Odilson Luiz Ribeiro e Silva**

Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

